

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA - FACCAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DE DONAS DE CASA SUBMISSAS A OPERÁRIAS DA FÁBRICA: MULHERES
EM BUSCA DE TRABALHO NAS FÁBRICAS DO SETOR COUREIRO-
CALÇADISTA DE PAROBÉ (RS, BRASIL)

VANUZA ALVES MITTANCK

Taquara

2018

VANUZA ALVES MITTANCK

***DE DONAS DE CASA SUBMISSAS A OPERÁRIAS DA FÁBRICA: MULHERES
EM BUSCA DE TRABALHO NAS FÁBRICAS DO SETOR COUREIRO-
CALÇADISTA DE PAROBÉ (RS, BRASIL)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT – como pré-requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr.
Linha de Pesquisa: Instituições, Ordenamento Territorial e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional.

Taquara

2018

VANUZA ALVES MITTANCK

***DE DONAS DE CASA SUBMISSAS A OPERÁRIAS DA FÁBRICA: MULHERES
EM BUSCA DE TRABALHO NAS FÁBRICAS DO SETOR COUREIRO-
CALÇADISTA DE PAROBÉ (RS, BRASIL)***

Essa dissertação foi julgada como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Regional
e aprovada, em sua forma final, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Regional

Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr

Orientador

PPGDR/FACCAT

Prof. Dr. Mario Riedl

Coordenador

PPGDR/FACCAT

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Dilani Bassan (PPGDR/FACCAT)

Prof. Dra. Marlise Regina Meyrer (PPGH/PUCRS)

Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr (PPGDR/FACCAT)

AGRADECIMENTOS

Gratidão é uma das palavras que tem me acompanhado durante estes anos. Por muitas vezes os familiares, amigos, alunos e até pessoas desconhecidas me estenderam a mão durante esta caminhada. Ajudaram-me a concluir minha graduação e agora me auxiliaram novamente, nesta etapa de mestrado. Citar cada uma destas pessoas aqui se torna impossível, mas cada uma delas tem meu apreço e um lugar em meu coração.

Não há como deixar de agradecer a meus pais, Efraim e Irene, por me ensinarem que ser uma pessoa honesta e justa só nos engrandece. A meu marido Everton e meu filho Bruno, por me suportarem nos momentos de aflição, nas minhas noites em claro e fins de semana incomunicável, trancada no quarto. Cristine, Eliseu e Emily, vocês são meu porto seguro, em todos os quesitos.

Às minhas incansáveis amigas de Whatsapp, que tornam nosso grupo denominado “Piriquitas” meu ponto de esclarecimento, apoio e ideias. Não há palavras para agradecer por estes presentes que a História me proporcionou. Levo-as comigo, Élen, Salete e Dóris.

Gratidão às meninas do refeitório da FACCAT, Isabel Cristina, Dileta Araújo, Fernanda Catiane e Michele de Souza, que me receberam com muito carinho e afeto durante esses anos. Sentirei muitas saudades da lasanha e da gelatina de morango.

Doce Andressa Soares, que teu sorriso e tua gentileza te acompanhem por toda a tua existência.

Aos colegas e amigos do mestrado: Alberto, Alexandre, Cristiane, Darlã, Franciele, Gisele, Jeferson, Karla, Márcio, Regina, Sabrina, Shirley. Foi um prazer conviver com vocês. Tenham muito sucesso em suas vidas.

A Calçados Bibi, representada através do senhor Rosnaldo Inácio da Silva, por abrir as portas da fábrica e me conduzir durante minha visita, assim como por disponibilizar todas as informações solicitadas, contribuindo para uma pesquisa baseada em dados reais e corretos.

Gratidão aos professores do Mestrado em Desenvolvimento Regional, que dividiram seu conhecimento e sua amizade. Em especial ao meu orientador, Daniel Gevehr, que caminhou ao meu lado neste período. Nossas tardes de companheirismo, café e apresentações em seminários foram excepcionais. Obrigada por tudo! Finalizo acreditando que deixei marcas em sua memória. Vou continuar rezando por você, e como afirma Irmã Selma, “quando eu rezo, acontece”.

Meus mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que fizeram parte desta caminhada.

RESUMO

O presente estudo discute o processo de inserção da mulher no mundo do trabalho assalariado. Buscamos compreender como esta mulher era vista e quais as atividades que deveria realizar, frente a uma sociedade que prioriza e preserva tradições e comportamentos que acredita serem ideais. Dentre estas tradições e bons costumes, estabeleceu-se que a mulher deveria permanecer junto ao ambiente privado do lar. Dentro deste espaço, sua dedicação exclusiva seria aos cuidados da casa, bem-estar do marido e criação dos filhos. Enquanto ao homem, caberia o papel de provedor e mantenedor da família. Porém, nem todas as famílias podiam depender exclusivamente do sustento por parte do chefe da família. Pois situações como o desemprego, salário insuficiente ou mesmo a ausência masculina, fazia com que movidas pela necessidade financeira, a mulher buscasse garantir o sustento da família. Uma atitude vista por parte da sociedade com olhos de reprovação e crítica. A partir desta contextualização, será possível compreender as dificuldades, discriminação e preconceito que a mulher teve de enfrentar para realizar fora do lar, atividades que lhes proporcionassem um salário. Além da necessidade financeira, outros grupos de mulheres também veem no trabalho assalariado, a possibilidade de conquistarem mais liberdade e autossuficiência. Decididas a deixarem de viver à sombra do homem, passam a lutar por conquistar seu espaço, sua colocação no mercado de trabalho, assim como os direitos e o reconhecimento pelas atividades que realizam. Dentre estas mulheres que desempenham trabalhos fora do lar, esta pesquisa pretende destacar a mulher operária, que realiza suas atividades junto ao setor de produção nas fábricas coureiro calçadistas situadas na cidade de Parobé – RS, com recorte temporal entre os anos de 1990 até o ano de 2017. Nosso objetivo é conhecer sua rotina de trabalho, as atividades por elas realizadas, assim como analisar se estão sujeitas a alguma forma de preconceito ou desigualdade, seja elas físicas, desigualdade baseadas no gênero ou salariais. Destacando as mudanças positivas que já ocorreram, assim como apontar as necessidades que ainda precisam serem revistas, em relação a introdução e a permanência da mulher no mundo do trabalho assalariado.

Palavras-chaves: Mulheres; Inserção ao trabalho; Operárias; Fábrica do setor coureiro-calçadista.

ABSTRACT

This study discuss the process of inserting women in the world of paid work. We seek to understand how women were seen, which roles were designated to them and the activities that they should do, in face of a society that prioritizes and preserves traditions and behaviors that it believes to be ideals. Among these traditions and good morals, was established that woman should stay at the private environment of their homes. In this space, her exclusive dedication would be to the care of the home, husband's well-being and child rearing. While to the man, it would fit the role of provider and maintainer of the family. However, not all the families could depend exclusively of the sustenance from the householder. Because situations as unemployment, insufficient salaries or even the male absence, made that driven for the financial necessity, the woman seek to ensure the sustenance of the family. An attitude seen with disapproval by part of the society. After this contextualization, it would be possible to understand the difficulties, discrimination and prejudice that the woman had to confront to do away from home, activities that gives them a salary. Besides the financial necessity, others groups of women saw on paid-working, the possibility to conquer more freedom and self-sufficiency. Decided to not living in the men's shadow anymore and start fighting to conquer their place, their placing on the market, as the rights and recognition for the activities that they do. Among these women who work out of home this research plans to highlight the worker woman, that do her activity along the footwear-leathers' factories production sector located in Parobé – RS, with a temporal cut between the years 1990 and 2017. Our objective is to know their work routine, the activities done by them, as well as analyze if they are exposed to any kind of prejudice or inequality, whether they are physical, inequality based on gender or salary. HIGHLIGHTING the positive changes that have already happen, just as point the necessities that still need to be reassessed, in relation to the introduction and the permanence of the woman in the paid-working world.

Keywords: *Women, Insertion to the work, Worker women, Factory of footwear-leathers' sector*

LISTA DE SIGLAS

CDP	Centro de Treinamento Profissional
CEDAW	Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONSINOS	COREDE do Vale do Rio do Sinos
COREDES	Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
COREPEDES	Corede Paranhana – Encosta da Serra
FACCAT	Faculdades Integradas de Taquara
FENAC	Feira Nacional de Calçados
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISE	Índice de Sustentabilidade Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SPM – PR	Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Vale do Paranhana.....	83
Figura 2 - Os primeiros dias de Azaléia.....	91
Figura 3 - Localização atual da Calçados Bibi e Calçados Azaléia S.A.....	93
Figura 4 - Processo de encaixotamento do produto finalizado.....	102
Figura 5 - A busca por aprimoramento educacional.....	104
Figura 6 - A Fábrica de Talentos	110
Figura 7 - Escola de costura	111
Figura 8 - Setor de costura	116
Figura 9 - Atividades tradicionalmente masculinas no setor calçadista	122
Figura 10- Indicadores pessoais.....	138

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Anos de trabalho no setor calçadista.....	98
Gráfico 2- Atividades realizadas por mulheres	117
Gráfico 3 - Atividades realizadas por homens	119
Gráfico 4 - Conhecimento de discriminação ou preconceito no setor fabril.....	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Empresas ligadas ao setor coureiro-calçadista estabelecidas em Parobé	89
Tabela 2 - Caracterização dos entrevistados	97
Tabela 3 - Turno de trabalho / horário das aulas	106
Tabela 4 - Processo de produção	121
Tabela 5 - Balanço Social da Azaléia	126
Tabela 6 - Cargos de chefia ocupados por homens e mulheres.....	128

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A DOMINAÇÃO MASCULINA E A SUBMISSÃO FEMININA	24
2.1	Movimentos feministas e a historicidade da mulher: sua busca por visibilidade e direitos	31
2.2.1	Movimento feminista de primeira onda	36
2.2.2	Movimento Feminista de Segunda onda	40
2.2.3	Movimento feminista de Terceira Onda.....	46
2.4	Mulheres e educação: possibilidade de ascensão profissional e pessoal	51
2.5	O empoderamento feminino	56
2.6	Direitos da mulher: o que necessita ser revisto e colocado em prática	59
3	MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO	64
3.1	As empregadas domésticas	68
3.2	A mulher no ambiente fabril	73
3.2	A presença feminina nas indústrias brasileiras	78
4	O AUMENTO DAS FÁBRICAS DE CALÇADOS NO RIO GRANDE DO SUL: VALE DO SINOS E VALE DO PARANHANA	82
4.1	O setor calçadista e o processo de instalações das fábricas na cidade de Parobé..	87
5	A MULHER OPERÁRIA	94
5.1	Início de carreira no setor fabril: uma atividade que se aprende em casa	100
5.2	Percalços e superações: as exigências para crescer dentro da empresa	103
5.3	Centro de Treinamento Profissional – CDP: Preparação do jovem operário	108
5.3.1	Treinamento destinado ao preparo de novos profissionais para o setor calçadista.....	109
5.4	Trabalho de homem x trabalho de mulher	112
5.5	Desigualdade no setor fabril: a percepção da mulher	129
6	CONCLUSÃO	141
	REFERÊNCIAS	145
	APÊNDICES	156

APÊNDICE A - MULHERES TRABALHADORAS DO SETOR COUREIRO- CALÇADISTA	157
APÊNDICE B - HOMENS TRABALHADORES DO SETOR COUREIRO- CALÇADISTA	159
APÊNDICE C – ENTREVISTA COM CHEFE DE SETOR.....	160

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o assunto relacionado as questões de gênero se fazem presente nos mais diversos meios de comunicação. As discussões podem ser acompanhadas nas mídias digitais, assim como em materiais impressos que abordam este tema. Existem informações relevantes, que têm por objetivo discutir o assunto de maneira a levar informações pertinentes ao público. Isso possibilita que a população conheça e compreenda o que permeia as questões de gênero, o que significam e as causas que as tornam necessárias em discussões e debates nos diversos meios sociais na contemporaneidade.

Percebemos que, assim como existem informações positivas e construtivas, há meios informativos que tendem a menosprezar as questões relacionadas a gênero, ou divulgar notícias tendenciosas a seu respeito. O resultado são informações desorganizadas que acabam confundindo a população que, por vezes, não se atém a pesquisar ou buscar maiores conhecimentos sobre estes assuntos.

Frente a isso, faz-se necessário esclarecer que as questões ligadas ao gênero vão além de mostrar a mulher como um ser humano fragilizado e incapaz, características que foram associadas a ela, segundo Soihet (2012), e por ser assim, deveria ser preservada dentro dos espaços do lar. Assim, a mulher necessitaria de proteção e auxílio constantes por ser desqualificada para decidir ou distinguir o que é melhor para si. Esta é a ideologia que se quer combater, através de discussões, congressos e seminários que vêm acontecendo em diferentes espaços, envolvendo professores, alunos, pesquisadores e demais interessados. Busca-se, desse modo, afastar as mulheres das definições e pré-conceitos que foram dispensados a elas e que as diminuem frente à sociedade da qual fazem parte.

É nas discussões sobre gênero que as mulheres buscam romper com os rótulos. Desejam ser vistas e compreendidas pela sociedade como possuidoras dos mesmos atributos intelectuais que os homens, podendo realizar atividades semelhantes e obter os mesmos resultados. Um dos principais objetivos dos debates relacionados a gênero é romper com a ideia de que a mulher é o sexo frágil. É preciso destacar as características e situações enfrentadas por elas para poder percebê-las e entendê-las como o outro sexo. Não como inferiores ao sexo masculino, ou mesmo como superiores a ele, mas ocupando o mesmo patamar de valorização e reconhecimento social. Este é um dos motivos pelos quais buscamos estudar e pesquisar sobre as mulheres, na tentativa de desvendá-las, ouvir-lhes a voz e falar sobre elas.

Hoje podemos falar livremente sobre mulheres, seu universo, desejos e desafios; temos liberdade para tratar destes assuntos abertamente, discutir, discordar ou concordar com aspectos que são apresentados como essenciais no que diz respeito às mulheres e suas peculiaridades. É estendido à mulher o direito de ser ouvida, a oportunidade de participar nas decisões da sociedade da qual faz parte, assim como reclamar, protestar e opinar. Direitos que são relativamente novos, inimagináveis durante um período em que o homem era visto como a figura central da sociedade. Uma visão que perdurou por um longo tempo, até sofrer as primeiras alterações neste sentido, permitindo à mulher um pouco mais de espaço e visibilidade.

Estas modificações começam a ocorrer quando ela passa a ser vista sob uma nova ótica, que tem início quando a ciência/história volta-se para o estudo da mulher. Isso possibilita a sua valorização enquanto indivíduo social, permitindo que sejam aceitas como sujeitos que contribuem e participam de uma coletividade. Elas podem contribuir com suas experiências, vivências e saberes acumulados no decorrer de sua vida, que foram, até então, silenciados e excluídos por uma história escrita predominantemente por homens.

Para Soihet (1997), existe a hipótese de que determinados grupos sociais foram ignorados no decorrer do tempo, ocultos e inexplorados durante a escrita da história. Deixaram de ser citados ou mencionados, não tendo a possibilidade e a visibilidade necessária para poderem contribuir intelectualmente, ou através de suas vivências e experiências para o meio em que estavam inseridos. Esta foi uma prática que tem sofrido transformação no decorrer dos anos. Segundo a autora, estes grupos que anteriormente foram excluídos, passaram a despertar o interesse de diversos campos da ciência, que se dedica a conhecer mais sobre cada um deles.

Michelle Perrot (2013), em sua obra intitulada *Minha história das mulheres*, faz uma introdução sobre este assunto. Descreve como se deu este processo e os motivos que levaram as mulheres a serem vistas com outro olhar, sob outra perspectiva. Os relatos da autora afirmam que, inicialmente, não existia interesse pela história das mulheres ou pelo que representavam.

A elas, outro local era destinado, o espaço privado do lar. Este ambiente passava despercebido, não despertando interesse ou curiosidades daqueles que relatavam os fatos que acreditavam ser relevantes, ou que deveriam ser destacados na sociedade. Dentro deste contexto, como consequência, podemos perceber a ausência da história das mulheres. Ainda nas palavras de Perrot (2013, p. 16), as mulheres passaram por um grande período afastadas

dos relatos, “[...] confinadas no silêncio de um mar abissal”, delas não se escreve, não se fala. Estão presentes nos ambientes, mas invisíveis como agentes sociais.

Através desta explanação nos é permitido compreender os motivos que levaram as mulheres a serem negligenciadas e não mencionadas como sujeitos participativos e colaboradores da escrita da história. Não eram vistas, portanto, não existiam motivos para serem mencionadas. Práticas de uma sociedade tradicionalista, que define que a mulher deve permanecer dentro dos limites do lar. Este é o ambiente em que pode exercer seu domínio, que lhe pertence. É o local em que melhor se encaixa, pois é seguro e apropriado para que se sinta à vontade. Em contrapartida, o ambiente público pertence e se destina ao homem, assim como seus espaços e postos de trabalho.

Sob a perspectiva de Tedeschi (2012, p. 29) “[...] aos homens são destinadas as funções mais qualificadas e mais valorizadas, as do/no espaço público”. É no espaço público que os fatos que devem ser descritos e comentados ocorrem, sendo o homem, a figura que comumente se destaca neste meio.

Compartilhando deste pensamento de divisão dos espaços a serem ocupados baseados no gênero, podemos citar Conceição (2009), que afirma ser o ambiente do lar, o espaço destinado à mulher. Dentro deste local, poderia exercer os papéis destinados a ela pela sociedade, como o de ser mãe e esposa. Tal atitude pode ser justificada e melhor compreendida através da explicação de Soihet (2012, p. 21), ao afirmar que as mulheres não eram aconselhadas a exercer atividades públicas, por serem consideradas “frágeis” e dotadas de “menor inteligência”. Portanto, seria apropriado mantê-las dentro de casa, exercendo o que a autora define como “ocupação prioritária”, ou seja, as atividades consideradas como deveres primordiais, devendo ser realizados pela mulher.

Assim, enquanto estivessem envolvidas com as atividades domésticas, o homem poderia exercer um dos papéis que fora destinado a ele, “[...] de proteger a mulher dos “complicados” problemas do mundo fora de casa” (TEDESCHI, 2012, p. 28, grifo do autor). Percebemos que o estar dentro do ambiente limitado do lar era visto como uma atitude protetiva, de manter a mulher a salvo dos perigos que o ambiente público representava e oferecia.

A permanência da mulher nos redutos do lar esclarece sua invisibilidade no meio social – no sentido de cidadã participativa e cooperativa – é considerada uma das razões que as mantiveram no anonimato. E este anonimato ainda se faz mais notório através das escassas fontes que falam sobre elas. Poucos são os registros escritos ou materiais que tratam sobre estas questões femininas.

Acredita-se, segundo Perrot (2013), que a falta de fontes escritas se deve ao acesso e domínio tardio à prática da escrita. Assim como houve a destruição das próprias memórias, que foram apagadas por elas próprias, por acreditarem não apresentar nenhuma importância ou significado. Este pensamento acaba por desvalorizar suas possíveis vivências e contribuições, acreditando ser a própria mulher um sujeito que merece ser desprezado.

Esta maneira comum até então de tratar a mulher, quer excluindo-a dos fatos ou das questões que a envolvam, passa a sofrer transformações importantes. Este marco passou a ser definido por Perrot (2013, p. 19), como o “nascimento de uma história das mulheres”. O início deste processo ocorreu na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos durante os anos de 1960. Várias foram as áreas do conhecimento, destacando-se entre elas a história, que passaram a se interessar e estudar a mulher e suas peculiaridades.

Dentre os primeiros nomes a demonstrar interesse pelos assuntos relacionados a elas, podemos citar Georges Duby, que se dedica a estudar as mulheres como uma questão significativa em suas pesquisas. Philippe Ariès e George Duby organizam uma coleção intitulada de *História da vida privada*, obras em que as mulheres aparecem e são citadas frequentemente. Michel Foucault dedicou-se também a escrever sobre elas.

A *Nova História*¹ foi responsável por incentivar os estudos e pesquisas sobre assuntos até então não abordados; desejava-se a diversificação de assuntos e temas de pesquisas. Através destes desafios, é possível perceber mudanças importantes no campo da pesquisa e consequentemente ocorrem transformações relacionadas as respostas adquiridas através destes estudos. O que possibilitou uma nova “maneira de escrever a história” (PERROT, 2013, p. 20) onde outros personagens que passaram despercebidos ou mesmo ignorados, terão direito a aparecer e se fazer conhecidos.

Burke (1992) faz referência que a Nova História permitiu que outros estudos fossem realizados, principalmente no que se refere às questões relacionadas à humanidade, deixando claro que a história tradicionalista coloca em foco a “visão de cima” dos fatos históricos, dando ênfase a grandes nomes que se fizeram conhecidos durante o processo histórico. Enquanto isso, “ao resto da humanidade, foi destinado um papel secundário no drama da história”, ou mesmo foram deixados às margens da história, não sendo necessário mencioná-los, pois não realizaram atos que os destacassem.

¹ A definição de *Nova História* que utilizaremos baseia-se em Burke (1992), que descreve ser um conceito vastamente conhecido na França. A *Nova História* tende a pesquisar assuntos que fogem do tradicional, passando a interessar por tudo que está ligado ao homem. Novos assuntos passam a despertar o interesse do historiador, como a história da morte, da loucura, do corpo e das questões femininas. Rompe-se assim com a ideia anterior de que existe uma separação, que distingue o que é um assunto relevante e um assunto secundário na história. Entre os autores que escrevem sobre a *Nova História* estão Marc Bloch e Lucien Febvre.

Deste modo, a Nova História altera a percepção deste foco. Deixa de concentrar-se na história dos grandes nomes e se dedica a analisar a história “vista de baixo” (BURKE, 1992, p. 12-13), um ângulo que permite a participação e as considerações das demais classes de pessoas que compõem a sociedade. Isso permite que se chegue a novas conclusões e se conheça a realidade de grupos ainda não explorada; entre estes grupos, estão as mulheres.

Sob a perspectiva de Motta (2012), não era uma prática comum, escrever ou discutir sobre, e com as mulheres fora do ambiente privado do lar. Tal prática permaneceu ocorrendo até o início do século XX, quando se fez possível dialogar sobre elas. Neste período, referiam-se somente a poucas mulheres que se destacavam por sua notoriedade ou por possuírem “[...] uma privilegiada condição de classe e seus recursos culturais, aliados a um certo destemor pessoal” (MOTTA, 2012, p. 85), desta forma, ficavam em evidência as atrizes ou cantoras, enquanto as demais mulheres que eram consideradas como comuns, destinavam-se aos limites domésticos, tarefas familiares e ao anonimato.

Subentende-se que poucas e seletas eram as mulheres mencionadas, e as que o eram, possuíam características distintas e predefinidas, não se destacando, comumente, pelas ideologias que tenham se empenhado a defender. De fato, não há mulheres que representem um grupo específico ou que se dediquem as mesmas causas ou projetos em comum. Estes movimentos de mulheres relacionados a discutir questões para a coletividade, só surgirão mais tarde e receberão a denominação de movimentos feministas, movimentos que buscam dar visibilidade, vez e voz as mulheres.

Neste momento permitiu-se dar voz às mulheres, ouvindo quem por muito tempo se calou ou foi calada. Voz que passará a ser percebida, segundo Tedeschi (2012), através dos movimentos feministas que irão ocorrer na década de 1960 e que buscam dar visibilidade a estas mulheres que passaram como ocultas no decorrer da história.

E esta é a voz que se pretende ouvir no decorrer desta pesquisa, buscando compreender as mulheres, sua trajetória, suas aflições e as principais mudanças vivenciadas por elas, destacando como estas transformações afetaram as gerações que vieram posteriormente, e mantêm os reflexos destas mudanças que permanecem ainda hoje.

Justifica-se, assim, a necessidade de um retrocesso cronológico na linha de tempo, buscando, no passado, as explicações e caracterizações de como a mulher era percebida pela sociedade, qual o papel ocupado por ela e as limitações a que estava sujeita.

Desta forma, será possível fazer comparações, análises e obter um panorama geral sobre o que mudou e o quanto se alterou a participação feminina na sociedade, traçando o

caminho percorrido por elas entre o espaço do lar e os espaços públicos que passam a ocupar, agora de maneira permanente.

Ao juntar estas peças, que compõem o quebra-cabeças sobre a história das mulheres, buscar-se-á conhecer mais sobre suas lutas e quanto reconhecimento já conseguiram obter. Porém, ainda restam direitos a serem adquiridos e respeitados, assim como preconceitos a serem vencidos.

Inquieta-nos a percepção de que, embora algumas conquistas significativas - como o direito ao voto, acesso à educação e a possibilidade de realizar atividades remuneradas fora do lar - tenham sido alcançadas pelas mulheres, ainda é necessário que existam programas de auxílio e proteção para a mulher, que se empenhem pela busca da igualdade entre os gêneros.

Esta situação nos faz pensar e levantar um questionamento. Se há uma busca pela uniformidade entre os gêneros, é porque em algum momento existiu ou ainda existe esta diferenciação, um status ou ocasião que aponte ou defina a relação de supremacia de um gênero sobre o outro, ou seja, a percepção do homem como superior à mulher.

Estes movimentos feministas se caracterizam por grupos organizados por mulheres, que passam a se dedicar para a obtenção, reconhecimento e acesso aos direitos e oportunidades relacionados às necessidades da mulher. Vários são os momentos em que estes grupos planejam, discutem e protestam, buscando serem reconhecidas como cidadãs, assim como ter o direito de participação em todos os setores da sociedade, inclusive nos assuntos que dizem respeito à esfera política.

Exemplo de causas defendidas pelos movimentos feministas são citados por Costa (2015); para a autora, o cerne deste movimento está ligado a todas as formas de opressão, assim como a recusa de oferecer a todas as pessoas o acesso e a garantia aos mesmos direitos, indiferente do sexo, cor ou religiosidade, e o direito ao voto, antes ofertado e garantido aos homens, negado às mulheres.

Após um processo difícil, nos últimos anos do século XIX é concedido à mulher o direito de se fazer presente nas urnas, podendo participar do processo eleitoral, inclusive de candidatar-se a cargos políticos e a possibilidade de assumir o posto, em caso de vitória eleitoral. Já no Brasil, este direito foi concedido a mulher no ano de 1932, durante o governo de Getúlio Vargas.

Os movimentos feministas dedicam-se também a conquistar visibilidade e aceitação da mulher no mundo do trabalho. Novamente, vamos nos deparar com um universo que prioriza os homens e busca afastar as mulheres do trabalho assalariado. A mulher que necessita e se dispõe a realizar atividades fora do lar, dentro do ambiente público ao qual inicialmente não

pertence, terá de ter coragem, persistência e garra para enfrentar as dificuldades que serão a ela impostas. Estas imposições são determinadas pela sociedade, que busca a manutenção de tradições de costumes, por parte da família e por vezes, a mulher tem de enfrentar imposições elaboradas por ela mesma, incluindo quando aceita passivamente com que outras pessoas estabeleçam seu lugar, seu comportamento e como deve viver.

As barreiras em relação ao mundo do trabalho se fizeram presentes através da rejeição, da não aceitação da mulher no campo do trabalho, desde o momento em que esta buscou por uma oportunidade de trabalhar fora. Enfrentando dificuldades como a resistência por parte dos homens de trabalhar no mesmo local, realizando as mesmas atividades, afinal, as mulheres eram rotuladas como suas concorrentes diretas e poderiam ameaçar sua permanência no trabalho. A desvalorização das atividades realizadas pelas mulheres se faz perceptível através de um salário inferior, quando comparado ao valor pago ao homem na realização de trabalhos iguais ou semelhantes.

E o ganhar menos é justificado através da explicação de que o homem, como o provedor da casa, deve receber um salário que o possibilite a isso. Beauvoir (2009, p. 175) afirma que a mulher ao trabalhar, “[...] contenta-se, na maioria das vezes, com trazer para casa um auxílio”, um dinheiro extra, que não sendo fundamental para seu sustento, pois este é o papel do pai ou marido, é aceitável que seja pouco, diferentemente do quanto o homem cobrará para realizar a mesma atividade. Estes fatores apontados por Beauvoir (2009) servem-nos como indícios de uma sociedade que não compreende a mulher como necessária e apta a realizar outras atividades que não estejam relacionadas diretamente ao lar. Uma sociedade que preza as tradições e costumes que já estão arraigados e tidos quase como uma verdade absoluta e que vai se opor a esta nova mulher em processo de transformação. Uma transformação que vai abranger todos os setores da sociedade, mudando o olhar da família quanto a ela, alterando a maneira limitante como era conduzida pelo marido e desafiando a si mesma a romper barreiras e preconceitos que a ela foram direcionados. Estas transformações que começam a entrar em processo de ebulição, recebem o apoio de um grupo de mulheres, que desejosas de mudanças, vão em busca de seus objetivos, que incluem maior visibilidade e maior oportunidade a mulher, em todos os setores da sociedade. Já outro grupo de mulheres, não deseja nem mesmo apoiar estas mudanças, estando felizes ou mesmo conformadas com as limitações a que estão submetidas, afinal, sempre foi assim e não há outra realidade a não ser a que vivem.

É este cenário de mudanças, rupturas e desafios que a mulher passa a enfrentar, que nos propomos a conhecer. Compreender sua realidade, seus hábitos, desejos e temores.

Analisar como esta mulher foi recebida dentro do mundo do trabalho marcado pela presença masculina e entender as dificuldades que a elas foram impostas; analisar, deste modo, como enfrentou e superou cada um dos desafios que encontrou em sua trajetória relacionada ao trabalho.

É necessário conhecer a trajetória destas mulheres, acompanhar sua rotina, e por vezes nos colocar em seu lugar. Vivenciando as mesmas circunstâncias, cometendo os mesmos acertos e erros, ou seja, nos tornar uma delas. Só assim, quando nos colocarmos no lugar do outro é que teremos a dimensão do que este vive e o quanto cada pequena conquista é significativa e válida. Neste sentido, a presente pesquisa destina-se a conhecer e compreender o papel desempenhado por um grupo de mulheres específico e que realizam as mesmas atividades profissionalmente. Este grupo de mulheres tem como característica comum, o fato de trabalhar junto ao setor coureiro-calçadista, desempenhando suas funções no setor responsável pelo processo de produção de calçados. Em relação ao nosso recorte temporal, nossa pesquisa inicia durante o ano de 1990, estendendo-se até o ano de 2017.

Desta maneira, selecionamos duas fábricas que se destinam à produção calçadista, tendo suas instalações situadas na cidade de Parobé-RS, que estabelecemos como recorte espacial para nossa pesquisa. A cidade de Parobé- RS, situa-se na Região Metropolitana de Porto Alegre, com distância de aproximadamente 70 quilômetros de distância da capital, Porto Alegre. A história da cidade está intimamente ligada à fabricação calçadista, por ser uma localidade que contou e ainda conta, com um número significativo de fábricas e operários que atuam como mão de obra essencial para este setor. A cidade vivenciou momentos de valorização e crescimento destas indústrias, mas presenciou também, a partida e o fechamento de várias fábricas, que não suportaram a crise pela qual o setor calçadista enfrentou. Por estes motivos, a cidade de Parobé será nosso recorte espacial, fazendo parte desta pesquisa.

É neste meio fabril que buscaremos descobrir esta mulher, conhecer as atividades que realiza e o motivo pelo qual esta tarefa lhe foi destinada. É nosso desejo compreender como a mulher percebe seu trabalho e como este é caracterizado pelos homens, que diariamente ocupam estes mesmos espaços, realizando junto a elas as suas atividades. Tendo em vista o processo histórico, que define a mulher como inferior ao homem, o trabalho realizado por ela também enfrentou a resistência e desvalorização por parte da sociedade. Frente a isso, qual a realidade enfrentada pelas mulheres operárias junto ao setor de produção coureiro-calçadista na cidade de Parobé – RS? Há resquícios de depreciação salarial e profissional dessa mulher?

Para que possamos conhecer os aspectos relacionados ao ambiente fabril e compreender o papel da mulher operária dentro deste setor de trabalho remunerado, é fundamental entender os motivos que levaram a cidade de Parobé a se destacar como um núcleo calçadista. Sob esta ótica, analisaremos duas empresas que se instalaram nesta localidade, sendo referenciadas quando se trata de assuntos relacionados à produção, qualidade de seus produtos e número de empregadas que fazem, ou fizeram parte de suas equipes de trabalho.

Dentre as duas empresas analisadas, a Calçados Azaléia² S.A. permanece atuando no ramo calçadista na cidade, porém o quadro funcional foi reduzido drasticamente, quando comparado aos anos anteriores. Atualmente, a empresa se instalou em outros estados, mas permanece realizando suas atividades de comércio no mercado nacional e internacional.

A segunda empresa analisada para a realização desta pesquisa é a Calçados Bibi³ Ltda., que mantém sua produção e atividades atualmente. Com suas instalações em Parobé, abrange uma parcela significativa da mão de obra disponível na cidade. Entre estes trabalhadores, as mulheres operárias que fazem parte do cerne desta pesquisa. A empresa se distingue das demais, por estar voltada para a confecção de calçados que se destinam ao público infantil e juvenil. Sua produção permite abastecer o mercado nacional e internacional com os calçados produzidos dentro de suas dependências.

Os dados coletados receberam um tratamento associado as entrevistas que foram realizadas durante o processo de construção desta pesquisa, a fim de analisar e relacionar as informações entre si. A escolha destes entrevistados se baseou no critério de indicação. Ou seja, quando um entrevistado indica outro, que pode contribuir por também conhecer o assunto pelo qual apresentamos interesse. Esta metodologia é denominada de “Bola de neve”, e baseia-se, segundo Vinuto (2014), na utilização de indicações de novas pessoas a serem entrevistadas, por aqueles que já participaram deste processo. Desta maneira o pesquisador se utiliza dos contatos que já possui, para que novos contatos sejam realizados. Forma-se, assim, um grupo de colaboradores a serem analisados durante a pesquisa de caráter qualitativo.

Outro recurso metodológico é a aplicação de questionários que serão realizados com operários e operárias de diferentes ocupações, idades e níveis de escolaridade, priorizando que diferentes realidades e experiências sejam percebidas e analisadas. Estas práticas de análise

² Calçados Azaléia² S.A: Esclarecemos que quando fizermos referência a esta empresa, utilizaremos a nomenclatura Azaléia, como frequentemente consta na documentação elaborada pela própria fábrica e que servirão como fontes para a elaboração desta pesquisa.

³ Calçados Bibi Ltda: Ao nos referirmos a esta empresa no decorrer da pesquisa, adotaremos a nomenclatura de Bibi, como adotado pela empresa em seu material de divulgação a ser utilizado na elaboração desta pesquisa.

documental, referências teóricas, entrevistas e questionários, nos permitem a realização de um estudo de caso múltiplo, por utilizarmos comparações, diferenciações entre análises de duas fábricas e de trabalhadores que nelas exercem suas atividades, para o entendimento mais concreto e dinâmico sobre o assunto que será abordado.

Frente a estas questões, utilizaremos uma breve explanação histórica sobre como ocorreram os processos das instalações de fábricas destinadas à produção coureiro-calçadista no Rio Grande de Sul, com seu foco situado no Vale dos Sinos, assim como os motivos que levaram estas mesmas fábricas a expandirem suas atividades para outras localidades. Dentre os espaços destinados a instalações de fábricas coureiro-calçadistas, a região⁴ do Vale dos Sinos⁵ destaca-se por ser considerado um importante polo industrial relacionado à fabricação de calçados no Estado do Rio Grande do Sul. Obtendo um crescimento importante, oportunizou a especialização da mão de obra dos funcionários que trabalhavam nestas atividades.

Essa especialização permitiu duas situações diferenciadas, a primeira situação está relacionada ao aumento na produção total, assim como no aperfeiçoamento que permite uma maior qualidade do calçado. A segunda situação está relacionada à especialização do trabalhador, o que também exerce influência sobre o valor do salário a ser pago a ele. Quanto maior o domínio e a experiência na realização das atividades, maior é o salário que o trabalhador deseja receber. E este foi um dos fatores que tornou inviável para estas fábricas continuarem a exercer suas atividades centralizadas no Vale dos Sinos. Buscando uma possibilidade de tornar esta mão de obra mais barata, assim como estabelecer suas dependências em regiões próximas ao Vale dos Sinos, algumas fábricas instalaram suas filiais, ou mesmo deslocaram-se para cidades mais interioranas, como Parobé.

Consequentemente, a cidade terá de se adaptar a esta nova realidade e as exigências que passam a surgir com a instalação destas fábricas na cidade. Entre estas exigências, podemos destacar a necessidade de mão de obra suficiente para as empresas que aqui se

⁴ Região: Este conceito é descrito por Reichel (2006, p. 44) que se utiliza geografia crítica para melhor entender e defini-lo. Deste modo, o conceito de região está ligado diretamente ao modo como o homem se relaciona com a natureza, inclusive em relação ao trabalho que realiza. Esta relação resultará em “espaços geográficos, dotados de especificidades naturais, econômicas e humanas”. Sob a perspectiva de Bassan (2003, p. 22), o termo região é apontado como “uma porção do espaço com características naturais específicas que ao longo do seu processo de formação histórico-cultural foi configurando uma identidade de região própria”. Nesta pesquisa, utilizaremos da definição do termo região, baseado em Bassan (2003) e sua descrição deste conceito.

⁵ Vale do Rio dos Sinos: composto por quatorze municípios, sendo eles: Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoití, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Rolante, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia. Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Vale dos Sinos 2015-2030, o Vale dos Sinos é caracterizado pela instalação e funcionamento de indústrias que englobam setores tradicionais assim como de alta tecnologia. A região se destaca por possuir maior concentração populacional do Estado do Rio Grande do Sul.

instalam. Assim como a disponibilização de lotes ou terrenos em que as pessoas que querem se estabelecer na cidade em busca de trabalho, possam se estabelecer e fixar suas moradias. Como veremos mais detalhadamente, no decorrer desta pesquisa que contará com cinco capítulos, organizados na seguinte forma. O primeiro capítulo abordará as questões relacionadas a dominação masculina e a submissão feminina. Uma situação que reflete os aspectos impostos pela sociedade que delimita comportamentos e atitudes que devem ser seguidas, tanto pelo homem, como pela mulher. Não se aceitando outras escolhas que não sejam aprovadas anteriormente.

Durante o segundo capítulo, abordaremos os movimentos feministas. Foi através desta organização de mulheres que a luta por direitos, espaços e visibilidade foram possíveis de serem alcançados. Mas para isso, foi necessário contar com a dedicação e empenho de mulheres que não temeram as consequências, quando enfrentaram uma sociedade que não desejava passar por modificações, ainda mais, em relação às mulheres.

Permeando o terceiro capítulo, trataremos de como ocorreu o processo de inserção da mulher ao mundo do trabalho assalariado. Apontaremos os motivos que levaram estas mulheres a buscarem uma colocação no mercado de trabalho. Destacaremos as principais dificuldades enfrentadas por elas e como agiram para enfrentar cada um destes obstáculos.

O quarto capítulo tem como objetivo descrever como o processo de fabricação calçadista chegou ao Rio Grande do Sul, assim como seu crescimento e propagação destas fábricas por outras cidades próximas. Em relação ao quinto capítulo, serão analisados os dados levantados durante o processo de entrevistas e questionários, que foram realizados com o objetivo de compreendermos a situação da mulher dentro do setor de produção calçadista. Buscaremos identificar as atividades que realiza, o motivo de ser indicada para a realização deste trabalho. Queremos nos aproximar desta mulher operária, para que desta forma, possamos conhecer as situações a que está sujeita, ficando atentos para identificar se existem situações de discriminação ou preconceito relacionado à mulher, ao trabalho que realiza e ao salário pago a ela. Em um último momento, apresentaremos as conclusões que foram atingidas com a realização deste trabalho de pesquisa.

2 A DOMINAÇÃO MASCULINA E A SUBMISSÃO FEMININA

Os assuntos que abordam e discutem as questões relacionadas a busca por visibilidade de gênero, se fazem presentes e significativos nos mais diversos meios de comunicação. São textos, produções cinematográficas, imagens, programas de televisão, organizações e empresas privadas que defendem esta proposta. Buscando assim, apoio e visibilidade ao movimento realizado pelas mulheres em busca de respeito, aceitação, um espaço destinado a elas dentro da sociedade e principalmente o reconhecimento. Reconhecimento que deveria se estender desde o espaço privado, local ao qual a mulher foi destinada a permanecer por um período significativo de tempo, quanto ao espaço público, onde buscará estabelecer-se profissionalmente, desejando um ambiente que lhe pertença e a aceite.

Muitos destes locais públicos foram projetados e destinados para receber e serem explorados por homens. Um ambiente masculino, seletivo e limitante. Tal fato pode ser confirmado através da perspectiva de vários pesquisadores⁶ que passaremos a abordar, assim como Bourdieu⁷ (2017, p. 41), ao afirmar a existência de lugares públicos destinados aos homens, de onde as mulheres deveriam ser evitadas e excluídas, isto é, não eram aceitas e nem toleradas nestes ambientes. De acordo com esta questão, Soihet⁸ (2012) aponta que era previsto no meio social que o ambiente propício para a permanência da mulher era o lar.

A partir deste viés, entende-se que a própria sociedade delimitou os espaços que poderiam ser ocupados por elas, assim como atividades, tarefas e principalmente os aspectos relacionados à divisão do trabalho, como veremos mais adiante. Socialmente, buscou-se estabelecer com clareza os comportamentos e possibilidades, os locais a serem ocupados e pertinentes para cada um dos gêneros.

Estabeleceram-se características, um padrão ideal a ser seguido, tanto no que diz respeito ao campo comportamental como profissional para o homem e a mulher. As atitudes,

⁶ Optamos por identificar e caracterizar os autores/pesquisadores que serão citados com maior frequência durante o decorrer de nossa escrita e que serão utilizados como base teórica para fundamentar a pesquisa que nos propomos a realizar. Estes mesmos autores são reconhecidos no meio acadêmico pela significância e seriedade de seus trabalhos.

⁷ Pierre de Bourdieu (1930 – 2002): Sociólogo francês e pesquisador, segundo Valle (2007), Bourdieu tem exercido influência através de seus vastos trabalhos em assuntos relacionados à arte, comunicação, educação, política e religião, entre outros. Suas influências não se resumem só a pesquisadores franceses, mas intelectuais de diversos outros países se utilizam de suas ideologias. Neste sentido, nos basearemos em seus apontamentos em relação à prática de dominação que se faz presente no meio social, ou seja, a dominação do homem sobre a figura feminina.

⁸ Raquel Soihet: Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, professora titular da Universidade Federal Fluminense. Possui experiência na área de História, destacando a História de Gênero e História Cultural. Aborda temas como: relações de gênero, história das mulheres e feminismo. Utilizaremos de seus estudos e pesquisas como referencial teórico para a elaboração desta pesquisa.

comportamentos ou escolhas divergentes dos tradicionais tenderiam a ser apontados, questionados ou reprovados socialmente.

A partir desta explanação, buscar-se-á chamar a atenção para um assunto que não é novo, mas que permanece despertando interesse como tema principal de diversas pesquisas acadêmicas na atualidade. Trata-se da busca da mulher por reconhecimento, aceitação e valorização. Sua luta por um lugar na história, não apenas como uma mera telespectadora, que apenas presencia acontecimentos e transformações sem opinar ou decidir sobre eles.

Mas, ao contrário, abordaremos a mulher desempenhando a personagem principal, que merece destaque e reconhecimento por suas trajetórias, dificuldades enfrentadas, suas conquistas e direitos adquiridos com o passar dos anos. Mas principalmente, por sua luta pela igualdade entre os gêneros. Deseja-se romper com a ideologia que caracteriza a mulher como o sexo frágil, necessitando de amparo e constante condução pelo homem, incapaz de opinar ou decidir. A capacidade da mulher vai além do que a sociedade limitou e definiu para ela. As atividades que podem realizar transpassam sua delicadeza, a simples utilização da agulha e linhas como ferramentas de trabalho (Perrot⁹, 2005). Elas possuem aptidão para muitas outras áreas de trabalho, até então indisponíveis para as mulheres.

Para isso, se faz necessário analisar e compreender a situação de submissão, aceitação e obediência que esta mulher deveria dispensar ao homem. A questão de obediência e o dever de cumprir ordens por parte da mulher, era uma prática comum e utilizada no século XIX. Habner (2012, p. 50) descreve que “a ideologia da supremacia masculina prevalecia”, sendo a mulher destinada a obedecer ao pai, ao irmão mais velho e posteriormente, ao marido após o casamento.

A essa situação a mulher foi sujeita durante décadas, mas é fundamental destacar o papel que deveria ser desempenhado pelos homens neste mesmo período. Se a mulher deveria servir, o homem deveria ser servido. Ambos tinham de agir e portar-se de maneira tradicional, caso não desejassem ser apontados, sendo motivo de comentários ou mesmo alvos de rejeição social.

Neste contexto, Ribeiro (2011) aborda sobre a suposta fragilidade da mulher e sua inferiorização frente ao homem. Define que esta caracterização da mulher como sexo frágil não tem nenhuma fundamentação biológica ou anatômica que a limite e classifique desta

⁹ Michelle Perrot: professora de história contemporânea na Universidade de Paris – VII – Denis Diderot. Caracterizada, segundo Pedro (2003, p. 509) como “a grande mestra da história das mulheres”, escreveu trabalhos importantes que foram traduzidos para idiomas como alemão, coreano, espanhol, entre outros. Participante das lutas acadêmicas e na militância feminista, tem vasto conhecimento sobre o universo feminino e questões relacionadas a gênero.

forma. A mulher não nasceu portadora de alguma deficiência ou limitação física e mental que a caracterize desta maneira. Tal ideologia baseia-se em fundamentação simbólica, não em algo que esteja ligado diretamente à natureza feminina, que a tornaria débil, delicada e limitada. Isso vem de uma imposição social, uma característica compreendida como normal para a mulher.

De acordo com esta percepção de mulher fragilizada, Tedeschi¹⁰ (2012) argumenta sobre a existência de um paradigma que se fez presente na história, de ilustrar a mulher como um ser humano impotente e incapaz, que somente teria sua continuidade existencial garantida devido à presença do homem. Este assumiria o papel de cuidar, prover e proteger a mulher que, por si mesma, não teria condições de manter sua própria segurança e estabilidade.

Frente a isso, é possível perceber que a mulher tem buscado romper as algemas que foram impostas a ela por uma sociedade que preza a tradição e os costumes e que, por séculos, confinou-a em um ambiente limitado e cercado por paredes, tanto as concretas, como paredes invisíveis. Essa sociedade também minimizou e desconsiderou seus sentimentos e conhecimentos, podando suas asas e impedindo-a de alçar voos mais longos. Assim, manteriam a tradição da “velha regra da submissão masculina” (DEL PRIORE¹¹, 2013, p. 67) e do silêncio. A mulher deveria continuar aceitando as decisões do pai ou marido e ocupar um lugar de inferioridade quando comparada à posição social ocupada pelo homem.

E foi esta posição ocupada por eles, que mereceu destaque e importância, até mesmo quando isso se refere a assuntos femininos. Foi a história das mulheres retratada e divulgada sob a ótica masculina. Para Cardoso e Vainfas (1997, p. 295) são os discursos masculinos que descrevem estas mulheres neste momento, “determinando quem são as mulheres e o que devem fazer”, sendo o próprio homem o narrador da história das mulheres e como ele as percebe e as avalia.

Lentamente, mudanças ocorreram neste processo. A mulher passa a ser vista e percebida, despertando, assim, o interesse em desvendar e trazer à tona, aspectos que foram negligenciados durante séculos.

¹⁰ Losandro Antonio Tedeschi: é doutor em História da América pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS/RS. Professor Associado na Universidade Federal da Grande Dourados – Mato Grosso do Sul. Dedicou-se aos estudos de gênero, história das mulheres, memórias e migrações.

¹¹ Mary Del Priore: Doutora em história pela Universidade de São Paulo e pós-doutora pela *École des Hautes Etudes em Sciences Sociales*. Professora do Programa de Mestrado em História da Universidade Salgado de Oliveira – Niterói. Suas pesquisas abrangem assuntos como história colonial, história da cultura e história de gêneros.

De acordo com Welzer-Lang¹² (2001), embora exista uma tentativa de diminuir as discriminações baseadas nas diferenças entre os gêneros, é essencial deixar claro que estas ainda perduram e ocorrem na sociedade atual. Isso justifica a necessidade de dar continuidade aos projetos e movimentos femininos em busca de políticas públicas relacionadas aos direitos da mulher e sua valorização, tanto nos aspectos pessoal como profissional.

É perceptível a ideia de uma superioridade masculina, ou seja, o homem como superior à mulher faz-se bem presente no contexto histórico. Em algumas décadas isso aparece com mais intensidade na sociedade; em outros momentos, apenas reflexos discretos desta suposta supremacia, que pode ser justificada através de diferentes aspectos, como as habilidades físicas e psicológicas, por exemplo.

Para compreender, de fato, o que esta ideia da superioridade masculina representa, é fundamental que entendamos os fatores que levam os homens a serem percebidos como tal. Conhecer as características que possuem e que os colocam em posição de destaque quando comparados à mulher. Utilizaremos a caracterização do homem, segundo Welzer-Lang (2001), que o descreve como um dominador, aquele a quem a mulher deve ser submissa e obediente, tanto dentro dos limites do ambiente privado, como também fora dele, principalmente quando estiver em espaços públicos, local onde o representa diretamente. O homem é dotado ainda de privilégios que abrangem campos diversos, como materiais, culturais e simbólicos. Isso contribui para que seja percebido ocupando uma posição superior, que se destaca, diferente da posição ocupada pelas mulheres.

Esta ideia vai ao encontro da discussão sobre a dominação masculina realizada por Ribeiro (2011), que aponta para uma sociedade organizada sob a regência de um sistema baseado no patriarcado¹³ - onde o homem exerce influência e autoridade – colocando em evidência a masculinidade, mas inferiorizando a feminilidade.

É possível constatar, através das leitura/s de Ribeiro (2011) e Welzer-Lang (2001), a formação de um pensamento, um modelo comportamental que vai traçar a posição social que

¹² Daniel Welzer-Lang: filósofo francês. Especialista em pesquisas relacionadas a estudos da masculinidade. Professor de Sociologia, no Instituto de Ciências Sociais Raymond-Ledrut (Departamento de Sociologia) - *Université Toulouse-Le Mirail*. Chefe do M1 (Mestre) de Sociologia. Autor de diversos livros e artigos que tratam sobre gênero.

¹³ Patriarcado: De acordo com LIMA; SOUZA (2015, p. 515), o termo patriarcado “refere-se a uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder”, exercendo sobre estes a autoridade máxima. Sob a perspectiva de Christine Delphy (2009) – socióloga francesa - patriarcado refere-se a uma forma de organização social onde o homem é o detentor do poder e autoridade. A autora destaca que o termo patriarcado foi utilizado durante os anos de 1970, em meio ao movimento feminista como a representação do que se desejava combater, ou seja, a dominação exercida pelo homem sobre a mulher, enquanto a mulher é oprimida por ele. Esta opressão e dominação masculina a que as mulheres encontram-se sujeitas é justamente o que o movimento feminista busca combater.

deve ser ocupada tanto pelo homem como pela mulher. O homem como uma figura autoritária e intimidadora. Já a mulher, passa a ser narrada como “um simples objeto de desejo, de prazer, de serviço, de procriação” (RIBEIRO, 2011, p. 478), não possuindo nenhuma característica que a aproxime da distinção e posição social da qual o homem é merecedor.

Enquanto realizávamos as leituras e estudos sobre esta questão, que aborda o homem como superior à mulher, deparamo-nos com diversas caracterizações do sexo masculino, colocando-o como soberano, exercendo a supremacia, se comparado ao sexo feminino. Dentre estas caracterizações, podemos citar Tedeschi (2012) que conceitua este homem como detentor do poder masculino, como uma peculiaridade específica do sexo masculino, o que justificaria o exercício deste poder sobre alguém, preferencialmente, aquele que seja considerado como inferior, mais fraco e disposto a obedecer. Neste caso, poder sobre a mulher, que deve a ele sua submissão e respeito.

TEDESCHI (2012, p. 40) destaca ainda o homem como imponente, descrevendo-o como o “único sujeito do discurso, único representante de toda a humanidade”. Pode-se perceber a valorização do homem pela sociedade. É aquele que pode e deve ser ouvido, levado em consideração, é ele que deve representar a coletividade. Corroborando esta visão quanto ao homem, Borges (2015, p. 70) salienta que, além de exercer o poder, é aquele considerado o único possuidor e detentor da inteligência. Já a mulher não consegue se destacar através de sua intelectualidade, pois a virtude que mais chama a atenção para a sua pessoa tende a ser “a beleza do corpo”. Frente a esta forma de análise, enaltece-se o homem e condicionalmente, se minimiza a mulher, rotulando-a como bela, porém ignorante.

Sob a perspectiva de Sant’Anna (2013, p. 246), o homem é visto como o portador da coragem, sendo esta qualidade indispensável na “formação de um verdadeiro macho”. A posse desta característica torna-o responsável diretamente pela proteção da mulher, que necessita disso. Tal qualidade não é considerada fundamental ou como parte da natureza feminina. A coragem, na mulher, pode ser considerada um “acréscimo” se vier a acontecer, um detalhe a mais. Sendo mais frequente que esta mulher esteja relacionada à fraqueza e debilidade.

Esta distinção entre os gêneros também pode ser analisada sob a ótica de Müller (2013, p. 302), que define os comportamentos considerados ideais para as mulheres e homens. Tais atitudes já devem ser ensinadas e postas em evidência desde a infância. A historiadora destaca entre estes comportamentos, que a menina é aquela que deveria apresentar aspectos de fragilidade, deve se demonstrar bem-educada, sensível, propensa às lágrimas. Sua vulnerabilidade é deixada em evidência.

Já os homens deveriam ser “fortes e duros”. Estas características devem estar sempre presentes e em destaque. Müller (2013, p. 303) quantifica como essencial que os homens possuíssem destreza, sejam agressivos, tenham opiniões próprias, “desenvolvendo o senso de competitividade como uma das principais características úteis à sobrevivência na vida adulta”. Para tanto, se fazia necessário saber dominar e explorar cada uma destas particularidades futuramente.

Ainda sobre esta perspectiva, Del Priore (2013, p. 70) relata que o homem “é o empreendedor, o forte, o imaginoso”, mas que necessita de alguém que o complemente. Este papel deve ser desempenhado pela mulher, que carrega sobre si “uma missão a cumprir no mundo: a de completar o homem”. Nota-se que a mulher novamente é vista como aquela que complementa outra pessoa, não se destacando ou dando a ela a oportunidade de destacar-se por si própria.

Percebe-se que a sociedade tende a definir, limitar e estabelecer regras comportamentais tanto para homens quanto para mulheres. Estas peculiaridades devem ser inseridas já na infância, para que depois de adultos, cada gênero possa assumir seu lugar na sociedade, desempenhando as funções que lhes são cabíveis e agindo conforme as normas e tradições.

Os meninos tornar-se-ão homens. É essencial que conheçam o papel que devem desempenhar futuramente. Meninas serão futuras mulheres; para tanto, devem saber que papel ocupar e que funções exercer. Ao receberem uma formação que os define e limita ainda na infância, poderão se tornar adultos com dificuldade de entender e aceitar mudanças comportamentais que contrariem os valores recebidos ainda na juventude.

Entre estas dificuldades de compreender e aceitar atitudes e comportamentos diferentes dos que foram ensinados ainda na juventude, podemos destacar, por exemplo, o machismo, conceito descrito por Drumont (1980, p. 81, grifo da autora) como “um sistema de *representações simbólicas*, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher”. A partir desta ideia, o homem é percebido como distinto da mulher devido a sua superioridade, e por vezes se utiliza desta posição para explorar ou limitar a mulher e sua capacidade. A autora ainda se refere a outra característica que está ligada diretamente ao homem: é a questão da masculinidade, pois é comum o desejo de ser visto como um macho pela sociedade. Vista ainda como uma qualidade que não pertence as mulheres, embora possa despertar em algumas, o desejo de possuí-la. Assim, o machismo representa uma forma de dominação e hierarquização, definindo o homem como o sexo dominante e a mulher como o sexo a ser dominado.

Já sob a perspectiva de Bourdieu (2017, p. 21, grifo do autor), “a divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas””, isto é, torna-se parte da natureza humana, estabelecendo e delimitando o que é pertinente ao homem, assim como o que é apropriado para a mulher. O autor destaca que socialmente tende-se a afastar os gêneros, destacar suas diferenças, ou mesmo minimizar suas semelhanças. Novamente se afirma a proeminência do homem e a inferiorização da mulher. Dois tratamentos diferenciados para grupos geneticamente semelhantes. Este distanciamento entre os gêneros é algo perceptível no meio social, em alguns momentos de forma mais perceptível e clara, em outras de maneira sutil e discreta, porém de forma contínua.

O autor se utiliza do termo dominação masculina para identificar o papel esperado e desempenhado pelo homem dentro da sociedade, atribuindo ao sexo masculino características como aquele portador de coragem, disposto a enfrentar perigos e momentos de conflitos. Estas peculiaridades nos transmitem uma imagem de proeminência, de um ser cuja superioridade foi adquirida e que dela se apropriou. Permite olhar as pessoas diferentes dele, com desprezo e desdém. Já as mulheres são classificadas e apontadas segundo suas vulnerabilidades.

Para Bourdieu (2017, p. 49), ao contrário do homem, a mulher passa a ser percebida e descrita como alguém desprovida de qualidades e talentos. Destinam-se a ela, atividades insignificantes, pequenas ou desnecessárias. As atividades feitas por elas são descritas como simplistas, podendo seus atos serem considerados “invisíveis e vergonhosos”; chegam até mesmo a classificar as mulheres, como aquelas “naturalmente destinadas ao baixo, ao torto, ao pequeno, ao mesquinho, ao fútil etc”. Frente a todas estas classificações, podemos perceber que as mulheres, assim como as atividades desempenhadas por ela, tendem a ser menosprezadas. Evidencia-se, assim, sua fragilidade e incapacidade de agir e comportar-se de maneira autônoma.

Ao homem, transmite-se uma imagem forte, resistente e ativa, justificando, dessa forma, sua soberania, e através desta superioridade conquistada frente à sociedade, o direito de ser obedecido, quase reverenciado.

Ao longo desta explicação, foi possível compreender os papéis sociais que se destinam tanto ao homem quanto à mulher. Percebe-se que ela foi induzida a ser guiada, a obedecer e viver à sombra do homem. Por mais que desejasse viver de outra maneira, acabava enfrentando as barreiras da sociedade e família, que, por vezes, a impedia de buscar novas conquistas e possibilidades.

Analisamos que o homem também possui um papel a desempenhar na sociedade, que espera dele comportamentos e decisões que reforcem seu lado autoritário, firme e sério. Tanto o homem como a mulher possuem espaços a serem ocupados, comportamentos adequados a serem seguidos e uma posição específica pré-determinada pela sociedade da qual fazem parte, a ser mantida. Enquanto homem e mulher agem como o esperado, não contrariando os padrões já estabelecidos, tendem a ser aceitos e respeitados enquanto indivíduos.

Uma realidade que vai passar por um intenso processo de mudanças e rupturas, as quais a parcela da sociedade vai se empenhar, com todas as suas forças, para que estas modificações não aconteçam. Estas rupturas e transformações apresentam-se ligadas diretamente à mulher, que passa a não mais se satisfazer com o modelo de vida que a ela foi imposto. Uma tradição que estabelece o lugar que ela deve ocupar, o que fazer e quando fazer. Não se pode negar que, para um grupo de mulheres, viver seguindo regras e tradições é uma situação que não lhes causa frustrações, infelicidades ou descontentamentos. Aceitam viver sob estes princípios e se conformam com as possibilidades que a elas foram ofertadas.

Mas há um outro grupo formado por mulheres desejosas por mudanças e pelas novas oportunidades que estas podem proporcionar. Mulheres que não aceitam e nem desejam viver mais à sombra dos homens e passam a lutar pelos seus direitos e pelos espaços que desejam ocupar na sociedade. Estes grupos de mulheres, que tem um mesmo ideal e a decisão de conquista-lo farão parte dos movimentos que se tornaram conhecidos como os movimentos feministas, que passaremos a discutir no próximo subcapítulo.

2.1 Movimentos feministas e a historicidade da mulher: sua busca por visibilidade e direitos

Neste subcapítulo discorreremos sobre o desafio o qual as mulheres se propõem enfrentar, quando decidem lutar por seus direitos. Entre estes direitos destacam-se o direito de serem vistas, de serem ouvidas, de serem participativas na sociedade que as exclui e limita. E para que estes direitos sejam conquistados, é imprescindível sua dedicação, devido aos grandes obstáculos que surgem no meio do seu caminho. Um percurso difícil, que por vezes parece estar tão distante de ser alcançado que é quase impossível continuar. É esta caminhada realizada por mulheres em busca dos direitos que acreditam serem dignos, que acompanharemos. Porém, não devemos seguir caminhando ao seu lado, mas nos deixemos seguir um passo atrás delas, para que vejamos de todos os ângulos os motivos, as consequências, dificuldades e os progressos conquistados durante as diferentes ondas do

movimento feminista. Isto posto, passamos agora a conhecer os motivos que levaram a mulher a buscar por mudanças.

Quando paramos para pensar e pesquisar sobre o tema relacionado às mulheres, é possível perceber e destacar que sua participação e mesmo sua presença foi mantida longe dos focos da história. Por décadas, elas foram mantidas de lado ou mesmo ignoradas, como se não estivessem ali, vivendo, sentindo e presenciando cada fato. Por vezes algumas mulheres se destacaram, pois desejavam mudanças no que se referia a elas, seus direitos, deveres e possibilidades. Assim como também existiram as mulheres realizadas com a realidade em que viviam ou mesmo conformadas com o que lhes era oferecido e oportunizado.

A vida e os hábitos individuais e familiares em meio à sociedade deveriam seguir os padrões preestabelecidos. Os costumes e tradições deveriam ser mantidos e respeitados. Fazia-se necessário seguir o comportamento considerado ideal, a fim de não envergonhar a família ou o marido. Qualquer deslize, atitude ou decisão fora dos padrões era notado, comentado e mesmo condenado pela sociedade.

Neste contexto, surgem grupos de mulheres que buscam por mudanças; entre estas modificações, se destaca a necessidade de lutar por melhores condições de vida, por mais oportunidades de trabalho, assim como a garantia e acesso aos direitos civis básicos, maior visibilidade, respeito e aceitação para o sexo feminino. Frente a estes objetivos e desafios, as mulheres passam a se organizar, formando grupos com interesses em comum. Ao juntar suas forças, elas se fazem notar nessa sociedade conduzida e organizada por homens. Rompem com o silêncio que a elas foi imposto, elevando suas vozes e seus clamores até se fazerem ouvidas, marcando sua presença em outros espaços, agora de forma definitiva.

As autoras Pinsky¹⁴ e Pedro¹⁵ (2012, p. 9) classificam o período que corresponde ao século XX como “o século das mulheres”. Tal nomenclatura se deve às transformações e à importância destas no que se refere aos assuntos relacionados às mulheres neste recorte temporal. Destacam, também, que algumas vitórias significativas foram conquistadas neste período, mas ainda se faz necessário dedicação e empenho para continuar obtendo melhorias e evitar a estagnação ou os descumprimentos das leis de assistência e direitos relacionados à mulher que já foram conquistados.

¹⁴ Carla Bassanezi Pinsky: Historiadora com doutorado em Ciências Sociais. Suas publicações versam sobre o estudo de gênero. Autora de obras que serão utilizadas durante a elaboração desta pesquisa, como *História das Mulheres no Brasil*, *Nova História das mulheres* e *Mulheres dos anos dourados*.

¹⁵ Joana Maria Pedro: Historiadora com pós-doutorado pela *Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse*. Atua como professora titular em História Social do departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Suas pesquisas abordam as questões de gênero. Coautora de *História das mulheres no Brasil* e *Nova história das mulheres no Brasil*, estas duas publicações foram utilizadas, entre outras de sua autoria, como referencial teórico para a construção desta pesquisa.

Este grupo de mulheres passou a buscar direitos e oportunidades que fossem oferecidos e garantidos a todas as mulheres. As ações que passaram a coordenar, ficaram conhecidas como movimentos feministas¹⁶. Sobre a origem destes movimentos, Schumacher e Ceva (2015, p. 53) estabelecem que somente nos anos iniciais do século XX é que tiveram origem as primeiras movimentações feministas, um fato também confirmado por Fougeyrollas-Schwebel¹⁷ (2009). Estes movimentos feministas, como ficaram conhecidos, foram a maneira encontrada pelas mulheres de lutarem por “[...] emancipação política e pela cidadania plena das mulheres”, buscando em conjunto, uma maneira de conquistar e assegurar para a coletividade os direitos pelos quais estavam lutando.

Os movimentos coletivos de mulheres ocorridos nos anos de 1960, contribuíram diretamente para que a história das mulheres germinasse e se fortalecesse. Tornaram estas mulheres, suas lutas e causas, conhecidas e intrigantes, sendo assim, discutidas em diversos meios por estudantes e docentes. As universidades passaram a receber propostas de abertura de cursos que se destinariam a estudar sobre as mulheres e o meio social em que estavam inseridas, a fim de conhecer melhor o sexo feminino, entender as causas pelas quais se empenhavam e o que buscavam.

Neste contexto, usaremos o conceito utilizado por Costa (2015), que descreve o feminismo como uma palavra a ser utilizada no plural – feminismos – pois representa ideologias e características de diversas mulheres, com significativas especificidades, como cor, etnia, classes econômica e social que as distingue, mas que as unem no objetivo de buscar direitos que sejam acessíveis a todas as mulheres de maneira igualitária e duradoura.

É preciso reconhecer a existência de várias peculiaridades dentro do universo feminino. Não é possível avaliar ou analisar uma única mulher na tentativa de que, ao compreendê-la, tornar-se-á possível compreender todas as outras. É notório que existem várias diferenças entre elas, como as apontadas por Costa (2015), mas, mesmo apresentando características distintas, se organizaram e se desafiaram a buscar melhorias que as beneficiassem como um todo.

¹⁶ Movimentos feministas: definido por Costa (2015, p. 470) como “organizações de mulheres em luta por causas as mais diversas”. O mesmo termo é descrito por Fougeyrollas-Schwebel (2009) como um movimento organizado por um grupo de mulheres que buscam acabar com a opressão do homem sobre a mulher. O grupo afirma que não há nenhuma diferença natural entre os gêneros, mas uma construção social e política que as classifica como inferiores ao homem. O movimento feminista luta pelo princípio da igualdade entre os sexos, ou seja, um equilíbrio, onde homens e mulheres tenham acesso aos mesmos direitos e as mesmas oportunidades.

¹⁷ Dominique Fougeyrollas-Schwebel: socióloga francesa. Pesquisadora Associada do Centro de Documentação e Pesquisa para Estudos Feministas (CEDREF), da Universidade Denis Diderot, Paris 7. Dedicou-se a pesquisar assuntos como a violência contra as mulheres, gênero, teorias feministas e confrontos internacionais. Possui livros, artigos e publicações relacionados aos assuntos de gêneros.

Frente a isso, pode-se destacar com base em diferentes leituras e fontes referenciais, as quais citaremos no decorrer do texto, que os movimentos feministas que fazem parte da contemporaneidade, são continuidades dos primeiros movimentos feministas. Embora anos tenham se passado, lutas tenham sido travadas e resultados possam ser apontados, os movimentos que ocorrem na atualidade continuam mantendo, segundo Narvaz e Koller (2006, p. 648) as “bases comuns”, isto é, a busca da mulher por visibilidade e respeito em todos os meios pelos quais transita. Esta busca possui ligações diretas e apresenta reflexos destes primeiros movimentos feministas, visto que o preconceito, discriminação e opressão fazem parte do universo feminino, estando presente “[...] nas mais variadas sociedades ao longo dos tempos”. É possível perceber que não somente as mulheres foram vítimas do preconceito¹⁸ e opressão, mas outros grupos também são vítimas desta mesma intolerância, como os negros e homossexuais. Estes ainda sentem na pele o preconceito, que é noticiado nos mais diversos meios de comunicação, repetindo-se sua ocorrência e relatos quase que diariamente.

Vivenciando esta realidade de rejeições e intolerâncias, as mulheres se organizaram em grupos de auxílio mútuo, dando início ao que conhecemos como feminismo. Narvaz e Koller (2006, p. 648) explicam o termo feminismo como “[...] uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes”. Entendemos, então, que o feminismo busca reconhecer o valor do indivíduo como um todo. Não se ocupa em definir quem deve ser superior ou quem deve ser submisso ao outro, mas destaca que todos possuem suas características, personalidade e vivências, o que os tornam pessoas distintas e valorosas dentro de sua individualidade.

Miranda (2015) aponta que as principais mudanças pelas quais estes movimentos se empenharam, foi pela igualdade e justiça em relação às mulheres. A autora afirma, ainda, que existem movimentos feministas em diversas localidades no mundo, reconhecendo que cada um destes grupos passa a buscar e lutar por questões que acreditam ser mais necessárias e significativas no momento em que vivem. Mas, em meio às diferenças que podem ocorrer, a semelhança que as une refere-se à valorização das mulheres na sociedade da qual fazem parte. Destacam-se as lutas e organização de campanhas que visam à conquista e à manutenção de direitos legais das mulheres, como a sua relação com seu corpo, os direitos ligados à reprodução, o direito de proteção relacionado a todos os tipos de violência, como a violência

¹⁸ Preconceito: Segundo o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, o termo preconceito é descrito como “intolerância; repúdio demonstrado ou efetivado através de discriminação por grupos religiosos, pessoas, ideias; pode se referir também à sexualidade, à raça, à nacionalidade, entre outros.

doméstica, o assédio sexual, entre outras necessidades. Todas estas questões, discutidas pelos movimentos feministas, estão diretamente relacionadas às mulheres; indiferentemente do local em que vivem, podem estar sujeitas a estas realidades e à negação do acesso aos seus direitos.

As feministas¹⁹ buscam tornar público o fato de que o homem teve acesso a direitos e privilégios durante o decorrer dos anos dentro da sociedade na qual está inserido. Já as mulheres não receberam os mesmos benefícios ou as mesmas possibilidades, pois foram “negligenciadas e desvalorizadas” (NARVAZ, KOLLER, 2006, p. 468) por esta mesma sociedade, que limitou, definiu e minimizou a mulher, permitindo ao homem se tornar o dominador e a mulher recebeu a designação de ser um sujeito que se deve dominar. Tais delimitações permaneceram existindo no contexto histórico, podendo ser presenciadas em diferentes situações, contextos e ambientes.

Buscando ser notada e vista de uma outra maneira, a mulher passa a se esforçar para conquistar o que acredita ser um direito seu. Um direito que seja garantido por lei e acessível não apenas a uma classe específica, mas que fosse ofertado e assegurado a todas as mulheres; este se tornou um dos objetivos pelos quais iriam se empenhar. De acordo com Prá²⁰ e Epping (2012, p. 33) os movimentos feministas foram os responsáveis para que os assuntos referentes às mulheres e suas necessidades tenham sido levados em consideração, chegando a conquistar espaço em discussões relacionadas a questões sociais e de caráter governamental. Dentre estas questões, destacam-se “a disputa por garantia de direitos e equidade de gêneros”. A mulher passa a pleitear e exigir que seus direitos, tanto civis como humanos sejam acessíveis.

Estes movimentos feministas se tornaram conhecidos por apresentar fases diversas. Cada nova fase, ou cada nova onda, como também são chamados, apresenta especificidades distintas, objetivos claros e destaca mulheres que foram fundamentais dentro deste contexto. Assim, faremos um breve apanhado de cada uma destas três gerações ou ondas feministas, destacando os propósitos os quais as mulheres se empenhariam para alcançar. Desta forma, no próximo subcapítulo, caracterizaremos o movimento feminista de primeira onda.

¹⁹ Feminista: Segundo a definição de Zolin (2007, p. 218) o termo feminista é entendido “como categoria política e não pejorativa, relativo ao feminismo entendido como movimento que preconiza a ampliação dos direitos civis e políticos da mulher, não apenas nos termos legais, mas também em termos da prática social”.

²⁰ Jussara Reis Prá: Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo - USP. Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dedica-se a políticas públicas, estudos feministas e de gênero (entre outros). Consultora Ad Hoc do programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as mulheres.

2.2.1 Movimento feminista de primeira onda

Este subcapítulo discorre sobre o movimento feminista de primeira onda, indicando quando e onde este movimento iniciou, assim como o objetivo que as mulheres que fizeram parte deste movimento desejavam alcançar, e o quanto se dedicaram e se desafiaram para isso.

Posto isso, destacamos que o momento em que o feminismo de primeira onda passa a florescer e tornar-se conhecido como movimento social, teria ocorrido, segundo Pedro (2005, p. 79) nos anos finais do século XIX. Quanto à localidade em que estes movimentos se fizeram mais presentes neste primeiro momento, Fougeyrollas-Schwebel (2009) indica que os Estados Unidos e parte dos países europeus contaram com ações importantes, organizadas por grupos de mulheres com interesses em comum. Neste contexto, buscavam, no campo da política, seus direitos como cidadãs. Entre estes direitos, destacam-se “o de votar e de ser eleita”²¹, o que concederia a elas a oportunidade de opinar sobre assuntos políticos, temática até então destinada exclusivamente aos homens.

O sufrágio²², como este movimento foi denominado, dedicava-se a estender o direito ao voto a todas as pessoas que viviam em um mesmo núcleo social. Karawejczyk (2015) assegura que não deveria ocorrer restrição quanto ao direito de votar, o que de fato ocorria. A autora destaca que o direito ao voto pertencia a um grupo privilegiado da sociedade, e que este grupo seria composto somente pelo “gênero masculino, brancos e possuidores de bens” (KARAWEJCZYK, 2015, p. 611), isso é, somente exercia o direito de voto um grupo seletivo de eleitores. Mulheres e homens que participaram deste movimento entre o fim do século XIX e início do século XX, ficaram conhecidos como “sufragetes” (PINTO, 2010), ou mesmo como “sufragistas”, popularmente identificados por suas participações e manifestações em lugares públicos na Inglaterra. A autora conclui como resultado destes movimentos, a instituição do sufrágio universal na França durante o ano de 1841, no qual se definiu os “homens como politicamente iguais”. Mas é necessário destacarmos que este direito à igualdade entre os homens frente à esfera eleitoral, não foi concedido às mulheres, que permaneceram afastadas de sua participação na política, unicamente por pertencerem ao sexo feminino.

²¹ Grifo nosso.

²² Sufragismo: Termo descrito por Karawejczyk (2015) como um movimento que se destinava a estender o direito ao voto a todas as pessoas, sem exceção. A existência deste movimento se deve à prática de que o direito ao voto se destinava exclusivamente ao sexo masculino, possuidor de pré-requisitos, o que limitava estes eleitores. Entre as exigências necessárias, o homem deveria ser branco e possuidor de bens. O termo sufrágio é encontrado de maneira mais frequente durante os séculos XIX e XX, relacionado à luta das mulheres pela oportunidade de participarem do processo eleitoral através de seu voto. Homens e mulheres que fizeram parte deste movimento, ficaram conhecidos como sufragistas.

A partir desta negativa, outras tentativas de negociações entre os movimentos feministas junto ao governo aconteceram. Neste processo, destaca-se como um dos responsáveis pela organização deste movimento, o nome de John Stuart Mill, que ocupava o cargo de deputado e que durante o ano de 1866 participou junto ao Parlamento inglês, pelo direito de voto estendido às mulheres.

Mesmo com a proposta recebendo apoio de 80 deputados, não se conquistou o número exigido para que o pedido fosse aprovado (ABREU, 2002). Tal solicitação foi negada novamente, agora pelo primeiro-ministro Gladstone. Mesmo com a resposta negativa para a proposta apresentada ao Parlamento, John Stuart Mill afirmava que sua dedicação em lutar pela possibilidade de voto para as mulheres, foi uma das realizações mais importantes de seu período como deputado.

Mesmo assim, a luta feminina continuou, acreditavam que eram merecedoras deste direito e aptas a participar e se fazer presente também dos assuntos relacionados a política. As sufragistas justificavam que não aconteceriam melhorias significativas em suas vidas, “até que os políticos tivessem de prestar contas a um eleitorado feminino” (ABREU, 2002, p. 460) que estaria mais atento às medidas tomadas por eles. Assim, a busca pelo direito ao voto ocupou a primeira posição dentro do movimento feminista de primeira onda. Ainda como destaca a autora, “a luta pelo direito ao voto era, portanto, um meio para atingir um fim” (ABREU, 2002, p. 460). Conquistando este direito, acreditavam ser capazes de obter melhorias que possibilitassem às mulheres superar as desigualdades a que estavam sujeitas, além de melhorias em setores como a educação e economia.

É importante frisar que, mesmo entre as mulheres, havia as que não desejavam ou não apoiavam as causas em que o movimento feminista estava envolvido. Alegavam, entre outras questões, que o envolvimento da mulher em assuntos relacionados à política as desviaria de um bom casamento, “que as mulheres tinham o cérebro menor que os homens, e que eram, por isso, menos inteligentes”, deveriam, portanto, manter-se a distância de tais assuntos. Afinal “a política corrompia as mulheres” (ABREU, 2002, p. 460), sendo seguro e pertinente a elas se dedicarem ao casamento e à família. Assim, ficariam distantes de uma área sobre a qual não possuíam compreensão e nem eram aptas para participar de assuntos relacionados à política, por exemplo.

Mesmo com a divergência de ideias e princípios entre as mulheres que compunham a mesma sociedade, o movimento não silenciou. Além do direito de participar do processo eleitoral, as mulheres passaram a pleitear por “educação, igualdade e cidadania” (MARTINS e ALCÂNTARA, 2012, p. 100). Tais aspectos foram essenciais para que as mulheres

pudessem fazer a transição do ambiente privado para o público, como veremos detalhadamente mais adiante.

As barreiras impostas pelo governo, que estava determinado a não atender as solicitações apresentadas pelas mulheres, como a oportunidade de votar, fizeram com que medidas mais drásticas fossem tomadas. Abreu (2002) descreve o cenário em que protestos, depredação e até mesmo greve de fome ocorreram como sinal de resistência. Tentando controlar estas atitudes, a alimentação forçada foi imposta pelo governo: um tubo era introduzido na garganta destas mulheres, alimentando-as por período que se estenderam de dias a semana. Esta decisão tomada pelo governo é caracterizada pela autora, como “um processo bárbaro visto como tortura” (ABREU, 2002, p. 464). Uma forma de que através da violência, o medo se fizesse sentido e presente. Desta maneira, acreditava-se que a força do movimento fosse se esvaindo, até não desaparecer completamente.

Frente a seriedade dos acontecimentos, da perseverança e da resistência das quais as mulheres eram capazes, o Parlamento inglês optou por reconhecer as mulheres o direito pleno à cidadania, representado através do direito ao voto. No ano de 1918, a lei que aprovou a reforma eleitoral obteve aprovação. Nas eleições que aconteceram ainda neste ano, as mulheres compareceram às urnas, somando cerca de 40% dos eleitores. Nos anos posteriores, foram eleitas para ocupar cargos políticos e passaram a representar as mulheres dentro do próprio governo.

Abreu (2002, p. 465) conclui afirmando que as sufragetes obtiveram resultados significativos, entre eles “o direito a cidadania”, podendo participar da sociedade da qual fazem parte, através de opiniões e escolhas. Os resultados deste direito estendido agora às mulheres, ficou conhecido em outros países, servindo como fomento para que novos grupos também se dispusessem a busca-los.

No que se refere aos direitos sociais e econômicos, Martins e Alcântara (2012) ainda destacam que as mulheres pleiteavam por melhorias na segurança, trabalho e estudo. Questões que se faziam necessárias em meio ao momento em que viviam. Havia, porém, dificuldades e resistências para estes benefícios se tornarem acessíveis e disponibilizados a elas.

Dentre este movimento destaca-se Berta Lutz, que nasceu no Brasil, mas cresceu na Europa, onde estudou e teve seu primeiro contato com o movimento organizado pelas sufragistas inglesas. É caracterizada por Schumacher e Ceva (2015, p. 58) como uma mulher britânica, que mesmo jovem se destacou por possuir “ideias feministas na cabeça”. Ao retornar ao Brasil, no ano de 1918, acabou se unindo a um grupo de mulheres a buscarem os direitos que acreditavam ser merecedoras, como o direito ao voto. Berta Lutz conquistou o

papel de líder neste movimento e se empenhou, juntamente com a colaboração de outras mulheres na criação e organização da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher.

A Liga tinha como objetivo principal trazer visibilidade às questões relacionadas à mulher e incentivar que outros estados também oferecessem a elas espaço, voz e vez. A Liga tem seu nome alterado e passa a chamar-se de Liga pelo Progresso Feminino.

No ano de 1919, um projeto que buscava conceder para a mulher o direito a participar das eleições no Brasil, foi apresentado pelo então senador Justo Clemont. Porém o projeto não recebeu a aprovação necessária para entrar em vigor, como destaca Araújo (2003), mas nem por isso, a busca pelo direito de participar das eleições governamentais foi deixada de lado pelas mulheres. Como fundamentação sobre esta decisão, Martins e Alcântara (2012, p. 99) baseiam-se no princípio de que a exclusão feminina se justificaria “[...] nas diferenças sexuais, ou seja, por serem anatomicamente diferenciadas do padrão (o masculino) não tinham um tratamento equânime no campo político”. Assim, se fez o uso da diferença biológica para alegar que a mulher não possuía o conhecimento e nem o discernimento necessário para se envolver e opinar no campo político. Portanto, era aconselhável que não participassem e nem tivessem nenhum tipo de envolvimento neste processo.

Embora a luta pelo direito ao voto feminino tenha continuado no decorrer dos anos, foi somente em 1932, durante o governo do então Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, que as mulheres foram aceitas como eleitoras no Brasil, através de uma determinação do Decreto de 21.076, com data de 24 de fevereiro deste mesmo ano. Este decreto afirma que serão considerados eleitores os cidadãos brasileiros que apresentarem idade superior aos 21 anos, sem distinção de sexo. Após anos de empenho e dedicação na busca pela possibilidade de votar, a mulher conseguiu conquistar e garantir o direito de comparecer e desempenhar seu papel de cidadã ativa e participativa nas urnas eleitorais.

Mesmo conquistando o direito ao voto, Martins e Alcântara (2012) registram que as mesmas continuam tendo pouca representação nos assuntos importantes e nas decisões políticas. Esta falta de representatividade pode ser compreendida através das informações colocadas por Pinto (2010), ao afirmar que os movimentos feministas que ocorriam no Brasil, assim como na Europa e Estados Unidos sofreram um processo de resfriamento durante os anos de 1930, porém, sem deixar de existir. Reapareceram só durante os anos de 1960, com uma força considerável.

Esta falta de representatividade impulsionou e deu ânimo para que os movimentos feministas continuassem existindo. As autoras ainda justificam a importância destes movimentos, pois foram eles que possibilitaram a este grupo uma maior visibilidade,

oportunizando a elas “[...] ter o status de indivíduo autônomo, autorrepresentável e com plenos poderes políticos” (MARTINS; ALCÂNTARA, 2012, p. 100), conquistas que não alcançariam sem a existência destes movimentos, que através da união das mulheres se empenharam em prol dos direitos femininos. Pode-se perceber, que o movimento de primeira onda foi significativo para que a mulher conquistasse o direito de participar como cidadã do processo eleitoral através de seu voto.

Para tanto, foi necessário empenho e não se permitir desanimar frente a primeira resposta negativa que recebeu. Deste modo, a mulher começa a perceber que através de organização e lutas de maneira coletiva, conquistariam novos direitos e novas possibilidades. Passam a sustentar estes desejos de mudanças e seguem em busca de mais visibilidade, de um novo desafio, como abordaremos no subcapítulo que segue.

2.2.2 Movimento Feminista de Segunda onda

Como visto no subcapítulo anterior, a mulher se organizou e buscou conquistar o direito ao voto. Desta maneira, recebeu o direito de optar e escolher seus representantes junto ao governo. Um passo importante, mas não único. A partir deste momento, a mulher percebe que pode conquistar outros direitos, ocupar novas posições e realizar atividades que anteriormente lhe eram negadas. Buscou, no movimento feminista de segunda onda, expandir os espaços que ela ocupava, assumir novas responsabilidades e principalmente, assumir o controle de sua vida, de seu corpo e crescer profissionalmente.

A segunda fase, ou segunda onda do movimento feminista ocorreu no período conhecido como pós-guerra, sendo que o momento de maior repercussão é apontado por Meyer (2004) como sendo entre os anos de 1960 e 1970 do século XX. O principal tema da luta feminina neste contexto era “a luta pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado (PEDRO, 2005, p. 79), ou seja, a mulher deseja ter mais autonomia, maior poder de decisão e controle de seu corpo e de sua vida.

O movimento feminista de segunda onda no Brasil é descrito por Pedro (2012) como possuidor de objetivos distintos dos movimentos feministas que haviam ocorrido anteriormente e que lutaram por direitos políticos. A situação no país é marcada pela ditadura militar, que limitava a liberdade de expressão popular, como veremos mais adiante. Pinto (2010) refere-se a este período como um momento em que a mulher busca por possibilidades que excedem as questões relacionadas ao trabalho, sua presença nos ambientes públicos e o acesso à educação. Busca-se que o homem e a mulher se relacionem de uma forma

diferenciada, uma relação de autonomia, aceitação e respeito; que ela possa se expressar e tomar decisões que julgue corretas, em relação a si própria, seu corpo e seus desejos.

É interessante destacar que, durante o movimento da segunda onda, as reuniões onde se discutia as questões relacionadas aos interesses da mulher, não contavam com a participação de homens. Era um movimento privativo em que se fazia necessário o sentir-se à vontade, para assim compartilhar suas experiências apenas com outras mulheres, por viverem situações, dificuldades e conflitos semelhantes. Pedro (2005, p. 81) conclui que estas mesmas situações e experiências de vida, que eram compartilhadas durante estas reuniões pelas mulheres de diferentes grupos e realidades distintas, permitiram a elas compreender que “[...] era a cultura, dominada pelos homens, que as tinha tornado submissas e com tão baixa autoestima”. Assim, sem receber estímulos e vivendo limitadas, acreditavam-se desqualificadas e sem preparo para novas possibilidades, e algumas mulheres passaram a viver reclusas em si mesmas.

A submissão ao homem era entendida como algo comum a todas as mulheres, o que acabava identificando o grupo e unindo-as em busca de melhorias. Os avanços positivos, que fossem conquistados, deveriam se destinar, não apenas para um grupo específico, mas que fossem disponibilizados a todas as mulheres, indiferente de sua classe social ou nível cultural.

O grau de instrução não foi um fator de exclusão ou de limitação dentro dos movimentos feministas. Pinto (2010, p. 15) caracteriza estas mulheres como pertencentes à “classe média e educadas”, vindas das áreas diversificadas como humanidades, literatura e psicanálise. A partir desta informação, pode-se concluir que mulheres de diferentes classes sociais e níveis intelectuais lutavam juntas pelo bem comum. Mesmo apresentando características e realidades distintas, tinham objetivos e desejos semelhantes às demais, como a visibilidade da mulher pela sociedade da qual fazia parte.

Ressalta-se que se buscou combater o preconceito e o menosprezo por parte da sociedade para com as participantes e as pessoas que apoiavam estes movimentos. Assim, “o novo feminismo apresentou reivindicações para além das relativas aos direitos políticos, econômico e educacionais” (PEDRO, 2012, p. 240). Empenharam-se também em conquistar o respeito e o direito a se expressarem publicamente, sem a necessidade de temer possíveis retaliações.

Entre estas novas possibilidades e desafios que a mulher passaria a enfrentar, Fraser (2007, p. 269) enfatiza que se fez necessário “reconhecer a diferença” existente entre o sexo feminino e o sexo masculino. O reconhecimento feminino por parte da sociedade passou a fazer parte do movimento e das lutas feministas. A autora ainda menciona que estes

movimentos passaram a buscar “mais a valorização da diferença do que a promoção da igualdade” (FRASER, 2007, p. 269). Neste ponto, a mulher quer se fazer respeitada dentro das suas especificidades, não deseja ser reconhecida e avaliada em caráter de igualdade com o homem, mas pretende ser percebida e aceita. Que sejam levadas em conta as suas diferenças e características distintas, mas que cada especificidade que as distingue, seja respeitada e valorizada pela sociedade.

O Brasil, na época, estava enfrentando um período de ditadura militar, o que gerou dificuldades nos assuntos relativos à liberdade de expressão. Os movimentos que se empenhavam em lutar por direitos sociais e políticos eram subentendidos como movimentos de esquerda (PEDRO, 2012) podendo representar ameaça ou perigos diretos contra o governo vigente (PINTO, 2010). Deste modo, era aconselhado silenciar ou combater tais movimentos e suas manifestações. Mas nem por isso, deixaram de existir por completo.

É possível perceber que a organização e a participação das mulheres que ocorria em diferentes lugares, possibilitou uma maior visibilidade e conhecimento sobre as causas pelas quais elas se empenhavam. Sua presença pôde ser notada em momentos distintos, como os que ocorreram no Brasil. Como exemplo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, Passeata dos Cem Mil, quando se manifestaram contra o governo vigente. Apresentavam-se presentes e ativas em diversos momentos.

Nos anos entre 1960, 1970 e 1980, é perceptível a presença dos movimentos feministas atuando no Brasil em diferentes frentes e com propósitos nítidos. Buscaram por construções de creches, pleiteavam anistia política para as pessoas que foram presas durante o regime militar, assim como desejavam as eleições diretas. (PEDRO, 2012). Foi possível sentir a presença das mulheres, assim como compreender o que buscam.

A mulher começa a conquistar a visibilidade que deseja. Esta é uma situação apontada por Costa (2009), quando afirma que assuntos relacionados ao feminismo passaram a estar presentes nos programas de televisão, podendo ser considerado um evento revolucionário neste meio. Neste momento, se continuou abordando assuntos como receitas culinárias, dicas para a educação aos filhos, mas outras questões passaram a ser abordadas, como a “sexualidade, orgasmo feminino, anticoncepção e violência doméstica” (COSTA, 2009, p. 60), assuntos que, a princípio, não se cogitava serem tratados e transmitidos no meio televisivo. Isso pode ser entendido como um avanço conquistado pelo trabalho constante realizado pelos movimentos feministas.

Pinto (2010, p. 17) identifica algumas das questões que fizeram parte das lutas destes grupos feministas, como “[...] educação, saneamento, habitação e saúde”. São assuntos com

relação próxima dos interesses e necessidades das participantes destes movimentos. Costa (2009) se refere ao movimento feminino brasileiro como um movimento que busca eliminar todas as formas de opressão impostas sobre as mulheres pela sociedade. O que justifica sua interferência em diversos segmentos da sociedade, mantendo relações de proximidade com os assuntos que interessam diretamente à mulher, como os seus filhos, o trabalho, entre outros.

É notório que o movimento feminista conquistou espaços, oportunidades e força no meio social. Mas ainda assim, era preciso fazer com que suas lutas e objetivos ficassem mais conhecidos e compreensíveis para a população que não possuía um fácil acesso a estas informações. Costa (2009) expõe como uma prática comum, a manutenção tradicionalista da superioridade masculina, sendo o homem a figura central do lar, aquele que deveria ser respeitado e obedecido. Cogitar a ideia de uma mudança neste sistema patriarcal, possibilitando a mulher mais espaço e voz, se tornou um desafio.

A maneira encontrada pelo movimento feminista para superar este desafio, foi se fazer presente nos mais diversos meios da sociedade, estabelecer as necessidades e prioridades para as mulheres e buscar criar políticas sociais que as ouvissem e as apoiassem. Dentre estas políticas sociais, buscavam “garantir a equidade de gêneros” (COSTA, 2009, p. 62), ou seja, um tratamento igualitário dispensado tanto para a mulher quanto ao homem, em todos os setores da sociedade.

Neste sentido, Narvaz e Koller (2006, p. 649) caracterizam a segunda onda como um movimento que luta contra a “opressão masculina e a busca pela igualdade”, principalmente pelas mulheres americanas. Já as francesas, desejavam a valorização e a visibilidade da mulher, que tanto havia sido ignorada no decorrer da história.

Segundo Pedro (2012), o movimento de segunda onda possibilitou que novos movimentos acontecessem, permitindo às mulheres buscarem seus direitos e lutarem contra a submissão e repressão a que foram sujeitas. Como aponta Fraser (2007), as mulheres se dedicaram a mostrar o quanto foram oprimidas com a ideia de que o homem era a figura que exerceria domínio sobre o sexo feminino. Tal ideologia acompanhou a mulher por gerações, definindo-a como aquela que deve obedecer, sendo tratada de maneira diferente e minimizada quando comparada ao homem pela sociedade e pela própria família. Meyer (2004) aponta que a mulher foi considerada como submissa, subordinada e até mesmo invisível historicamente pela sociedade e que tais situações deveriam ser alteradas.

Foi através destes movimentos feministas que se constatou que “[...] as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza, mas sim fruto da cultura e, portanto,

passíveis de transformação” (PEDRO, 2012, p. 241). São transformações, mudanças e conquistas que se pretende contextualizar no decorrer desta pesquisa.

Miranda (2015) destaca que na década de 1970, a Organização das Nações Unidas – ONU, encarregou-se de criar um espaço onde se discutiriam as questões relacionadas diretamente à mulher. Esta atitude concedeu destaque e a oportunidade para que, de fato, fossem discutidos e conhecidos os motivos que inquietavam esta parcela da sociedade, que por um período de tempo foi ignorada. Conforme as discussões e questionamentos surgidos nestas reuniões, conseguiu-se organizar “[...] a elaboração de políticas públicas para as mulheres em vários países do mundo” (MIRANDA, 2015, p. 8). Pode-se perceber a importância destes movimentos feministas e o quanto estas conquistas representaram na vida destas mulheres, como a garantia e a possibilidade de usufruir de direitos que até então lhes eram negados.

Em 1973, a proposta de pesquisar os assuntos relacionados às mulheres teve início dentro de universidades francesas. Soihet (1997, p. 277) relata que passaram a existir grupos de interessados em estudar sobre as questões femininas, cursos foram oferecidos e boletins começaram a circular no meio acadêmico, recebendo o título de “*Penélope. Cahiers pour l’histoire des femmes*”. Os assuntos relacionados ao universo feminino passaram a ser estudados e discutidos, agora, dentro das universidades.

Este tema - a história das mulheres - passou a ser discutido em outras localidades, como na Inglaterra, Estados Unidos e Brasil. De acordo com a autora, estas pesquisas aconteciam de forma débil, pois ainda não se podia reconhecer “[...] que as relações entre os sexos sejam vistas como uma questão fundamental da história” (SOIHET, 1997, p. 277). O primeiro passo já havia sido dado em uma nova direção, repleta de possibilidades e incertezas, mas que permitiriam às mulheres a possibilidade de participarem da escrita de sua própria história.

Segundo o relato de Adrião, Toneli e Maluf (2011), um dos fatores que auxiliou no processo de visibilidade e desenvolvimento dos movimentos feministas, foi a realização de reuniões e encontros de mulheres e feministas que passaram a ocorrer no Brasil durante a década de 1970. A partir destes encontros, as mulheres se organizaram e passaram a lutar pelas mesmas causas, dando mais força e sustentabilidade ao movimento. Os encontros em esferas nacionais e latino-americanas podem ser definidos como “[...] espaços de fortalecimento e discussões internas dos passos feministas, agendas e formulações” (ADRIÃO; TONELI; MALUF, 2011, p. 662). Nestes encontros eram discutidos os problemas, as propostas, seus desejos e como tornar cada um deles possível e acessível.

No Brasil, foi criado no ano de 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNNDM - este conselho apresentava ligações diretas com o Ministério da Justiça, tendo como objetivo principal, promover políticas para combater qualquer tipo de discriminação de que a mulher fosse vítima. Prontificava-se também a garantir o direito e participação nos assuntos relacionados com a política, economia e cultura no Brasil. Pode-se perceber que a mulher passa a estar em evidência, despertando o interesse dentro dos órgãos que fazem parte do governo e sua administração neste período.

Segundo Miranda (2015), até este momento, não existia nenhum órgão institucionalizado que tratasse exclusivamente dos assuntos relacionados à mulher. Este CNNDM é uma conquista adquirida através das reivindicações feministas que buscavam por seus direitos e benefícios e um lugar na sociedade.

Através destes movimentos, foram conquistados direitos e a garantia de seu acesso pelas mulheres brasileiras. Estes direitos são mencionados na Constituição Brasileira de 1988²³, onde se estabelece a igualdade perante a lei a todos os brasileiros, assim como licença-maternidade e demais direitos trabalhistas direcionados às mulheres. Deste modo, Pinto (2010, p. 17) define que a “[...] Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo”, pois garantiu a uniformidade entre homens e mulheres, assim como seu acesso a direitos e obrigações. Uma conquista significativa e sólida, que permanece válida na atualidade.

O CNNDM possibilitou oportunidades para as mulheres se fazerem ouvidas e representadas no meio legislativo, assim como o reconhecimento de seu movimento perante a sociedade, mas no governo do então presidente José Sarney, e através de seus atos de autoridade, que o CNNDM começou a demonstrar sinais de enfraquecimento, desgaste, perdendo sua representatividade nos anos seguintes. Pinto (2010) define que foi durante os períodos de governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso que o CNNDM enfrentou um completo descaso, perdendo o mérito que havia conquistado durante seus anos de existência.

Nota-se que os movimentos feministas contavam com momentos de avanços, mas também é possível constatar a ocorrência de alguns retrocessos durante suas trajetórias. Porém, mesmo nos momentos em que não conseguiam avançar rapidamente nas causas que

²³ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Segundo esta Constituição, em seu Capítulo I - dos direitos e deveres individuais e coletivos, estabelece que: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição, entre outras decisões.

estavam envolvidas, permaneciam atuantes e firmes em seus propósitos. Poderemos observar isso em uma nova fase conhecida como terceira onda e de que trataremos a seguir.

2.2.3 Movimento feminista de Terceira Onda

A terceira onda do movimento feminista assim como os movimentos de primeira e segunda onda, luta por melhorias, direitos e visibilidade para as mulheres. As questões pelas quais lutam, têm como objetivo ser oferecidas a todas as mulheres, indiferente de suas condições financeiras, escolaridade ou nível intelectual. A terceira onda de movimentos feministas surgiu nos Estados Unidos, no período que corresponde à década de 1990. Faziam parte da terceira onda, os assuntos que giravam em torno da “[...] análise das diferenças, da alteridade e da diversidade” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649); começa-se a discutir sobre as relações de gênero, estudando as semelhanças, assim como as diferenças existentes entre o homem e a mulher. As temáticas relacionadas com as mulheres passam a despertar interesse agora dentro dos limites das universidades, que se dedicam a elaborar categorias para suas pesquisas. Dentre estas categorias, as autoras apontam o “[...] conceito de gênero, a política identitária das mulheres, o conceito de patriarcado, e as formas da produção do conhecimento científico” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649). Fez-se necessário compreender o universo feminino, a sua identidade e estabelecer uma maneira científica para se pesquisar e buscar compreender suas características e peculiaridades.

Dentre estas peculiaridades, a pesquisa científica tinha como desafio explicar o significado de conceito de gênero, esclarecendo o entendimento por parte da sociedade em relação a este termo. Para Pedro (2005), o termo gênero passou a ser utilizado nos momentos de debates entre os membros dos movimentos feministas, nos momentos em que questionavam sobre os fatores que levaram a mulher ao parâmetro de submissão ao homem. Scott²⁴ (1995) afirma que o termo gênero tem sua origem ligada aos movimentos feministas dos quais participavam as mulheres americanas. O termo se apresenta intimamente ligado às questões que se relacionam com as diferenças baseadas no sexo.

A partir de sua utilização mais frequente, o termo “gênero”, passou a ser compreendido de formas diferentes no decorrer dos anos, porém apresenta-se sempre ligado às questões que falam sobre mulheres. Scott (1995) esclarece que, mesmo quando se deseja

²⁴ Joan Wallach Scott: Professora da Escola de Ciências Sociais do Instituto de Altos Estudos de Princeton, Nova Jersey. Dedicou-se a pesquisas sobre o movimento operário no século XIX e sobre o feminismo na França. Autora de diversos livros, artigos e publicações sobre gênero, como resultados de suas pesquisas e estudos.

falar da mulher, fala-se do homem, já “[...] que um implica o estudo do outro” (SCOTT, 1995, p. 75). Assim sendo, quando pesquisamos sobre as mulheres, estamos conhecendo também a história do homem, mesmo que de maneira mais superficial, pois ambos se relacionam entre si. A autora ainda esclarece que, quando falamos de gênero, estamos nos referindo diretamente “[...] ao estudo de coisas relativas às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 76), ou seja, tentativas de compreendê-las, assim como entender sua visão de mundo. Rago²⁵ (1998) também conceitua gênero; para ela o termo pode ser descrito como “uma construção social e cultural das diferenças sexuais”. As distinções existentes entre os sexos são levadas em consideração: diferenças “biológicas, comportamentais e psíquicas” (MEYER, 2004, p. 15), que podem ser apontadas como distintas entre mulheres e homens.

Acreditava-se, até então, na existência de uma única maneira, ou mesmo “essência” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 650) que as pessoas possuíam e que as definia como pertencentes ao sexo masculino ou sexo feminino. As autoras destacam que neste momento, se utilizava o termo sexo para diferenciar as características biológicas de cada pessoa, enquanto o termo gênero descrevia a “[...] construção cultural que ocorria sobre as diferenças entre homens e mulheres, com base nas diferenças biológicas” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 650). É necessário compreender que os termos sexo e gênero possuem significados distintos neste momento.

Foi somente durante o movimento de terceira onda que as feministas passaram a questionar estas ideias e definições de gênero utilizadas anteriormente. Passou-se a considerar outros elementos, não se baseando unicamente nas diferenças relacionadas a estrutura biológica do ser humano.

No Brasil, durante os anos de 1990, o movimento feminista enfrentou dificuldades, principalmente em relação ao governo vigente, que caracterizado por Costa (2009) como conservador, não tinha nenhum tipo de interesse neste tipo de movimento. Buscando se manterem firmes e em seu propósito de conquistar melhorias para as mulheres, estas se fizeram presentes através das Organizações Não-Governamentais – as ONGs, visto que não tinham nenhum apoio ou incentivo governamental.

Para Pinto (2010), os anos que se seguiram foram marcados por criações de diversas ONGs, que buscavam o auxílio junto ao Estado para a elaboração de leis a fim de proteger a

²⁵ Luzia Margareth Rago: Doutora em história pela Universidade Federal de Campinas – UNICAMP. É coeditora da Revista Aulas. Pesquisa Gênero, Subjetividades e Cultura Material do PPGRH da UNICAMP. Áreas de ensino e pesquisa: Teoria da História e História do Brasil República, feminismo e gênero, entre outros. Autora de diversos livros e artigos relacionados a gênero.

classe feminina tão diversificada em suas realidades e modo de vida, da violência a que estavam sujeitas, e por uma maior participação e representatividade na política.

Neste período é possível constatar a criação de diversos grupos de mulheres, que se uniam através de suas realidades semelhantes, em busca de melhorias e desenvolvimento. Como exemplo destes grupos, Costa (2009) cita os grupos de mulheres carentes, que se organizavam nos bairros onde residiam, grupos de operárias que se organizavam juntamente com os sindicatos, buscando melhorias no setor relacionado ao trabalho, até mesmo no setor rural. Houve a adesão de mulheres no movimento feminista, o que a autora denomina como “feminismo popular” (COSTA, 2009, p. 65). Junto a estas mulheres carentes e operárias, uniram-se os negros e os homossexuais, que compunham o quadro dos excluídos e menosprezados pela sociedade. Novamente é possível entender que o movimento feminista foi uma organização que priorizava a inclusão de todas as pessoas que se identificavam com as causas pelas quais o movimento lutava, buscando por melhorias para todos, de forma homogênea e igualitária.

Esta união de diferentes segmentos femininos que se dedicavam a conquistar melhores condições de vida para as mulheres se fez notável. Uma reunião foi marcada para organizar um grupo que representaria o movimento feminista e suas lutas na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, que ocorreria em Beijing, na China. Nesta Conferência, contava-se com grupos de mulheres pertencentes a diversos países. Discutir-se-ia sobre a importância dos direitos relacionados com a mulher, assim como as novas metas e objetivos a serem conquistados.

O reflexo desta Conferência no Brasil pôde ser percebido através do entusiasmo e ânimo que se instaurou no movimento feminista em nosso país, que passou a se reestabelecer e criar “[...] fóruns em locais que não existiam ou que estavam desativados, de novas articulações locais, de novos grupos ou setores/departamentos” (COSTA 2009). Ao perceber que o movimento feminista crescia, alcançando novos patamares dentro da sociedade, mais energia e disposição surgiam a fim de enfrentarem novos e maiores desafios. Agora buscavam apoio por parte do governo, que havia ignorado o movimento feminista e as causas pelas quais se dedicavam.

Mudanças em relação ao movimento feminista e o que ele representava, podem ser constatadas durante o primeiro período de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Costa (2009, p. 73) descreve que, no decorrer no ano de 2003, foi realizado a XXIX Sessão do Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW. Nele os representantes dos movimentos feministas se organizaram e elaboraram um

documento salientando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, solicitando o apoio e medidas do governo em relação a isso. Abordava assuntos que exigiam mudanças significativas como “a defasagem entre as garantias constitucionais de igualdade entre homens e mulheres; as intensas disparidades regionais, econômicas e sociais; [...] as visões conservadoras e estereotipadas a respeito das mulheres”, entre outros (AGENDE, 2003), entre outros.

Este documento tinha por objetivo principal, apontar as principais adversidades enfrentadas pelas mulheres, que ocorriam tanto no ambiente privado do lar, como nos espaços públicos. E através destes apontamentos, buscar que o governo apoiasse e mostrasse empenho para encontrar soluções para estas questões que se faziam necessárias e fundamentais para as mulheres como um todo. Costa (2004) afirma que a declaração contendo estas solicitações foi entregue, recebendo por parte do governo o compromisso de atender a todas elas. A autora ainda descreve que os compromissos assumidos pelo governo em relação às solicitações e necessidades enfrentadas pelos movimentos feministas, passam por obstáculos. Nem todas as solicitações foram de fato atendidas por parte do governo, mas pode-se destacar exemplos de políticas públicas que foram criadas, organizadas e aplicadas, tendo sua continuidade presente na atualidade.

Foram criados espaços para representação feminina e suas necessidades, como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, assim como o retorno do CNDM, que buscou se aproximar dos moldes que possuía originalmente, quando foi criado. Pinto (2010) destaca que entre estas políticas realizadas pelo Estado, pode-se citar a criação de Delegacias Especiais para as Mulheres, que se encontram em localizações diversas pelo país e a Lei Maria da Penha – Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 – esta lei protege a mulher de violência doméstica e violência familiar.

É possível perceber, neste sentido, a preocupação do Estado com as mulheres que enfrentam esta realidade de agressividade e maus-tratos, disponibilizando a elas segurança e proteção, assim como a oportunidade de buscar Delegacias especializadas e de fácil acesso em caso de necessidade.

Em relação ao movimento feminista e sua trajetória, podemos indicar e acompanhar os motivos que levaram mulheres de diferentes realidades, classes sociais e intelectuais a se organizar e a buscar melhorias que as favorecessem. Buscavam a elaboração de leis que as priorizassem e protegessem, apoio do Estado que as olhasse como parte importante da sociedade, merecedoras de atenção, direitos e oportunidades, principalmente no que diz respeito a sua liberdade e oportunidade de trabalho.

A mulher buscou, juntamente com outras que enfrentavam as mesmas situações de vida, ou se identificavam com estas, a força necessária para tentar combater o preconceito, a violência e os limites que a sociedade impunha sobre elas. Estas limitações que as cercavam e as calavam, foram uma realidade imposta a elas por diversas gerações; era uma condição comum para as mulheres que deveriam aceitar tal situação e se conformar com ela; afinal eram apenas mulheres vivendo sob um sistema que prioriza o homem e suas decisões. E dentro deste sistema de dominação masculina é que a mulher clama por mudanças e este clamor logo se transforma em ações.

Destacamos que estas ações se apresentaram incompreendidas e até mesmo rejeitadas em um primeiro momento, por setores da sociedade que não aceitavam a ideia de conceder para a mulher maiores liberdades e oportunidades. Mas esta resistência não foi suficiente para abafar o desejo por mudanças e possibilitou que o movimento feminista continuasse se dedicando a seus objetivos principais.

Deste modo, afirma-se que tanto os movimentos de primeira, como segunda e terceira ondas dos movimentos feministas, não foram isolados, mas são continuidades. Continuidades que ocorreram através de conquistas e visibilidades que foram adquirindo com o passar do tempo, pelos espaços que passaram a ocupar dentro da sociedade e principalmente junto ao Estado, assim como o apoio que passaram a receber.

Como resultado deste movimento organizado e liderado pelas mulheres, é possível avaliar suas conquistas. Entre elas, podemos citar o direito ao voto e a oportunidade de serem votadas e até mesmo eleitas. Assim como a conquista de maior liberdade pessoal e o direito de escolhas em relação a sua própria vida e seu corpo e novas possibilidades na esfera profissional. Estes progressos oportunizaram às mulheres reconhecer que poderiam chegar cada vez mais longe, movendo as pedras que encontrassem pelo caminho. E se estas fossem intransponíveis, ainda existia a oportunidade de contorná-las, mas era fundamental continuar caminhando. Seguindo em frente, enfrentando novos desafios e se apropriando de novos espaços e novos conhecimentos.

Para tanto, é necessário que a mulher se aperfeiçoe e se qualifique, o que será possível através da educação. Desta forma, as mulheres que possuem esta possibilidade e o acesso à educação passam a estudar mais e a empoderar-se pelo conhecimento que vão adquirindo. Nutrem o desejo de crescer mais como ser humano, mas como profissional também, que desejam melhores colocações no mercado de trabalho e um salário digno como abordaremos no subcapítulo a seguir.

2.4 Mulheres e educação: possibilidade de ascensão profissional e pessoal

A busca pelo direito de estudar assim como o acesso à educação é um dos pontos que mereceram destaque dentro dos movimentos feministas. Souza (2010, p. 114) define este motivo, como sendo “[...] a primeira e a principal causa defendida pelo feminismo brasileiro” durante o período compreendido como século XX. A importância do estudo para as mulheres seria a possibilidade de que através da educação, novos conhecimentos fossem adquiridos. Estas aprendizagens permitiriam a elas, a oportunidade de ocupar, futuramente, novas posições no mercado de trabalho. A oportunidade de poder estudar não era uma realidade próxima das mulheres, que tiveram seu acesso negado ou mesmo dificultado em anos anteriores.

O processo de educação destinado à mulher no Brasil é descrito por Rosemberg (2012) como um acontecimento de início recente, o que pode explicar o alto número de mulheres analfabetas, quando comparado aos homens no período que compreendeu os anos de 1872 e 1950. A primeira possibilidade de oferta de educação escolar para as mulheres, ocorreu através da elaboração da Lei de 15 de outubro de 1827²⁶, que oferecia a elas a possibilidade de cursarem a educação básica.

O artigo 11º da Lei de 1827 estabeleceu que o acesso à educação se daria através da criação de escolas para meninas, que seriam estabelecidas em localidades com um número significativo de moradores. Já o artigo 12²⁷ determinou quais seriam os conteúdos que deveriam ser ministrados em sala de aula. Definiu-se o ensino de alguns assuntos, como noções de geometria e de aritmética, da qual seria ensinado apenas o conteúdo básico. A questão a ser priorizada estava diretamente ligada a assuntos relacionados com a economia e a administração do lar, que estaria inteiramente sob sua responsabilidade após o casamento. Assim, se fazia necessário um melhor conhecimento de como a mulher deveria administrar o lar com maior eficácia, limitando desta forma a capacidade de aprendizagem da mulher, que deveria aprender somente assuntos relacionados com o que usaria em casa, privando-a de um conhecimento mais amplo.

²⁶ Lei de 15 de outubro de 1827, estabelece no Art. 11º – Haverá escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

²⁷ Lei de 15 de outubro de 1827, estabelece no Art. 12º- As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º.

Sob a perspectiva de Louro (2017), pode-se estabelecer os últimos anos do século XIX como um marco no que se refere à educação para as mulheres. Reconheceu-se a necessidade da educação como um fator primordial para se alcançar o desenvolvimento e o progresso da sociedade como um todo. Era fundamental que as mulheres fossem portadoras de características como “diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país” (LOURO, 2017, p. 447), seriam as mulheres as responsáveis por criar e educar os futuros líderes do país, era necessário saber como fazê-lo da melhor maneira, sendo a educação e a cultura materna um pré-requisito essencial neste momento.

Os assuntos e conteúdos destinados à educação de homens e mulheres eram distintos. A educação da mulher era focada nas atividades que iria desenvolver dentro do lar, enquanto esposa e mãe. Já o homem recebia um ensino que lhe propiciasse na formação de um cidadão de bem (SOUZA, 2010), afirma que esta delimitação referente à educação feminina foi transformando-se com o tempo. Estas modificações foram baseando-se no princípio de que a mulher seria a responsável pela educação dos filhos e que estes, mais tarde fariam parte ativamente da sociedade; fez-se necessário, assim, oferecer a elas a oportunidade de uma educação de melhor qualidade e mais diversificada.

Sobre esta questão, podemos perceber que há concordância entre os autores Louro (2017), Rosemberg (2012) e Souza (2010), pois todos afirmam que um melhor preparo intelectual, conquistado através de uma educação mais aprimorada, permite a mulher uma melhor oportunidade para que no futuro saiba educar os filhos e prepará-los para viver em sociedade.

Para Rosemberg (2012, p. 338), no período correspondente aos séculos XIX e XX e mesmo nesse início de terceiro milênio, tem sido possível encontrar a justificativa de que se deve investir na educação da mulher porque “mulheres educadas são melhores mães”. Novamente percebemos que a educação se faz necessária para as mulheres no que se refere a torná-las mães mais qualificadas para exercer o papel de educadora dos filhos. Não se faz nenhuma referência para as possibilidades profissionais que o estudo pode proporcionar às mulheres no mercado de trabalho, fora do ambiente do lar, assim como não há referência ao quanto a mulher pode evoluir como pessoa e como cidadã.

Mesmo em um momento no qual a sociedade percebe a educação como ferramenta necessária para as mulheres, é importante lembrar o lugar a que elas se destinam. Pinsky (2014, p. 191, grifos da autora) faz um alerta e “ênfatiza a necessidade de as mulheres continuarem ocupando o “seu devido lugar”: o de mãe devota e da “companheira que o

marido deseja”, destacando ainda, que a “mulher culta” não pode ameaçar o poder masculino, e muito menos, o modelo estabelecido de família”. Podemos analisar, através deste fragmento do texto, que a autora deixa transparecer a ideia de que, mesmo culta, quando estiver ao lado do marido ou em sua presença, a mulher deve se demonstrar submissa ou mesmo inferior a ele. Deve evitar, a todo custo, que ele se sinta menosprezado ou envergonhado pelo conhecimento e inteligência da esposa frente à família e à sociedade, que preza a permanência de costumes e tradições.

Dentro deste cenário, aparecem os primeiros grupos a se oporem a esta nova concepção de ensino destinada as mulheres. É o que afirma Souza (2010, p. 415, grifo do autor), quando descreve que “os homens acreditavam que as mulheres não eram aptas para o estudo científico em nível superior, porque seria “contra a natureza””. Novamente é perceptível a limitação imposta pela sociedade às mulheres, que, sem comprovação científica, são rotuladas de incapazes de aprender, de frequentar o meio acadêmico e produzir estudos de qualidade. O conhecimento intelectual da esposa deve ser um atributo que venha a somar para o casamento e não uma característica que a condene e a leve a perder o marido (PINSKY, 2014). A ideia apresentada pela autora, nos leva a perceber que o desejo de estudar e aprimorar-se intelectualmente era visto como desnecessário e ultrajante, que poderia ter resultados aterradores, como a mulher ser abandonada pelo marido, uma situação condenável frente à sociedade e família.

Mesmo com a existência de grupos que se opõem a um maior nível educacional para as mulheres, os anos de 1950 e 1960 são favoráveis a assuntos relacionados à educação feminina. O Brasil passa por um momento de crescimento e desenvolvimento econômico, que se reflete através de novas oportunidades de trabalho. Destaca-se que as atividades ligadas aos serviços burocráticos exigem um maior nível de conhecimento. Assim, ocorre “[...] o incentivo à educação de níveis médio e superior [...] quanto mais alto o nível de escolaridade da mulher [...] maior a probabilidade de participação no mercado de trabalho como mão de obra de melhor qualidade” (PINSKY, 2014, p. 187). O número de mulheres que passa a se interessar e a se dedicar aos estudos sobe significativamente. Ainda segundo a autora, no período entre 1950 e 1960, o número de mulheres que frequentam o ensino médio é muito semelhante ao número de homens.

Embora o acesso e a oferta de educação escolar tenham se tornado uma realidade para as mulheres, é necessário destacar a continuidade da existência de barreiras limitantes. Como exemplo, podemos citar as atividades consideradas ideais pela sociedade de serem realizadas pela mulher no que se relaciona com a esfera do trabalho. Há trabalhos recomendados para

elas, assim como existem profissões que devem ser evitadas, pois são consideradas indecorosas. Perrot (2013) aponta que certas profissões desempenhadas pelas mulheres, eram apontadas, muitas vezes, com suspeita de prostituição ou mesmo com comentários maldosos por parte da sociedade. As atividades junto ao comércio, pertencentes ou não à família da moça, não eram bem vistas, pois a moça permanecia exposta publicamente.

Esta visão negativa por parte da sociedade em relação à mulher desempenhar funções junto ao comércio foi se alterando durante o século XX. A presença feminina passou a ocupar os grandes *magasins*, enfrentando o preconceito dos homens que não a queriam nestes espaços, por perceberem nelas, a presença de uma possível concorrente a estas oportunidades de trabalho que eram destinadas exclusivamente a eles anteriormente.

As exigências eram rigorosas para que a mulher pudesse exercer estas atividades, como ser solteira, acatar ordens e não sentar em nenhum momento durante o período de trabalho. É possível compreender que era um trabalho onde se deveria obedecer a regras específicas e claras, com uma certa rigidez por parte do seu empregador. Mesmo sendo uma atividade que exige muito desta mulher, o salário que lhe era pago era precário. Quanto a isso, Perrot (2013, p. 124) caracteriza o pagamento pelo trabalho realizado por estas mulheres, como “medíocre”, ou seja, um salário insignificante, que não atendia as exigências que eram cobradas das mulheres para a realização destas atividades. Um valor salarial pelo qual os homens não aceitariam trabalhar. Mesmo em meio a este pagamento salarial abusivo ofertado para as mulheres, durante o ano de 1936, a presença feminina nos setores de vendas nas lojas de departamentos se torna superior ao número de homens a desempenhar a mesma atividade.

Outras atividades desenvolvidas pelas mulheres são apontadas por Matos e Borelli (2012) como as relacionadas a serviços de escritório, profissão desempenhada por homens durante o século XIX. Da mesma forma, as mulheres enfrentaram a rejeição por parte dos homens quando passam a se fazer presentes nestes ambientes. As atividades relacionadas à enfermagem também passaram a ser desempenhadas por mulheres. Para tanto, escolas particulares de enfermagem foram se organizando, como a Bourdeaux, na França, oferecendo a preparação necessária que lhes possibilitaria um melhor salário. Já no que se refere à medicina, a reprovação do homem pela presença da mulher neste curso foi notada. Para concluir seus estudos, ainda durante o século XIX, as mulheres buscaram localidades como Paris, Zurique e Londres. A ginecologia foi uma área apontada como amplamente escolhida para ser seguida por mulheres que desejavam tornarem-se médicas. As autoras esclarecem que atualmente a medicina é uma profissão que conta sim, com a presença de mulheres em números significativos, nas mais diversas especialidades.

O Direito foi outra área em que as mulheres tiveram de lutar para se fazerem aceitas. Novamente, houve desaprovação por parte dos homens, que não viam com bons olhos o fato de que elas estavam desejando desempenhar profissões percebidas como masculinas. Acreditavam-se os únicos a possuírem conhecimentos e capacidade de realizá-las. Mas a mulher não se intimidou frente a esta negativa inicial. Buscou por recursos e conseguiu impor sua presença nos mais diversos segmentos no mundo do trabalho. As áreas em que as mulheres foram aceitas mais tranquilamente estão relacionadas ao magistério, às práticas de enfermagem, farmácia e odontologia. Para Matos e Borelli (2012), estas áreas são as que menos se impuseram contra o trabalho feminino, mas as autoras deixam em evidência que existiram, sim, obstáculos que as mulheres tiveram de superar em relação a estas profissões.

A atividade de lecionar também passou por um processo de “feminização do magistério”, descrito por Louro (2017), como a mudança ocasionada pela maior participação das mulheres em sala de aula, assim como o distanciamento do número de homens que lecionavam. Esta foi uma realidade percebida no Rio Grande do Sul, no ano de 1874, mas que se repetiu em outras localidades, sendo possível concluir que o homem estava optando por se afastar das salas de aula. A autora justifica este abandono devido ao processo de industrialização e urbanização que ocorria neste momento, possibilitando ao homem, outras alternativas relacionadas ao campo profissional, assim como uma maior remuneração ao realizá-las.

Observa-se que, novamente, há grupos de pessoas contrárias à atividade do magistério ser desenvolvida por mulheres. Consideravam-nas incapazes de assumir uma tarefa tão importante, que é a educação das crianças, chegando a afirmar que tal situação representava uma insensatez ou mesmo um perigo, motivado pelo seu cérebro “pouco desenvolvido” (LOURO, 2017, p. 449), justificando ainda, que o cérebro se apresenta sem o desenvolvimento necessário, pelo motivo de não se utilizar dele com maior frequência.

Houve debates e discussões acirradas sobre este assunto. O grupo favorável à mulher atuar como docente apelou para o fato de que ela possuía o instinto natural de tratamento com as crianças, pois desempenhava o papel de educar e cuidar. Devido a isso, estavam sim, preparadas e aptas a ensinar as crianças. Desta forma, criou-se um estereótipo relacionado à professora, definida como aquela disposta a ensinar, sem exigir muito. Deste modo, Louro (2017) caracteriza que o trabalho como professora foi compreendido como uma profissão onde se exercita o amor, o ensinar através da doação de si mesma e da prática da vocação. Uma especificidade da qual a autora se utiliza para justificar a baixo salário pago às professoras. Frente a este cenário, o homem começa a abandonar o magistério e passa a

dedicar-se a outras atividades que lhe propicie um melhor salário. E a mulher adentra definitivamente ao ambiente escolar e da educação.

Mesmo conquistando espaço no que se refere à educação de crianças, a presença feminina como alunas dentro das universidades ainda causa rejeição e descontentamento por parte dos homens. Uma situação que se alterará no período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando a mulher já se faz presente em todos os meios educacionais, e a profissão de professora passa a ser rotulada como uma atividade “boa para mulher” (PERROT, 2013, p. 128). Percebe-se que, mesmo com o passar do tempo, há influência e limitação nos papéis possíveis e aconselhados a serem desempenhados pela mulher. Há uma barreira limitante, que busca impedi-las de conquistar novas oportunidades, mas, nem por isso, elas se deixam desestimular. Passam a buscar novos meios e novas possibilidades de se impor nos mais diversos meios sociais, exercendo atividades que anteriormente seriam inalcançáveis. Tais desafios só começaram a ser superados a partir do momento em que a mulher passa a vivenciar o desejo de autonomia, liberdade e visibilidade, ou seja, o empoderamento feminino. Este assunto será apresentado no próximo subcapítulo.

2.5 O empoderamento feminino

Para compreender o significado do empoderamento feminino, e o que este representou para as mulheres na sua busca pela igualdade de gêneros, se faz necessário entender a ideia que a palavra empoderamento deseja transmitir. É indispensável destacar que o conceito final do termo não foi formulado, pois ainda está em construção. Não existe uma explicação exata ou mesmo um consenso sobre o seu significado. Frente a isso, exemplificaremos como alguns autores fazem o uso do termo empoderamento e a qual assunto o termo está relacionado.

Para Marinho e Gonçalves (2016) este conceito, por não possuir definição precisa, pode ser utilizado de diferentes maneiras, dependendo do grupo específico ou da ideia que se deseja transmitir. Podemos citar diferentes grupos que se utilizam desta expressão de diferentes maneiras e significados. Como exemplo, podemos destacar o empoderamento social, que é apontado pelas autoras como a busca por transformações na sociedade. Já o empoderamento feminino visa possibilitar à mulher a superação das desigualdades de poder que tem enfrentado ao longo da história.

Batliwala (1997) aponta para a utilização da palavra empoderamento em relação aos pobres, remetendo à ideia da necessidade de remediar as dificuldades que enfrentam pela vida. Percebemos que o mesmo conceito pode ser utilizado por diferentes grupos, em

contextos distintos e nem por isso pode ser considerado como uso inapropriado. Devido à falta de definição prévia desta expressão, Sardenberg (2012) relata que a concepção de empoderamento tem sido, inclusive, utilizada, por vezes, de uma maneira confusa, errônea e limitada, o que possibilita que novos sentidos e significados sejam inseridos neste conceito. Tal situação pode ser justificada por não existir ainda no Brasil, “consenso quanto ao que venha ser empoderamento” (SARDENBERG, 2012, p. 4). Até que se estabeleça de maneira esclarecedora e definitiva o real significado desta expressão, sua utilização de maneira inapropriada tende a ocorrer com frequência. A autora ainda nos chama a atenção para o uso do termo, destacando sua recorrência nos meios acadêmicos, assim como em diferentes órgãos do governo e movimentos ligados diretamente às mulheres.

Para as feministas, este conceito está diretamente relacionado à “conquista da autonomia, da autodeterminação” (SARDENBERG, 2012, p. 2). Sendo a maneira pela qual as mulheres lutam para romper com o paradigma de submissão, de serem vistas como pessoas limitadas e oprimidas e que deveriam viver sob um sistema organizado e supervisionado pela figura masculina. O desejo das mulheres que lutam pelo feminismo é justamente oportunizar a elas a possibilidade e o direito de serem e sentirem-se autônomas e responsáveis por suas escolhas e decisões, principalmente no que diz respeito ao próprio corpo²⁸. Estas atitudes de empoderamento em relação ao seu corpo é uma realidade bem presente para a mulher da contemporaneidade. O mesmo não podemos afirmar em relação às mulheres de alguns anos anteriores, principalmente em localidades com situações de vida mais precárias.

Batliwala (1997) refere-se ao sul da África como exemplo desta situação, onde as mulheres carecem de empoderamento. Suas realidades não permitem o controle de suas vidas, nem o controle do próprio corpo. As decisões são tomadas por terceiros e exercem influência sobre suas vidas. A autora destaca, porém, que, aos poucos, as mulheres foram se organizando e se movimentando para mudar a realidade que vivenciavam. Um movimento que tem resultados lentos, mas se faz necessário continuar agindo e possibilitando a estas mulheres o respeito ao seu corpo e a si mesmas. Elas buscaram por novos espaços, novas alternativas de superar, definitivamente, um sistema de “*sumisión, sacrificio, obediencia y sufrimiento em silencio*” (BATLIWALA, 1997, p. 193). Buscou-se romper com as amarras que as

²⁸ A mulher tem buscado a proteção e respeito ao seu corpo e faz com que este desejo seja de conhecimento da sociedade. Como exemplo, podemos destacar a campanha organizada e colocada em prática no carnaval do ano de 2018, na cidade de São Paulo. Denominada de “Carnaval é curtidão, respeita o meu não” - a estratégia foi elaborada pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos – SEDHMI. Com o objetivo principal de evitar o abuso sexual, do qual as mulheres são vítimas. A forma utilizada para que a campanha fosse de conhecimento público foi baseada na utilização de adesivo coloridos com a frase “Não, é não” escrita em letras coloridas fixadas ao corpo, como uma tatuagem temporária. Desta forma, a mulher retomou junto à sociedade, a necessidade de ser respeitada em todos os ambientes que frequenta.

mantiveram prisioneiras, dentro de um sistema limitante, que não as respeita ou valoriza enquanto membros sociais. O empoderamento, como cita ainda a autora, permite “*una redistribución del poder, ya sea entre naciones, classes, [...] géneros o individuo*”. É através deste empoderamento, que tanto a mulher como os demais grupos que foram excluídos durante o processo histórico, podem se fazer presentes. Precisam continuar buscando por novos direitos, assim como exigindo que os direitos já conquistados sejam cumpridos e praticados pela sociedade.

Neste sentido de buscar por mais autonomia e liberdade, Sardenberg (2012) aponta que as feministas passaram a se utilizar do termo empoderamento. Relacionaram-no ao movimento de libertação de gênero, de mudanças e ao fim da submissão. Empoderamento foi o grito de libertação, a palavra de ordem, o meio o qual as mulheres encontraram para apropriarem-se do controle de suas vidas e suas escolhas. É este o sentido de empoderamento de que nos utilizamos neste momento: o empoderamento feminino descrito pela ONU em sua cartilha intitulada de *Princípios de empoderamento para as mulheres* (2016) que caracteriza empoderamento como a possibilidade de dar poder, ou mais poder a alguém, sobre as decisões que afetam diretamente sua vida. Desta forma, a pessoa passa a ser responsável por suas escolhas e seus atos. Geralmente se utiliza esta expressão para fazer referência a grupos que foram desconsiderados e desprivilegiados anteriormente pela sociedade, como as mulheres.

Posto isso, ao nos referirmos ao termo empoderamento feminino, desejamos nos utilizar da ideia de um processo pelo qual a mulher se propõe a conquistar seu espaço junto à sociedade, assim como seus direitos, visibilidade e respeito em relação ao seu corpo, seu modo de pensar e agir, e em relação a sua vida profissional. O campo relacionado ao trabalho feminino ainda se apresenta como um setor que requer muita atenção, um olhar diferenciado por parte tanto das mulheres, como do governo e dos próprios empregadores. Estes cuidados referem-se à valorização da mulher enquanto trabalhadora, as possibilidades de crescer profissionalmente e ao pagamento de salário digno a elas, sem diferenciação baseada no sexo, como abordamos anteriormente. Estas questões relacionadas às mulheres e trabalho, serão analisadas no subcapítulo a seguir.

2.6 Direitos da mulher: o que necessita ser revisto e colocado em prática

Quando nos detemos a analisar a trajetória das mulheres, suas lutas e os direitos que foram conquistados através da sua persistência e obstinação, podemos concluir que vitórias importantes foram alcançadas no decorrer dos anos. Entre os êxitos, destacamos o decréscimo no que se refere à desigualdade entre os gêneros, assim como o processo de empoderamento feminino. Um empoderamento que está relacionado ao trabalho, aos seus direitos e as suas necessidades. Para o autor Alves (2016), não é possível que a sociedade alcance o desenvolvimento quando há ocorrência de preconceitos e discriminação entre gêneros, pois tratar indivíduos de forma desigual não é uma atitude que represente avanço ou progresso em uma sociedade.

Desta forma, os direitos e melhorias que foram sendo conquistados ao longo dos anos, através das lutas femininas, devem ser colocados em prática, exigindo-se o cumprimento e sua disponibilização para as mulheres. Dentre estes direitos, salientamos o acesso a um sistema de saúde de qualidade, que ofereça para a mulher, um tratamento humano e eficiente. Direito à educação gratuita, de qualidade e de fácil acesso, assim como o direito à proteção e segurança em todos os espaços que frequenta, sejam eles privados ou públicos. Que se oportunize e se garanta e ela, a possibilidade de ser responsável por si mesma, por seu corpo e por suas escolhas.

A efetivação desses direitos, porém, ainda é precária, apresenta falhas. Muitas das conquistas caíram no esquecimento de uma parcela da sociedade, que julga e condena gratuitamente, sem conhecer a realidade em que cada mulher está inserida. Desta maneira, buscamos ressaltar as dificuldades com que a mulher tem se deparado, quando busca por um atendimento especializado e pelo cumprimento dos direitos que lhe foram assegurados, inclusive, por lei.

Neste contexto, Lopes (2013, p. 393) menciona que as principais dificuldades apontadas pelas mulheres, como aspectos que ainda precisam ser revistos pela sociedade, estão ligadas diretamente ao “respeito e valorização”. Esta falta é percebida em diferentes ambientes, como no local de trabalho e no convívio social e pessoal. Embora o período correspondente aos governos dos, então, presidentes, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, seja destacado, pela autora, como momento em que foram criadas políticas públicas ligadas ao universo feminino e sua proteção, ainda se fazem necessárias ações que busquem eliminar a opressão e preconceitos dispensados às mulheres pela sociedade brasileira.

Essa opressão ainda se faz sentir, através de práticas tradicionalistas, que permitiram ao homem criar um imaginário de superioridade em relação à mulher e, devido a esta suposta superioridade, pensam que tem o direito de exercer seu domínio sobre elas. Um comportamento que se faz presente na atualidade, quando mulheres se tornam alvos do homem, seja através da violência psicológica e mesmo da violência física. Buscando solucionar esta realidade dramática, a Lei Maria da Penha foi criada em 7 de agosto do ano de 2006, com o objetivo de prevenir e evitar a violência doméstica contra as mulheres.

É uma lei que prevê a punição para quem cometer atos de violência contra elas, indiferentemente de sua cor, cultura, idade ou religião, estendendo-se a todas as mulheres, sem exceção. Envolvem-se, para que esta lei seja colocada em prática, a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República (SPM – PR), assim como diferentes órgãos, sendo eles federais, estaduais e municipais, setores judiciários, Ministério Público e auxílio da própria sociedade, para que a violência contra as mulheres seja punida, e a proteção à mulher seja, de fato, uma prática diária.

Destaca-se, também, a relação de gênero imposta a mulher, como outro campo que requer um olhar mais atento por parte do sistema governamental. Lopes (2013, p. 396) chama a atenção para o fato de que o Brasil ainda não assinou a Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho – OIT – que estabelece a “igualdade de oportunidades de tratamento entre homens e mulheres” e determina, também, que o cuidado das crianças, assim como da família é um dever de ambos os pais, devendo ser dividida entre homem e mulher. Os demais países que fazem parte da América Latina, já assinaram sua participação junto a esta convenção, que define os mesmos direitos e responsabilidades com os filhos e com a família, não recaindo só na mulher a responsabilidade sobre os assuntos relacionados ao lar, mas um dever tanto do pai, quanto da mãe.

No que se refere ao setor profissional no Brasil, a Comissão de Direitos Humanos do Senado legitimou o Projeto de Lei da Câmara nº 130²⁹, em março de 2011, que estabelece que sejam pagos salários iguais para homens e mulheres que trabalham em uma mesma empresa e que realizam atividades semelhantes. Esse projeto é uma maneira de tornar ilegal a desvalorização do trabalho feminino, uma realidade que as acompanhou por várias décadas, desmotivando e desqualificando um trabalho simplesmente baseado na diferença de gênero.

²⁹ Projeto de Lei da Câmara nº 130: tem como objetivo acrescentar o inciso 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, que foi aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil. Caso esta diferenciação venha a ocorrer, uma multa deverá ser paga pelo empregador à empregada no valor de (5) cinco vezes a diferença verificada e que ocorreu pelo total de tempo de sua contratação.

A prática de discriminação da mulher em relação ao trabalho que realiza e ao pagamento a que tem direito é punível por lei. Mesmo assim, pesquisas apontam para uma realidade em que a mulher recebe como pagamento, no país, cerca de 28% menos que o salário pago ao homem (LOPES, 2013). Prá (2005) concorda com esta análise de diferenciação salarial existente entre homens e mulheres, apontando, ainda, que mulheres e negros são os grupos que mais são vítimas desta discriminação. Sob a perspectiva de Alves (2016), quando o assunto está ligado com a situação da mulher no mercado de trabalho, a realidade é preocupante. O índice de mulheres trabalhando na informalidade ainda é alto, assim há diferença salarial entre homens e mulheres. O autor afirma que o nível de desigualdade de tratamento, baseado na diferença de gênero, tem diminuído um pouco com o passar dos anos. Destaca, porém, que as mudanças têm levado mais tempo do que o necessário, o que reflete em novas discriminações, em barreiras impostas pela sociedade no que diz respeito à mulher e sua atuação junto ao mercado de trabalho.

Aponta-se, ainda, a necessidade de capacitar a mulher como profissional, evitando sua limitação como trabalhadora e garantindo a ela a oportunidade de concorrer a uma vaga no mercado de trabalho por ser capaz de realizá-lo. Tal atitude possibilitará uma menor exclusão social e uma melhora em relação ao nível de pobreza, realidade presente na vida de muitas mulheres. A cartilha Princípios de Empoderamento das Mulheres (2016), elaborada pela ONU, trata sobre a questão da possibilidade de crescimento profissional da mulher, afirmando que já existe um meio de acompanhar a situação das mulheres nas empresas. O crescimento dos funcionários deve ser apresentado através de relatórios específicos, ou informando os indicadores de gênero; desta maneira, é possível verificar se, de fato, a igualdade entre gêneros é observada e respeitada.

No Brasil, conforme a cartilha da ONU, já existem boas experiências no que diz respeito ao acompanhamento do crescimento da mulher dentro de algumas empresas. Os dados são apresentados através do Índice de Sustentabilidade Social – ISE – permitindo o controle das empresas quanto à aplicação correta no que se refere à valorização da mulher e seu crescimento profissional.

Viana (2013) refere que o Estado também deve se preocupar com a mulher, dando atenção, inclusive, para as de origem mais pobre e negras, principalmente no que se refere ao acesso ao trabalho, saúde, educação e uma vida sem discriminação e violência. Aponta para a necessidade de elaboração de políticas públicas que visem à proteção destas mulheres, tanto no que tange ao ambiente público, quanto ao ambiente privado. Para a autora, outro aspecto que necessita de maior atenção por parte dos órgãos públicos, está relacionado ao acesso à

saúde e ao tratamento médico-hospitalar. Entre estes atendimentos, o momento do parto apresenta-se como uma situação delicada para as mulheres, sendo apontada a ocorrência de maus-tratos e violência psicológica em determinados momentos deste processo. Viana (2013, p. 388) caracteriza esta situação sofrida pelas mulheres como “[...] uma profunda violação dos direitos e da cidadania sobre as mulheres”, principalmente em um instante tão importante na sua vida. A provocação do aborto também pode resultar em um atendimento repleto de julgamentos e condenações por parte da equipe médica envolvida no atendimento da paciente, visto que o aborto não é legalizado no Brasil.

Percebe-se que há uma realidade diferente no que se relaciona aos direitos da mulher, como o acesso à saúde. Na prática, vê-se um sistema de saúde que, por vezes, não lhe disponibiliza uma assistência adequada no período de maior necessidade. A autora (VIANA, 2013) enfatiza a necessidade de políticas públicas que busquem oferecer e garantir para a mulher o acesso à saúde, assim como um tratamento digno e humano em todas as situações em que buscar por atendimento.

Outro ponto que merece ser enfatizado é exposto por Nogueira e Jacinto (2013), a dificuldade enfrentada pela mulher de assumir cargos de liderança nas grandes empresas. Dados da cartilha de *Princípios de Empoderamento das Mulheres* (2016, p. 20) afirmam que somente 2% dos cargos de presidente nas 250 maiores empresas do Brasil são ocupados por mulheres. Também não há número expressivo de mulheres ocupando cargos em conselhos de administração ou na diretoria executiva. Estes cargos continuam a ser dos homens, em sua maioria. Embora algumas poucas mulheres estejam chegando a ocupar essas vagas, é um processo que ocorre de maneira mais lenta, mas gradual.

Nogueira e Jacinto (2013) justificam esta situação, baseados nas exigências que um cargo de chefia exige, como, por exemplo, um horário que se estenda por mais do que oito horas de trabalho por dia. Esta necessidade de trabalhar além do horário, pode causar prejuízos nas atividades que a mulher teria de resolver, como as questões relacionadas com a educação dos filhos, por exemplo. Salienta-se também, o que os autores identificam como “teto de vidro” (NOGUEIRA; JACINTO, 2013, p. 283), ou seja, a mulher como a parte mais sensível, e que pode causar possíveis problemas à empresa futuramente. Tudo isso resulta na concentração de cargos de comando em mãos masculinas.

Partindo das necessidades apontadas por diferentes autores, é possível concluir que, para a mulher se apoderar, de fato, do lugar que lhe pertence na sociedade, é preciso uma parceria entre o Estado e demais setores públicos. Uma parceria que tenha por objetivo definir, criar e colocar em prática, políticas públicas que ofereçam para as mulheres uma

melhor condição de vida, de direitos, visibilidade e respeito. Leis que as mantenham seguras, protegidas e saudáveis, física e mentalmente, oportunizando seu crescimento profissional e pessoal em todos os meios da sociedade.

3 MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

Neste capítulo discorreremos sobre a situação da mulher junto ao mundo do trabalho assalariado. Destacaremos as principais dificuldades enfrentadas por ela ao se desafiar na conquista de novos espaços e realizar atividades diferentes do que se considera ideal. Também apontaremos o que foi conquistado com o passar do tempo no que se refere à mulher e ao trabalho, uma prática que não é nova, visto que elas sempre estiveram ligadas ao trabalho. Perrot (2013, p. 109) afirma que “[...] as mulheres sempre trabalharam”. A autora descreve as suas rotinas diárias. Elas realizavam seus afazeres diversos dentro dos limites do lar. Cuidavam, ainda, da educação dos filhos, do bem-estar da família e da satisfação do marido, quando já tinham contraído o casamento. Mesmo realizando este trabalho, não contavam com nenhum tipo de remuneração e, em algumas ocasiões, nem de reconhecimento ou valorização. Ainda segundo a autora (PERROT, 2013), as atividades realizadas pelas mulheres podem ser caracterizadas como indispensáveis para a organização e progresso da sociedade, porém eram tidas como algo imperceptível e depreciado.

Sob a perspectiva de Falci (2017), as mulheres sempre tiveram responsabilidades que deveriam realizar, mas estas se diferenciavam em relação ao nível econômico de cada família. A mulher que possuía melhor condição financeira envolvia-se apenas com os trabalhos do lar, com a criação e educação dos filhos, costura e bordado. Era comum que ela tivesse uma ajudante para os trabalhos mais pesados. Já a mulher de situação econômica inferior fabricava doces, bordava e organizava arranjos de flores. Desta forma, conseguia uma renda para auxiliar nas despesas da família.

A autora (FALCI, 2017) ainda faz referência à desvalorização destas atividades e ao preconceito da sociedade em relação à mulher que realizava estes trabalhos, uma discriminação a própria mulher, a sua família e ao marido desta, que passava a ser alvo de comentários desagradáveis e motivo de críticas, pois era caracterizado como um homem que não conseguia, através de seu trabalho, arcar com as despesas familiares. Um pensamento comum da sociedade deste período é destacado por Falci (2017, p. 249) em relação a esse assunto, quando aponta que “[...] a mulher não precisa, e não deveria, ganhar dinheiro”. Frente a este modo de pensar, a mulher que buscava conquistar algum dinheiro através de seu trabalho, era discriminada e apontada pelas demais.

Neste contexto, descreveremos o modo de vida ao qual a mulher era submetida e as situações que enfrentou durante sua trajetória na busca de reconhecimento, visibilidade e valorização pelo trabalho que realizava. Abordaremos, igualmente, a transição que lhe

possibilitou deixar as atividades ligadas ao lar e ao campo, as quais a limitavam, para seguir em outras direções, como trabalhar nas fábricas, nos ambientes ligados à educação e à saúde, entre tantos outros ambientes nos quais a mulher foi ingressando. Destacaremos, ainda, a resistência masculina que não tolerava sua presença nos mesmos espaços e na realização de atividades que acreditavam destinados a eles.

Foi possível perceber, através das leituras prévias, que as mulheres não conquistaram um papel de destaque, ou atividade merecedora de reconhecimento social nos primeiros momentos em que passam a realizar trabalhos fora do lar. Aquelas que pertenciam à classe econômica mais humilde foram as primeiras a perceberem a necessidade de desenvolver atividades remuneradas, para, assim, colaborar no sustento familiar. Nesse grupo de mulheres eram comuns as atividades mais simples relacionadas ao campo, aos trabalhos artesanais e ao atendimento no comércio, caso o marido fosse um pequeno comerciante. Eram vistas como “ajudantes do marido” (PERROT, 2013, p. 109), ou seja, seu papel era auxiliá-lo.

O trabalho no campo foi atividade desempenhada pelas mulheres num período expressivo de tempo. Trabalhar na agricultura era uma realidade na França, no período anterior ao advento da Segunda Guerra Mundial. Cerca da metade da população composta pelas mulheres, desenvolvia suas atividades neste setor. Descrito como um trabalho cansativo e penoso, as mulheres ali tinham mínimas possibilidades de ascensão social, assim como viviam sob um regime patriarcal que estabelecia a regra de obedecer sem questionar, tamanha a autoridade e respeito que o patriarca da família possuía e exigia.

Maiores registros da vida e lutas diárias dessas mulheres e desses grupos familiares são escassos, quase ausentes. Restam imagens envelhecidas e amareladas que se podem distinguir nas fotografias que retratam o casamento, os filhos ou raras comemorações de família. Justifica-se a afirmação da autora (PERROT, 2013, p. 110), ao assegurar que “[...] as camponesas são as mais silenciosas das mulheres”. E por serem silenciosas, poucos registros escritos foram deixados, em um momento que a história oral se fazia tão presente e comum na vida familiar entre mães e filhos.

A autora (PERROT, 2013) nos descreve o panorama geral da época, possibilitando, através de sua narrativa, que imaginemos como a vida cotidiana desses camponeses e as tarefas por eles realizadas estavam organizadas. Também havia divisão de atividades relacionadas ao campo. Ao homem cabem as tarefas que exigem maior força física, resistência e relações com o público. O preparo da terra e a venda dos produtos colhidos são responsabilidades suas.

Para a mulher destinam-se atividades como os cuidados com os animais e plantações. As tarefas da casa são de sua responsabilidade, assim como a educação dos filhos e preparação das filhas para um casamento futuro. Ela também fica responsável pela confecção dos produtos a serem vendidos pelo marido, complementando, assim, a renda familiar.

A posição e a distinção sexual se fazem claras nesta relação: o homem é a figura em destaque, o centro da família e o responsável por sua manutenção e proteção. Scott (2012) aponta o homem como o detentor do poder, autoridade e liderança dentro do lar. Aquele que deve ser obedecido pela esposa, filhos e todos os demais familiares que vivem sob o mesmo teto. A esposa desempenha o papel de companheira do marido, quem o deve auxiliar. É a responsável pelo lar, pois todas as questões deste ambiente devem ser resolvidas exclusivamente por ela.

Os trabalhos no campo são constantes. O *labor* tem início antes do nascer do sol, com duração que perpassa o dia e permanece mesmo quando o sol se põe. A exaustão, ombros doloridos e mãos calejadas são as marcas de um trabalho árduo e penoso, tanto para homens, como para as mulheres e crianças.

No Brasil, as atividades no setor agrícola foram uma realidade bem presente. O período que se seguiu após o fim da escravidão, contou com a adoção do sistema descrito por Matos e Borelli (2012, p. 140) como “colonato”³⁰, quando trabalhadores, de preferência imigrantes, desenvolveriam atividades relacionadas às plantações de café assim como no período da colheita dos grãos.

Além de se envolver com as plantações e cultivo do café, as mulheres desempenhavam outras funções, como a prática da lavoura de subsistência, onde cultivavam produtos para serem consumidos pelo seu núcleo familiar, criavam animais como porcos e galinhas e outros de pequeno porte. Criavam também animais como vacas e cavalos, quando isso era possível.

Podemos perceber que a mulher imigrante teve uma adaptação repleta de percalços. Magalhães (2005) afirma que esses imigrantes com menos recursos financeiros vieram para o Brasil com poucos pertences. Trouxeram itens de primeira necessidade para a montagem da casa e funcionamento da cozinha, assim como roupas somente as essenciais. Dessa maneira, cada novo dia nestas terras era repleto de desafios e dificuldades relacionados à realização dos alimentos, trabalho com a terra, clima e momento propício ao plantio das sementes. A dificuldade de comunicação também se fazia presente, visto que esses imigrantes não

³⁰ Colonato: Segundo Matos e Borelli (2012, p. 140) é um sistema pelo qual “[...] os fazendeiros contratavam a família de trabalhadores (de preferência imigrantes)” para a realização de atividades nas plantações de café, mediante acordo prévio relacionado ao pagamento e aos trabalhos a serem realizados por estes trabalhadores contratados.

entendiam, neste primeiro momento, a língua falada no Brasil. Mesmo com todas as dificuldades, essas famílias de colonos conseguiram se assentar e passaram a produzir. Todo produto cultivado além do consumo familiar, poderia ser vendido a terceiros, incrementando a renda da casa. Bassanezi (2012, p. 176) elabora uma listagem dos produtos comercializados pela mulher colona, entre esses itens estão os “ovos, galinha, leite, queijos, legumes, frutas e feijão” e, através desta venda, conseguem trazer para casa um valor para ajudar nas despesas familiares.

Matos e Borelli (2012) destacam a importância do trabalho das mulheres junto às propriedades rurais, pois realizam suas atividades juntamente com a família, buscando manter suas terras e fazê-las produzir suficientemente. Como resultado deste trabalho em conjunto, para algumas famílias foi possível a compra de outros bens, inclusive de mais terras. Mas se faz importante esclarecer que esse patrimônio pertenceria ao homem da família e raramente as mulheres conquistavam a possibilidade de tornarem-se as donas de terras e propriedades. O homem é o dono das terras, o chefe da família, que continua a exercer poder e influência sobre as pessoas que compõem sua família e vivem sob o mesmo teto.

Já as famílias de imigrantes que não conseguem adquirir suas próprias terras, ficam à mercê do fazendeiro, com quem mantêm um contrato de trabalho com duração de um ano. Ao fim do contrato, geralmente acabam se mudando. A princípio, saem de uma fazenda para se acomodar em outra; depois disso, partem para as cidades mais interioranas, até que resolvam se dirigir às capitais. Para Bassanezi (2012), o ato de se dirigirem para a capital está ligado ao desejo de encontrar uma melhor oportunidade de trabalho, que possibilitaria uma vida mais estável e tranquila. Como resultado deste êxodo rural, temos, assim, a mão de obra que vai buscar por vagas de trabalho junto às primeiras fábricas, como, por exemplo, as de produção têxtil, localizadas em São Paulo e região sul do país. Entre as atividades que passam a realizar, estão as que exigem menor qualificação, com jornadas de trabalho extensas e recebendo um salário menor pelo seu trabalho, quando comparado ao valor pago ao homem. As mulheres eram ainda suscetíveis aos maus-tratos por patrões e encarregados, o que não será um acontecimento isolado, ou mesmo uma exceção. O desrespeito à mulher operária vai permanecer ocorrendo, assim como continuará irrisório o salário que vai receber como pagamento pelo trabalho realizado.

Dentre os grupos de mulheres operárias que foram se formando, temos o de mulheres que passaram a realizar outras atividades, como o trabalho nas padarias, armazéns, fábricas de macarrão, quitandas e barracas de feira. Outras mulheres vão se utilizar dos conhecimentos que já possuem, colaborando com as despesas familiares através de seus bordados, costuras e

fabricação de doces. A partir desta explanação, podemos perceber que a prática do trabalho sempre esteve presente na vida das mulheres, mesmo que este não tenha recebido a valorização e reconhecimento merecidos. Realizar atividades junto e para a família contribuiu para uma maior produção, uma maior colheita, que, quando comercializada, era revertida para as necessidades familiares. Ao deixar os domínios do lar, a mulher busca a oportunidade de trabalhar fora, para que, desta maneira, também colabore nas despesas da casa com a renda extra que passa a receber. Portanto, é um fato a realização de trabalhos por parte da mulher no decorrer dos anos. Altera-se o quanto trabalha, as atividades que realiza e o valor que recebe como pagamento por este trabalho, assim como as dificuldades para a realização destas atividades. No próximo subcapítulo, passaremos a abordar as questões relacionadas ao trabalho doméstico, uma atividade que se destinava exclusivamente à mulher.

3.1 As empregadas domésticas

O trabalho doméstico³¹ foi uma atividade socialmente destinada à mulher. Enquanto o homem deveria trabalhar junto ao ambiente público para assegurar as despesas da casa e da família, caberia à mulher se apropriar dos espaços do lar. Uma regra imposta pela sociedade, que estipulava as atividades e comportamentos considerados ideais para o homem e para a mulher. Perrot (2005, p. 180) afirma que o papel esperado pela sociedade é que a mulher “[...] deve ser, antes de tudo, uma dona-de-casa”, que domine a arte de educar os filhos, manter sua casa em ordem e o marido, satisfeito e realizado por ter constituído uma família ao seu lado. Entre as atividades que deveriam ser realizadas pelas mulheres, Souza e Domingues (2014) destacam a limpeza, arrumação, cuidados com a cozinha, podendo, em algumas ocasiões, realizar atividades de cuidado de crianças e idosos. Cuidar da casa, família, alimentação e filhos, requer muito empenho e comprometimento de uma porção de tempo considerável por parte da mulher, principalmente quando este trabalho é mais braçal, não sendo facilitado pelos eletrodomésticos que surgiram apenas mais tarde.

Desta forma, as famílias que possuíam uma melhor condição financeira, optavam por terceirizar as atividades domésticas, contratando, para isso, mulheres de classes econômicas inferiores para a realização deste trabalho. Para este grupo de mulheres mais humildes, uma das oportunidades de realizar atividades remuneradas, foi trabalhar em outras residências,

³¹ Trabalho doméstico: Definido por Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 257) como atividades que estão relacionadas ao cuidado de pessoas, sendo executadas dentro dos espaços pertencentes à família, um trabalho “realizado essencialmente por mulheres”.

auxiliando nas tarefas do lar junto a outras famílias. A realização de atividade doméstica tinha como aspecto favorável a não exigência de um nível mais elevado de estudos, o que condizia com a realidade destas mulheres. Assim, passaram a desempenhar, em outras residências, o que já executavam em sua própria casa. Além de ser uma atividade realizada preferencialmente por mulheres, outra característica deste trabalho está relacionada aos baixos salários que são pagos às empregadas domésticas.

As tarefas que as mulheres deveriam realizar podem ser descritas como mais difíceis e pesadas, lembrando que, em décadas anteriores, as atividades relacionadas ao lar não contavam com recursos tecnológicos e aparelhos eletrodomésticos como possuímos na atualidade. Os serviços domésticos iam desde a limpeza da casa, lavagem das roupas, passar com o ferro em brasa, organizar as refeições, preparar pães e geleias (PINSKY, 2012), entre outras atividades que exigiam desta mulher um grande esforço físico. Como uma maneira de obter ajuda para a realização destes trabalhos, busca-se contratar as empregadas domésticas, a quem se destinam as tarefas mais difíceis. Perrot (2013, p. 117) caracteriza que o trabalho doméstico foi um importante campo para o trabalho feminino. A autora destaca que, no período anterior à Primeira Guerra Mundial, esta atividade foi considerada “[...] o principal setor de emprego para as mulheres”. Isso se justifica pela condição natural em que a mulher é inserida desde sua infância, quando seu principal ensinamento está relacionado diretamente às realidades e necessidade do lar.

As atividades domésticas são vistas, comumente, como um trabalho a ser realizado pelas mulheres. Esta ideologia baseia-se, segundo Álvaro (2012, p. 112) na “divisão sexual do trabalho”, que estabelece e busca definir as atividades que são pertinentes tanto ao sexo feminino, quanto ao sexo masculino. Dentre esta divisão de tarefas fundamentadas nas relações de gênero, os trabalhos associados ao ambiente do lar e suas necessidades, passam a ser compreendidos como atividades que devem ser desempenhadas por elas.

Afinal, são instruídas a conhecer e dominar o ambiente doméstico enquanto crescem, para que, quando adultas, possam desempenhar todas as funções necessárias com eficiência e zelo. Para Bruschini e Lombardi (2000) estas atividades são desenvolvidas, em grande parte, pelas mulheres, embora exista um número pequeno de homens que se propõem a realizar este tipo de trabalho. As empregadas domésticas desenvolvem seu ofício nas residências ou ambientes que pertencem a terceiros, recebendo por isso um valor estipulado. Entre os anos de 1970 e 1980, era comum que as empregadas morassem no seu local de trabalho. Estas possuem algumas características semelhantes entre si, como “[...] ser muito jovens, solteira, a maioria preta ou parda” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000, p. 72). Seu trabalho era

remunerado, o que lhes possibilitava colaborar com a renda da família, ou mesmo custear o próprio sustento.

Para Nogueira e Jacinto (2013), o trabalho doméstico no Brasil está intimamente relacionado ao trabalho feminino e à mulher de origem negra, apresentando-se precário no que diz respeito à proteção e garantia de direitos trabalhistas. Sobre este assunto, Souza e Domingues (2014) afirmam que somente em dezembro de 1972, através da Lei 5.859³², reconheceu-se a profissão de empregado doméstico. Podemos avaliar que este reconhecimento e acesso a direitos trabalhistas demorou a ocorrer, visto ser comum a mulher já exercer atividades de trabalho relacionadas aos cuidados da casa muito antes da data em que a lei foi elaborada. Desta forma, resultados como trabalhos sem registros e com salários baixos podem ser percebidos.

Trabalhar em casas de família, para muitas mulheres, representava a possibilidade de um lugar para se estabelecer e morar, frente à realidade de que algumas não tinham acesso a um local apropriado para viver. Há também as empregadas domésticas que desenvolvem suas atividades como diaristas. Trabalham em diversas residências, sem vínculo de exclusividade com nenhuma família.

Já as mulheres vindas de áreas rurais percebem nesta atividade, a chance de saírem do campo e mudarem-se para a cidade, buscando uma melhor oportunidade de vida. O trabalho doméstico é, em um primeiro momento, uma garantia de acesso a uma atividade remunerada, moradia e alimentação assegurada. Mas uma ocupação a ser realizada de maneira temporária pela mulher, que buscava, assim que possível, uma melhor colocação no mundo do trabalho.

Mas para que estas novas oportunidades de trabalho fossem conquistadas, um maior grau de escolaridade se fazia necessário. Tal exigência se apresentava, para algumas mulheres, como um fator restritivo, por pertencerem a um grupo social que não tinha fácil acesso à educação. Devido à falta de estudo e a dificuldade de retomada apresentada, sobrava a estas mulheres exercer atividades que não exigiam uma maior qualificação e, conseqüentemente, recebiam um salário menor.

Para Álvaro (2010) a falta de instrução se apresenta como um dos fatores que conduzem as mulheres a trabalharem como empregadas domésticas. São movidas por realidades diversas, em que se fazem presentes a “[...] pobreza, a necessidade econômica e a

³² LEI Nº 5.859, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1972. Lei do empregado doméstico. Esta Lei caracteriza o trabalho doméstico, assegurando direitos a este empregado, assim como esclarece os deveres que cabem ao seu empregador.

falta de preparação para outros tipos de trabalhos” (ÁLVARO, 2010, p. 117). Mediante esta situação, buscam por oportunidades em que possam trabalhar com as qualificações e aprendizados que já possuem, desenvolvendo, assim, em casas de terceiros, atividades que foram ensinadas a elas dentro do próprio lar.

Atualmente ainda é uma prática comum a contratação de trabalho das empregadas domésticas. Mesmo com as inovações que surgiram ao longo dos anos em relação a facilitadores na realização das tarefas do lar, como os eletrodomésticos, por exemplo, permanece a necessidade do trabalho a ser realizado por elas. Podemos destacar que ocorreram avanços no que diz respeito às leis trabalhistas destinadas às empregadas domésticas, como o decreto nº 3.361, de fevereiro de 2000. Este decreto estipula que a empregada doméstica seja incluída no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, assim como assegura o acesso ao benefício ao Seguro desemprego, desde que tenha cumprido as exigências estipuladas previamente³³. Desta forma, as mulheres que trabalham como empregadas domésticas, com registro em carteira, passam a ter direitos a dois importantes benefícios que podem lhes oferecer um pouco mais de segurança enquanto cidadãs trabalhadoras.

No ano de 2015, a então Presidente da República Dilma Rousseff sancionou a Lei Complementar nº 150, relacionada ao contrato de trabalho doméstico. Nesta Lei, são especificados os direitos trabalhistas como o salário que deve ser pago, turno de trabalho e outros pontos em relação ao trabalho doméstico. É perceptível a existência de uma preocupação por parte do governo com as mulheres que trabalham exercendo esta profissão. Mas é importante destacar que antes de serem empregadas domésticas, estas mulheres são trabalhadoras e, portanto, merecedoras de leis que as protejam e que as assegurem em caso de uma necessidade futura.

Buscando conhecer e analisar a situação da mulher que trabalha como doméstica, o Ministério do Trabalho e Previdência e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – realizaram um estudo sobre as empregadas domésticas no ano de 2016. Esta pesquisa apontou que, nesse período, o trabalho doméstico era realizado por 5,9 milhões de mulheres no Brasil. Além disso, os dados obtidos durante a pesquisa apontam que, em média, estas mulheres estudaram por cerca de seis anos e meio, com um salário de R\$700,00 reais, além de concluir que até o ano de 2015, cerca de 70% destas trabalhadoras não tinha vínculo empregatício

³³ Entre as exigências necessárias para se conquistar o acesso ao seguro desemprego, o empregado doméstico deverá ter trabalhado de carteira assinada pelo tempo mínimo de quinze meses, nos últimos 24 meses. Assim como ter sido dispensado sem justa causa e apresentar os documentos que legitimem sua situação de empregado doméstico em situação de desemprego.

registrado na carteira de trabalho. Este índice de trabalhadoras domésticas informais obteve uma mudança importante no ano de 2015, quando a Presidente Dilma Rousseff sancionou a Proposta de Emenda à Constituição – PEC das Domésticas.

Foi através desta PEC, que as empregadas domésticas tiveram garantidos direitos trabalhistas como o horário de almoço, direito de receber adicional noturno, a ter seu FGTS recolhido pelo empregador, melhorias salariais, entre outros pontos relevantes para estas trabalhadoras. Resultados satisfatórios já são apontados pelo estudo, ao informar que, no período de um ano de aplicação da PEC, o número de empregadas domésticas que passaram a ter o Fundo de Garantia recolhido se elevou de 187,7 mil, para mais de 1,3 milhão.

Outro dado importante que foi revelado neste estudo, é que a mulher tem se dedicado a estudar e a se qualificar mais. Como reflexo desta busca da mulher por crescer profissionalmente através de seus estudos, verificou-se, também, que a quantidade total de mulheres jovens a trabalhar como domésticas vem caindo consideravelmente. Assim, as mulheres que realizam este trabalho têm entre 45 anos ou mais. Mas é necessário destacar que mesmo com estas modificações oportunizadas pela PEC, a situação para um determinado grupo de empregadas domésticas é ainda assustadora.

Este grupo é formado pelas mulheres negras, apontadas por esta mesma pesquisa como 17% das mulheres a trabalhar como domésticas, enquanto 10% destas vagas são ocupadas por mulheres brancas. Em relação aos direitos trabalhistas, disparidades também ocorrem, como o direito ao registro de trabalho na carteira profissional. No que se refere às mulheres brancas, cerca de 33,5% possuem este registro de trabalho, enquanto aproximadamente 28,6% das mulheres negras o possuem. Em relação ao salário pago a estas trabalhadoras, novamente percebe-se a existência de preconceito e discriminação. A mulher branca recebe cerca de R\$766,60, enquanto a mulher negra recebe o valor de R\$639,00, o que não chega a um salário mínimo do ano de 2016, quando foi organizado e realizado este estudo.

Desta forma, podemos compreender que mudanças foram idealizadas e colocadas em prática pelo governo brasileiro, buscando oportunizar para as mulheres que trabalham como domésticas, mais valorização e reconhecimento e direitos trabalhistas. Tais alterações, quando colocadas em prática, trazem consequências positivas, porém as oportunidades e a extensão destes direitos esbarram no preconceito, na discriminação e na diferenciação das pessoas de acordo com a cor de sua pele. Esta é uma situação desumana e inaceitável, mas que, infelizmente, permanece ocorrendo na sociedade. Theodoro (2014) se refere ao início do século XXI, como um momento em que a comunidade brasileira reconhece e vivencia a

existência do racismo, assim como a desigualdade social, que é um reflexo direto do racismo, que exclui, diminui e tende a menosprezar a população negra. Um fato que pode ser identificado como verdadeiro, tamanha é a discriminação sofrida pela mulher negra que trabalha como empregada doméstica.

Assim, da mesma forma que muitas mulheres estiveram sujeitas a inúmeras dificuldades no setor de atividades domésticas, assunto abordado neste subcapítulo, buscaremos identificar a situação das mulheres que se introduziram no mundo do trabalho fabril. Através de nossa aproximação com elas, propomo-nos a conhecer sua rotina diária, as tarefas a elas destinadas, quais foram os obstáculos e como reagiram a cada um deles. Esses serão os enfoques de que trataremos a seguir.

3.2 A mulher no ambiente fabril

A mulher que optou por trabalhar fora do lar, seja movida pela necessidade financeira, ou mesmo pelo desejo de se tornar mais independente e responsável por si mesma, enfrentou situações diferenciadas. Encontrou apoio e aceitação de quem entendia suas escolhas, assim como enfrentou o preconceito e rejeição por parte de uma sociedade que não aceita tranquilamente mudanças, não vendo com bons olhos uma mulher que desejava sair da sombra do homem, em busca de uma profissão e um salário como pagamento pelas atividades que realizava. Uma prática desconhecida para a mulher que se dedicava exclusivamente aos cuidados de casa.

Desta forma, a colocação da mulher nas vagas de trabalho anteriormente disponíveis para o homem, foi um processo que exigiu desta, muita perseverança e determinação, pois enfrentou várias maneiras de rejeição por sua presença e pelas atividades que passaram a realizar, principalmente quando foram admitidas para trabalhar como operárias junto às fábricas. Este é o cenário que passamos a focar neste momento. É junto ao ambiente fabril que buscamos conhecer a rotina de trabalho desta mulher, conhecer sua condição de trabalho, assim como identificar o que se espera dela enquanto profissional. Apontaremos os obstáculos que encontrou neste meio e como reagiu a esta situação, de modo a permanecer atuante em um ambiente anteriormente destinado ao trabalho masculino.

O meio fabril foi um dos setores que se mostrou desafiador para as mulheres. Não apenas como um desafio profissional ou por se acreditarem incapazes para exercer mais esta atividade, mas pelas barreiras impostas pelos homens, que não as aceitavam e não as queriam neste ambiente, que era até então, predominantemente masculino. Não aceitavam a ideia de

trabalharem lado a lado, como iguais. Assim como não acreditavam em seu potencial para exercer mais esta atividade.

A questão que mais trazia desconforto e dúvidas para as mulheres, foi apontada por Perrot (2013) como a possível dificuldade na organização do tempo que a mulher teria disponível para se organizar entre a vida profissional das fábricas, com seu extenso horário de jornada de trabalho e sua vida privada. Dedicar-se à vida doméstica, aos cuidados com a casa, filhos e marido, deveria ser a prioridade incontestável da mulher.

Já o homem entendia a mulher como uma concorrente. Não alguém que viria a somar para uma maior produção ou como facilitadora nas realizações das atividades fabris, mas como “um exército reserva” (PERROT, 2013, p. 119), aquele que surge nos momentos em que o exército principal está ausente por algum motivo. Não reconhecia a mulher e sua participação como importante ou necessária no meio fabril. Esse modo de pensar foi se modificando no momento em que a mulher se torna mão de obra essencial enquanto operária, pois os homens não se fazem presentes para a realização de seu trabalho nas fábricas por estarem em combate nos conflitos ocasionados pela Primeira Guerra Mundial.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, que ocorreu entre os anos de 1914 a 1918, a relação entre o trabalho feminino e as fábricas passa por uma aproximação na França e Inglaterra. Foi necessário que a mão de obra masculina que trabalhava nestas indústrias, fosse encaminhada para os campos de batalha. Em seu lugar, um exército feminino ocupou os espaços deixados por eles, desenvolvendo atividades nas fábricas. Teixeira (2009) refere-se a este momento e descreve a mão de obra feminina como importante dentro das indústrias destinadas à confecção dos uniformes que os soldados vestiriam. Também os paraquedas e outras peças de vestimenta eram feitas pelas mulheres, que passaram a desenvolver várias outras atividades, anteriormente realizadas pelo homem.

Perrot (2013, p. 144) afirma que as mulheres, ao executarem as tarefas que agora devem ser de responsabilidade delas, “se saem muito bem”, pois realizam-nas com a mesma eficiência e produção. Já o homem, distante de seu posto de trabalho, teme pela consequência desta ausência forçada, pois sabe que a mulher está penetrando nos ambientes que a ele eram destinados, realizando seu trabalho e ocupando seu lugar de provedor da casa. Em relação a este assunto, de prover o sustento da família, Teixeira (2009) frisa que este trabalho realizado pela mulher neste primeiro momento, era pago com um salário insignificante, sem comparação ao valor pago ao homem. Percebe-se que, mesmo sendo necessária a presença feminina nas fábricas, seu trabalho não era respeitado ou valorizado, o que pode ser comprovado através da remuneração destinada a ela.

A perspectiva de Teixeira (2009) em relação ao baixo salário para a mulher é corroborada por Beauvoir (2009, p. 201), que complementa o assunto ao afirmar que a concorrência que a mulher vai enfrentar no ambiente de trabalho é desleal, pois se prioriza que o homem tenha sucesso profissional “[...] são os homens que ocupam os melhores lugares, que detêm os postos mais importantes”, enquanto a mulher, que ainda está iniciando sua jornada profissional vai enfrentar dificuldades, resistência e um salário diferenciado. A mulher passa a ocupar outros espaços, mas a sociedade ainda mantém o pensamento que delimita a mulher como pertencente e reclusa ao ambiente privado. Este modo de pensar pode ser comprovado nas palavras de Perrot (2005, p. 440), que descreve como o homem entende esta situação da mulher ocupando o lugar que a ele era destinado anteriormente. A autora descreve o sentimento deste homem ao afirmar que “[...] eles temem ser traídos, usurpados, depostos por aquelas mulheres que, na retaguarda, penetram no mundo dos seus negócios e de seu trabalho”, um pensamento que se torna um fato concreto quando a mulher passa a se apossar do espaço deixado por este homem.

Com sua chegada, as fábricas tiveram de organizar-se internamente para atender as exigências e as necessidades que se mostraram prioritárias. Entre estas mudanças, Perrot (2013) destaca a criação de espaços destinados para a amamentação, a contratação de mulheres para serem responsáveis pela administração dos setores e das demais operárias.

Ao término do conflito, os sobreviventes retornam ao seu lugar de origem, buscando ocupar os espaços e as posições anteriores. Porém, encontram a resistência feminina: elas não desejam retornar ao sistema patriarcal, em que o homem ocupa posição de destaque. “Nada será como antes” cita Perrot (2013, p. 144). Parte das mulheres deseja permanecer ocupando os postos e posições conquistadas durante a guerra, enquanto outras abrem mão destas possibilidades e retornam ao sistema anterior, de obediência e submissão.

O grupo de mulheres que resistiu à ideia de abandonar seu trabalho remunerado e retornar à dedicação exclusiva do cuidado do lar foi alvo de críticas por parte da sociedade. Matos e Borelli (2012) apontam que profissões como operárias, costureiras e lavadeiras, entre outras, foram consideradas impróprias e imorais. O ato de trabalhar fora em troca de um salário, passou a ser visto como uma atividade temporária, que teria fim no momento em que a mulher contraísse o matrimônio. Continuar a trabalhar fora, “[...] passou a ser tolerado apenas como fatalidade da pobreza” (MATOS; BORELLI, 2012, p. 133), não se aceitando que a mulher realizasse outros trabalhos sem necessidades financeiras que justificassem sua ausência no lar.

As autoras ainda informam que, nos anos entre 1920 e 1940, houve uma diminuição da mão de obra feminina no setor fabril, causada pelas modificações que afetaram este setor: algumas atividades deveriam ser realizadas apenas por homens, como a metalurgia e a siderurgia. Também houve ações que se opunham ao trabalho realizado por mulheres no setor fabril, organizadas por órgãos relacionados à saúde, ações públicas e movimentos operários. Mesmo havendo diminuição da presença feminina dentro das fábricas, elas se mantiveram atuantes no mercado do trabalho, realizando outras atividades. Muitas passaram a atuar junto ao comércio, desempenhavam a função de telefonistas, secretárias e guarda-livros, assim como magistério, enfermagem e tantas outras profissões. Matos e Borelli (2012) afirmam que estas atividades apresentaram menor resistência ao serem realizadas por mulheres, mas, mesmo assim, existia a discriminação e o preconceito contra a mulher que trabalhava fora, indiferente da ocupação que exercia. Esta era condição social, que apresentava resistência em encarar mudanças, outras formas de agir e comportamentos que contrariassem o que a sociedade já havia estabelecido como um padrão a ser seguido.

A mulher também se fez presente como mão de obra necessária durante a Segunda Guerra Mundial, devido ao número considerável de homens que foram enviados para combates. Jesus e Almeida (2016) definem o trabalho feminino realizado neste momento, como significativo. Mesmo longe dos locais onde os conflitos ocorriam, a mulher contribuiu com seu trabalho ao assumir as atividades que antes eram realizadas por eles. Ao fim do conflito, este contingente formado por mulheres, deveria retornar ao lar, devolvendo aos homens os cargos que a eles pertenciam por direito. Desta forma, a mulher, que já havia se organizado para buscar por seus direitos, continua atuando neste processo mediante o movimento feminista de segunda onda. De acordo com os autores, a mulher estava decidida a conquistar sua independência, assim como visibilidade para as causas que defendia e sua valorização como pessoa.

Outra questão que representava dúvidas e o temor dos homens em relação à introdução feminina no meio fabril, era a possibilidade de diminuição de salário dos operários. Caberia excepcionalmente ao homem, o sustento de sua família. Scott (2012) corrobora esta afirmação, dizendo que cabia ao homem o papel de provedor do lar, era dele e exclusivamente dele esta responsabilidade. Já a mulher estava destinada a realizar as atividades do lar e seria inconcebível a aceitação de sua presença no ambiente fabril, um espaço que não lhe pertencia.

O espaço fabril e o próprio chão de fábrica eram considerados impróprios para as mulheres. Isso pode ser justificado através da afirmação de Perrot (2013, p. 119) que aponta “[...] a fábrica, com suas máquinas, sua sujeira, suas promiscuidades sexuais, não era para

elas”, o sexo considerado frágil até então, não tinha as artimanhas e nem a resistência necessária para enfrentar este ambiente inóspito.

Mesmo enfrentando resistência por parte do sexo oposto, as mulheres iniciaram suas atividades dentro do setor fabril. Este setor fez a elas uma significativa oferta e possibilidade de trabalho remunerado. Durante o período da Primeira Revolução Industrial, o setor têxtil foi um mercado de absorção e contratação de mão de obra feminina.

As condições de trabalho destas operárias apresentam caráter de exploração e trabalho árduo. Muitas mulheres começavam a exercer suas atividades ainda na adolescência, entre 12 ou 13 anos, e continuavam a trabalhar sob estas condições até o momento em que contraíam matrimônio, ou quando o primeiro filho chegava ao mundo. Muitas vezes retornavam ao trabalho quando este já estava crescendo, não descartando a possibilidade de levá-lo consigo para também trabalhar no mesmo ambiente assim que possível.

Perrot (2013) descreve o cenário fabril com riqueza de detalhes, sendo uma carreira em que não há perspectiva de promoção, exige pouca qualificação profissional, conta com movimentos repetitivos e mecânicos, mas cobra rapidez, agilidade e produção. A realidade do trabalho demonstra a inexistência de cuidados e preservação da saúde da operária. Não há equipamentos de proteção ou preocupação com a qualidade do ambiente de trabalho. “As máquinas são mal protegidas, ao ar livre, e os acidentes – com dedos e mão cortadas – são frequentes” (PERROT, 2013, p. 119). Não recai sobre o empregador, nenhum tipo de responsabilidade ou de indenização a quem se acidenta ou apresenta algum tipo de lesão ocasionada pelo excesso de trabalho.

As horas de trabalho são longas, cerca de 14 horas no momento inicial do período da Revolução Industrial, mas diminuem para 10 horas de atividades durante o ano de 1900. O cenário em que o trabalho é realizado pode ser caracterizado como insalubre. Não há conforto de nenhum tipo, a temperatura não requer controle prévio, podendo estar frio ou quente demais. O controle para a produção é constante, há supervisão permanente, mesmo no tempo destinado ao uso do banheiro, para que não ocorram desperdício de tempo por parte do operário, pois o patrão deseja uma alta produção e, assim, maior lucratividade.

O trabalho dentro das fábricas se torna um caminho que as mulheres passam a percorrer, permanecendo nele por necessidade financeira e pelo desejo de mais liberdade e autossuficiência.

3.2 A presença feminina nas indústrias brasileiras

No Brasil, podemos perceber que a realidade enfrentada pela mulher operária apresenta similaridades com as dificuldades enfrentadas pela mulher que também desenvolveu atividade remunerada no setor fabril em outras localidades e em períodos anteriores, principalmente no período da Revolução Industrial.

As semelhanças são apontadas por Rago (2017), que destaca o longo período de tempo das jornadas de trabalho executadas pelas mulheres operárias no Brasil, os salários considerados incoerentes com as atividades realizadas por elas, a exploração e a constante presença e ocorrência de assédio sexual por parte de seus empregadores. Tais situações, como as apontadas pela autora, geram descontentamentos por parte das trabalhadoras, que se sentem humilhadas e desprotegidas em seu local de trabalho. A autora afirma, que entre os anos de 1890 e 1930, as ocorrências de greves e protestos contra o sistema exploratório e degradante ao qual as mulheres estavam sujeitas, foram frequentes. Além de enfrentar a pressão e a cobrança exercida pelo próprio empregador, as operárias ainda deveriam enfrentar uma sociedade preconceituosa que as rotulava de maneira pejorativa e as diminuía como profissionais, buscando desqualificar os frutos de seu trabalho.

Segundo Rago (2017, p. 579), cada setor da sociedade buscava caracterizar as mulheres operárias de maneira distinta, mas sempre as apontando de modo depreciativo ou como pessoas que realizavam uma atividade vergonhosa ou medíocre. A autora ressalta que, para os jornalistas, estas operárias eram mulheres “frágeis e infelizes”. Os patrões as percebiam como mulheres “perigosas e indesejáveis”, os militantes políticos as definiam como “passivas e inconscientes”. Já os médicos e juristas as definiam como pessoas “perdidas e degeneradas”. Estas eram algumas das denominações pelas quais as mulheres eram definidas pelos seus empregadores, pessoas consideradas cultas e formadoras de opinião deste período. E estas rotulações se refletiam na sociedade e no meio familiar.

Podemos perceber que todos os componentes dos grupos citados pertencem ao sexo masculino. Assim, são homens falando e caracterizando estas mulheres, sem buscar compreendê-las e principalmente conhecê-las, para então poderem classificá-las com propriedade e discernimento. Rago (2017, p. 579) expõe esta situação, ao afirmar ser comum nos depararmos com “[...] a construção masculina da identidade das mulheres”, isso significa que por muitas vezes, foram os homens que escreveram e contaram a história das mulheres, enquanto estas permaneceram em silêncio, ou ainda, como as define Perrot (2005), foram

esquecidas, ou permaneceram alheias aos fatos que as rodeavam, mesmo não desejando que assim o fosse.

De acordo com a autora, a elas, o silêncio foi destinado até que, durante o século XIX, mudanças começam a acontecer de maneira vagarosa, mas permanente, dando às mulheres mais liberdade de comunicação. Tal oportunidade de expressão não possibilitou, porém, que os silêncios e a falta de informações do passado fossem superados ou preenchidos, permanecendo espaços vazios e incompletos na história das mulheres.

O reflexo deste silêncio pode ser percebido no pouco registro escrito disponível, escrito por estas mulheres trabalhadoras (RAGO, 2017), nos quais relatam as ocorrências e suas queixas em relação ao ambiente de trabalho. Segundo a autora, a falta destes registros possibilitou que outras pessoas as qualificassem. Deste modo, médicos higienistas e policiais que trabalhavam com a segurança populacional e mesmo os donos das indústrias falavam sobre estas mulheres trabalhadoras, retratando-as como pessoas “[...] sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno pessoal” (RAGO, 2017, p. 579). Novamente podemos compreender que as mulheres operárias eram descritas como portadoras das mesmas características, ou, ainda, como indivíduos que não dispunham de nenhuma característica que as identificasse. Pelas palavras da autora, é possível imaginar um ser humano sem traços, sem sentimentos e incapaz de ter alguma reação. Um ser humano oco, incapaz de sentir ou fazer, que apenas sobrevive ao tempo.

Rago (2017) busca construir uma identidade para estas mulheres operárias, que retratasse sua individualidade e personalidade. Entende-se que fazer esta identificação de maneira uniforme e padronizada não é possível, em função das diversas características, etnias e realidades dessas mulheres. Para auxiliar nestas questões, a autora faz um apanhado geral da mulher que desenvolve suas atividades dentro das fábricas, definindo-as como pertencentes a nacionalidades diversas, como italianas, portuguesas e alemãs, entre outras. Queriam encontrar no país a possibilidade de uma melhor condição de vida e trabalho, visto que no período que corresponde ao século XIX, o próprio governo do Brasil busca atrair imigrantes para trabalhar em setores como a agricultura, nas plantações de café e nas fábricas que se instalam nas cidades.

São trabalhadores que devem substituir a mão de obra escrava, que realizava estas atividades até a abolição da escravatura. O governo quis demonstrar, também, que o país estava se modernizando, progredindo, ao tomar a atitude de acabar com a escravidão e passar a contar com mão de obra assalariada para as atividades da agricultura.

Parte desses imigrantes passou a desenvolver suas atividades nas fábricas que se instalaram em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Rago (2017) indica o Nordeste como a região em que a industrialização teve início no Brasil, apontando que foi na Bahia que o setor industrial destinado aos tecidos se destacou. Posteriormente, esse setor estendeu-se para a região Sudeste. A autora destaca que existem estudos importantes que abordam a questão da imigração e seu papel na industrialização no país, mas chama a atenção quando relata que “[...] ainda muito pouco foi feito no sentido de se localizar a presença feminina nesse processo” (RAGO, 2017, p. 580), já que é sabido que mulheres e crianças estavam presentes neste setor de trabalho, sendo consideradas como mão de obra farta e barata.

A falta de trabalhos e pesquisas que tratem especificamente sobre este assunto justifica a relevância desta pesquisa, que tem por objetivo compreender a trajetória do trabalho desenvolvido pelas mulheres no setor fabril, embora não se tenha como propósito preencher as lacunas ainda existentes nos séculos anteriores.

Nota-se a presença feminina nas indústrias de fiação de tecidos e tecelagem, onde o trabalho manual se fazia necessário, já que a utilização de máquinas era ainda precária. A mão de obra feminina estava presente em setores específicos, sendo sua ausência notada nas indústrias destinadas à metalurgia e nas atividades que exigem mais virilidade e qualificação (PERROT, 2013); estes eram ambientes destinados à mão de obra masculina, porque exigiam o uso de força física, o que não era considerado como uma característica feminina. Outros setores, como o gráfico, não aceitavam a presença de mulheres, por considerar o trabalho com os livros uma atividade nobre, ou seja, atividade a ser desempenhada somente pelo sexo masculino.

Mas a presença feminina no setor fabril, principalmente no setor têxtil, passa a ser notada e contabilizada. Scott (2012) assegura que mulheres e crianças passam a realizar atividades assalariadas no setor destinado à industrialização, ocupando cerca de 76% das vagas de trabalho nas fábricas durante o ano de 1872, quando se organizou o primeiro recenseamento no Brasil.

No ano de 1901, na cidade de São Paulo, foi realizado um levantamento que indicou que as mulheres ocupavam cerca de 49,95% das oportunidades de trabalho nos setores fabris; já as crianças estavam presentes em 22,79% das vagas de trabalho, concluindo que a mão de obra de mulheres e crianças ocupava, em média, 72,74% das oportunidades oferecidas pelas indústrias neste recorte temporal. Tal realidade continuou se repetindo pelos anos posteriores, quando a presença da mão de obra feminina pôde ser contabilizada. Enquanto isso, outras

trabalhavam, em suas próprias residências, na produção de mercadorias para fábricas ou lojas de confecção.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres dentro dos diversos ambientes de trabalho eram enormes. Estavam sujeitas à diferença de remuneração, quando se compara o seu salário com aquele pago ao homem. Elas eram constrangidas e menosprezadas: enfrentavam o assédio sexual e a minimização de seus conhecimentos intelectuais.

Percebe-se que sua presença e o respeito por parte dos homens, empregadores, sociedade e família teve de ser conquistado, assim como o reconhecimento de sua capacidade profissional. Afinal, eram vistas como concorrentes às oportunidades de trabalho antes destinadas exclusivamente aos homens.

A presença feminina dentro das fábricas passará, contudo, por uma queda significativa nos anos seguintes. Scott (2012) faz um levantamento e conclui que durante a década de 1950, a mão de obra feminina dentro das fábricas, girou em torno de 20%. Uma diferença considerável, se compararmos com a quantidade de mulheres que trabalharam no setor fabril em anos anteriores. A autora sugere hipóteses que justifiquem esta mudança. Talvez as mulheres tenham preferido retornar para seus lares, onde desempenhariam a ocupação de esposa, mãe e responsável pela manutenção e organização do lar. Ou, quem sabe, tenham aceitado a imposição da sociedade que definia o lar como o espaço ideal destinado às mulheres.

Logo a seguir, porém, a pesquisadora explica os motivos da queda da presença das mulheres dentro das fábricas. Declara que, naquele momento, havia mão de obra masculina em número suficiente para abastecer o setor fabril. Esse contingente masculino se originou de diferentes situações, como a imigração europeia para o Brasil, e a migração de moradores do campo para as cidades. Isso resultou em oferta de mão de obra masculina e “[...] uma queda da participação feminina no mercado de trabalho” (SCOTT, 2012, p. 18). Novamente a mulher é encaminhada para a missão de organizar e manter a família no ambiente privado do lar.

Vale lembrar, por outro lado, que a mulher de origem humilde é motivada, pela dificuldade financeira, a continuar trabalhando fora, a exercer seu trabalho, sujeitando-se a realizar suas atividades, mesmo em troca de um salário reduzido e desvalorizado pela sociedade.

4 O AUMENTO DAS FÁBRICAS DE CALÇADOS NO RIO GRANDE DO SUL: VALE DO SINOS E VALE DO PARANHANA

A cidade de Parobé-RS é o principal recorte territorial que esta pesquisa se destina a abordar, pois tem uma relação muito próxima com o setor coureiro-calçadista. Aproximação que se deu devido a diferentes empresas se fixarem neste Município para desenvolver suas atividades ligadas à produção calçadista. Um setor que passou por momentos de expansão, euforia e lucratividade, proporcionando oportunidades de trabalho, tanto para os moradores que viviam nesta cidade, quanto para pessoas de outras localidades.

Foi a notícia de que se buscava mão de obra para trabalhar nestas fábricas, que atraiu e incentivou famílias inteiras a deixarem sua terra natal para buscarem, na cidade de Parobé, uma possibilidade de trabalho. A divulgação dessas vagas para contratação imediata foi fomentada tanto por quem já trabalhava no local, quanto pelos carros de som que circulavam pelas ruas da cidade, anunciando e solicitando aos interessados que comparecessem nas fábricas em dias e horários específicos.

Essas lembranças, que estão presentes na memória das pessoas as quais entrevistamos, remetem a um período de expansão do setor calçadista em que a estabilidade e o progresso na cidade pareciam quase como um destino certo e absoluto. É com saudosismo que se lembram disso. Existe emoção nas falas, por tentarem traduzir em palavras, a vivência daqueles dias.

Para que possamos compreender como esta relação de proximidade entre a cidade de Parobé e as fábricas calçadistas ocorre, assim como os resultados conquistados com esta parceria, faz-se indispensável conhecer alguns aspectos da produção calçadista no Estado do Rio Grande do Sul e como este setor foi se propagando em determinadas cidades que compõem este Estado.

A partir da explanação de Calandro e Campos (2013, p. 5), é possível tomar conhecimento de que o processo inicial de fabricação de calçados no Rio Grande do Sul ocorreu na região do Vale do Rio do Sinos e, posteriormente, foi sendo introduzido em outros municípios, oportunizando a existência de várias fábricas destinadas à produção calçadista em cidades próximas.

Para descrever este fato, as autoras se utilizam do termo “polo calçadista” como referência às várias cidades que também se dedicam, entre outras atividades, à fabricação de calçados. Destacam que, deste polo, fazem parte o Vale do Paranhana, Vale do Caí, Vale do Taquari e algumas localidades da serra gaúcha. O Vale do Paranhana é apontado como um dos principais polos destinado à produção coureiro- calçadista do Estado (SILVESTRIN,

TRICHES, 2008). A região destaca-se, ainda, pela facilidade de acesso a todos os materiais e serviços específicos que se fazem fundamentais para a produção de calçados, fato considerado como favorável e vantajoso.

O Vale do Paranhana é composto por um conjunto de seis municípios, dentre eles Igrejinha, Parobé, Rolante, Riozinho, Taquara e Três Coroas (CALANDRO, CAMPOS, 2013, p. 7), como veremos na figura abaixo.

Figura 1 - Mapa do Vale do Paranhana



Fonte: MAPA TURÍSTICO – VALE DO PARANHANA. Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SCTEL/RS) (2017).

Podemos identificar, no mapa, a localização dos seis municípios que formam a região do Vale do Paranhana, assim como a localização do Vale do Paranhana dentro do estado do Rio Grande do Sul. Para melhor organização territorial, foram criados, durante o ano de 1991, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - COREDES, levando-se em consideração a realidade de cada localidade no que se refere a economia, política, aspectos sociais e geográficos.

Como resultado destas organizações, estabeleceu-se a formação de dois Coredes, denominados de COREDE do Vale do Rio do Sinos – CONSINOS³⁴ – e o Corede Paranhana

³⁴ Segundo o apontamento de Calandro e Campos (2013, p. 6-7), os municípios que compõem estes dois coredes são: CONSINOS – é composto pelos municípios de Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul.

– Encosta da Serra – COREPEDES³⁵. Como característica semelhante entre os dois Coredes, os autores citam o aglomerado de estabelecimentos destinados à produção coureiro-calçadista. Chama a nossa atenção o fato de que não é somente nestas localidades que há produção calçadista. Esta atividade também ocorre em outros municípios que compõem o Estado do Rio Grande do Sul, alguns com mais estabelecimentos destinados a este fim, enquanto outros contam com um número mais reduzido de fábricas.

A relação entre o setor destinado à fabricação de calçados e o Vale dos Sinos originou-se no ano de 1824. Foi nesse momento que as primeiras colônias formadas por imigrantes alemães e italianos se organizaram para iniciar suas atividades relacionadas aos curtumes e ao tratamento do couro (LOPES; FILHO, 2012). Bassan (2017) relaciona a atividade do couro com a fabricação de calçados. Esta atividade, que possuía características artesanais, era realizada nas colônias, apresentando-se ainda significativa no território que se estende do Rio dos Sinos, passando por São Leopoldo até chegar à cidade de Taquara.

Deste modo, à medida que os imigrantes se expandiam no território próximo ao Rio dos Sinos, levavam consigo suas habilidades e técnicas de trabalhar com o couro como matéria-prima. Dominavam as técnicas de fabricação de artigos que se destinavam à montaria, assim como arreios, selas e a confecção de calçados simples, feitos com as sobras do couro.

Ainda no decorrer do século XIX, os imigrantes continuavam a se espalhar pelos territórios em torno do Vale dos Sinos, estabelecendo colônias nas localidades de Estância Velha, Sapiranga, Taquara, Rolante, Parobé (CALANDRO; CAMPOS, 2013, p. 5), entre outras regiões.

Entre os séculos XIX e XX, as mercadorias produzidas dentro destas colônias eram destinadas para suprir as necessidades dos moradores dessas localidades. Silvestrin e Triches (2008) destacam que, na época, utilizavam-se técnicas artesanais simples para a fabricação de produtos. Eram técnicas rudimentares e permitiam a produção em pequena quantidade. Esta realidade de produção em pequena escala começou a passar por mudanças significativas durante o ano de 1900, quando se iniciou a utilização de máquinas para a produção de calçados, o que resultou em uma maior quantidade de itens confeccionados.

A chegada dos imigrantes que se estabeleceram em diversas áreas do estado do Rio Grande do Sul, foi motivada também, por questões econômicas. Como aponta Bassan (2017), valendo-se dos estudos realizados por Singer (1990), o processo de industrialização que

³⁵COREPEDES: é composto de duas microrregiões que apresentam semelhanças específicas entre si. A microrregião do Paranhana é formada pelos municípios de Igrejinha, Parobé, Rolante, Riozinho, Taquara e Três Coroas. Já a microrregião da Encosta Inferior da Serra Nordeste (ou apenas Encosta da Serra), é formada pelos municípios de Lindolfo Collor, Presidente Lucena, Santa Maria do Herval e Morro Reuter.

ocorre na zona urbana, faz com que a oportunidade de emprego exerça atração sobre estes imigrantes. Desta maneira, grupos de pessoas se dirigem a localidades onde estão organizados os polos industriais, em busca de colocação no mercado de trabalho.

Esta força de trabalho foi sendo absorvida pelas fábricas, que passavam por um processo de prosperidade. Devido ao crescimento interno, necessitavam de um contingente maior de mão de obra (PETERSEN; SCHMIDT, 2004) nos setores de confecção e montagem. As máquinas, que passaram a ser usadas com maior frequência, levaram à divisão do trabalho em partes específicas: cada profissional seria responsável pela realização de uma etapa dentro do processo de produção.

Utilizando-se desta nova metodologia, a produção obteve um crescimento considerável, o que tornou possível o abastecimento do mercado regional e mesmo do nacional com os produtos confeccionados no Vale do Rio dos Sinos.

Os últimos anos da década de 1960 foram um período de turbulência para as indústrias calçadistas. As dificuldades pelas quais passavam, foram um reflexo do “[...] reduzido poder aquisitivo do salário” (CARABAJAL, 2005, p. 54), que afetou diretamente a quantidade do consumo da população. Outro fator apontado como colaborador para esta crise calçadista foi a dificuldade de exportação da produção de calçados. O autor aponta como exemplos destas barreiras ao mercado externo a disputa com outros países que também produzem calçados, como a Itália e a Espanha, a dificuldade de transporte para as mercadorias, assim como as barreiras de fiscalização para que estes produtos deixassem o país.

A saída encontrada pelo governo brasileiro para contornar esta crise foi a de elaborar uma proposta para incentivar e subsidiar a produção calçadista. Para tanto, elaborou o Decreto-Lei 1.189, durante o ano de 1971, estabelecendo incentivo para que os calçados produzidos no Brasil pudessem ser exportados.

Buscaram-se maneiras de atrair novos importadores para os calçados fabricados em nosso país. Para tanto, realizaram-se encontros para apresentar a qualidade e a variedade dos calçados brasileiros. Schneider (2004) aponta que a Feira Nacional de Calçados – FENAC – ocorria na cidade de Novo Hamburgo. Estas feiras apresentaram resultados positivos. Foi perceptível o aumento de contatos e compras destinados ao exterior.

A partir deste momento, passou-se a investir na venda de calçados brasileiros em diversos outros países. A produção se destaca pela alta produtividade das fábricas, que possuíam como fatores positivos, “[...] combinação de excelência na fabricação e baixos custos de produção” (CALANDRO; CAMPOS, 2013, p. 4). Estas condições favoráveis

permitiram que uma nova fatia do mercado fosse alcançada: agora se comercializava os calçados produzidos no Estado do Rio Grande do Sul com o mercado norte-americano.

Ainda neste período, houve um crescimento expressivo quanto à participação do Brasil em relação ao total de produtos que eram destinados à exportação mundial. Esta exportação de calçados se elevou de 0,5% para 12,3%, levando o país a ocupar a posição de terceiro colocado na lista dos maiores exportadores mundiais de calçados. A Região do Vale dos Sinos é apontada como aquela em que se encontravam as fábricas de calçados que mais lucratividade obtiveram neste período. Este processo de lucratividade e crescimento vai permanecer até meados dos anos de 1980, quando a concorrência com países como a China, começa a preocupar as pessoas que têm relação próxima com o setor calçadista.

Frente a esta ameaça de uma concorrência internacional de países como a China, por exemplo, que se utilizava da mão de obra mais barata no setor calçadista para vender seus produtos a um preço menor, a indústria coureiro-calçadista no Brasil e nas localidades em que se mantinham núcleos de produção de calçados, teve de adaptar-se a essa nova disputa por mercado consumidor.

Com o objetivo de superar a concorrência, Galvão (1999, p. 17) afirma que o diferencial encontrado foi “[...] produzir calçados de melhor qualidade”. Este fato teve reflexos diretos dentro das fábricas, que tiveram de se reorganizar para atender um mercado consumidor mais exigente. Para tanto, buscaram surpreender positivamente o comprador dos seus produtos, priorizando a entrega dos pedidos em dia, realizando trabalhos em um período de tempo menor, mas atentos à qualidade e à diversificação dos calçados que fabricavam.

Como resultado obtido com as melhorias implantadas nestas fábricas coureiro-calçadistas, a região do Vale do Sinos se destacou pela confecção de calçados destinados ao público feminino e que seriam comercializados, inclusive, com o exterior. À medida que crescia, entretanto, surgiu outro desafio: a mão de obra especializada passou a ser mais valorizada, tornando-se cara para as empresas; estas, por sua vez, dedicaram-se a buscar uma alternativa que resolvesse o impasse.

A saída encontrada foi levar algumas destas fábricas para outras localidades próximas, onde a mão de obra teria um custo menor, o que se justificaria pela falta de experiência destes trabalhadores. Para Schneider (2004, p. 2), este foi o momento de expansão para novas unidades fabris, que passará a ser referido como “descentralização ou interiorização”. Para o autor, o processo de descentralização se refere ao momento em que as empresas passam a estabelecer suas filiais e subestações nas cidades próximas, deixando de concentrar-se nas localidades que antes formavam os polos industriais. Como exemplos de regiões que

começam a receber as filiais, podemos destacar, a Encosta Inferior da Serra, o Vale do Caí e Vale do Taquari.

Já o termo interiorização é percebido como o processo de expansão das indústrias destinadas à fabricação de calçados, que ocorre nas regiões estabelecidas próximas ao Vale do Sinos. Dentro desta nova realidade, surge uma mão de obra que passa a ser conhecida como os colonos-operários. Estes colonos-operários são caracterizados como trabalhadores que recebem salário para realizar estas atividades, porém continuam a manter uma relação próxima com a agricultura e com os cuidados com a terra que pertence a eles, durante seu tempo livre.

Outra justificativa apontada para este deslocamento das fábricas dos polos industriais para as cidades interioranas foram os incentivos e os subsídios ofertados pelas próprias prefeituras locais. Dentre estes incentivos, estão a isenção de tributos e as possíveis melhorias e adaptações no que diz respeito a transporte e comunicação, fatores essenciais para o estabelecimento das fábricas nestas localidades.

Desta maneira, as indústrias que se instalam nas regiões anteriormente destinadas à agricultura, passam a influenciar o dinamismo profissional e pessoal. Isso possibilita que pessoas de uma mesma família possam se dedicar tanto às atividades agrícolas, quanto a exercer suas atividades profissionais no setor industrial (SCHNEIDER, 2004).

Este processo de descentralização permitiu as instalações de indústrias destinadas à fabricação de calçados em cidades como Parobé. Isso trouxe mudanças para a formação da cidade, como o aumento populacional impulsionado pelas oportunidades de emprego que surgiam, assunto que abordaremos no subcapítulo que segue.

4.1 O setor calçadista e o processo de instalações das fábricas na cidade de Parobé

Quando se faz referência à cidade de Parobé, é comum vir à mente as fábricas destinadas para a confecção de calçados que aqui se estabeleceram e trouxeram consigo mudanças no cenário da cidade. Dentre estas fábricas, algumas tiveram uma duração modesta, outras caíram no esquecimento pelo pouco tempo de funcionamento. Mas há as que deixam lembranças profundas, pelo período importante de tempo que mantiveram seu funcionamento, pelas oportunidades de empregos que ofereceram e ainda oferecem, pois a fábrica se mantém em pleno funcionamento. Deste modo, buscamos realizar um levantamento para conhecer quais foram as primeiras fábricas coureiro-calçadistas a se estabelecerem em Parobé.

No levantamento realizado para identificar quais foram as primeiras fábricas coureiro-calçadistas a se instalarem em Parobé, destacamos a dificuldade de encontrar fontes confiáveis e definitivas no que se refere a esta questão. Portanto, as informações de que dispusemos para elaborar uma linha cronológica de funcionamento destas empresas, foram adquiridas através da colaboração direta de uma das fábricas que ainda se apresenta em funcionamento na atualidade e que colocou à nossa disposição todo o material e informação de que dispunha para a elaboração desta pesquisa.

Outras informações foram possíveis de serem levantadas e organizadas através de documentação concedida pelo Laboratório de História das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT.

Também indicações oportunizadas em visita ao Sindicato dos Trabalhadores de calçados de Parobé, forneceram dados que tornaram possível a realização deste levantamento de empresas calçadistas que desenvolveram suas atividades nesta localidade, junto ao Ministério da Fazenda.

Através destes dados, pôde-se elaborar um quadro informativo, onde estão listadas as primeiras fábricas do setor coureiro-calçadista a se instalarem em Parobé. Este levantamento permitiu que fossem nomeadas as três primeiras fábricas a se estabelecerem na região. São elas: Calçados Bibi, fundada no ano de 1949 e que permanece atuando no ramo calçadista ainda hoje; Calçados Rio de Luz, com início de suas atividades no ano de 1955; e Calçados Azaléia, fundada no ano de 1958, a empresa possuiu poucos setores que ainda permanecem em atividade, porém a parte responsável pela produção calçadista não tem mais suas atividades desenvolvidas em Parobé e nem estão mais estabelecidas no estado do Rio Grande do Sul.

É possível analisar o período relacionado entre os anos de 1990 até 1999, como o momento em que ocorreu uma maior concentração de abertura de empresas destinadas à confecção de calçados. Nos anos seguintes, isso não se repete; vem, inclusive, decaindo. É necessário esclarecer que as empresas que constam em nosso levantamento, foram indicadas pelo Sindicato dos Trabalhadores de Calçados de Parobé, como as mais antigas a se estabelecerem na cidade, contendo inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ. Foi nestas informações que nos baseamos para a elaboração do quadro abaixo (Quadro 1).

Tabela 1 - Empresas ligadas ao setor coureiro-calçadista estabelecidas em Parobé

Nome empresarial	Data de abertura
Calçados Bibi	25/04/1949
Calçados Rio De Luz S.A.	04/07/1955
Calçados Azaléia	02/12/1958
Ligia Cia. Industrial De Calçados	02/08/1966
Calçados Lindex Ltda.	11/08/1966
Crysalis Sempre Mio Ind. E Com. De Calçados Ltda.	02/03/1971
Calçados Bottero Ltda.	22/02/1985
Sisan Calçados Ltda. – Me	10/03/1988
Rottarnhold Calçados Ltda.	19/06/1986
Calçados Indiana Ltda.	04/10/1988
Sukatta Calçados Ltda. – Me	30/10/1990
Moderna Indústria E Beneficiamento De Calçados Ltda.-Me	04/12/1990
Calçados Vent Vogue Ltda.	19/11/1991
Calçados Valale Ltda. – Me	29/07/1992
Popshoes Indústria E Comércio De Calçados Ltda.	02/06/1993
CCI Indústria de componentes e calçados Ltda.	22/09/1994
Aorelios Calçados Indústria E Comércio Ltda. – ME	12/12/1994
Calçados Boressi – Me	01/07/1997
Indústria E Comércio De Calçados Storeshoes Ltda. – Me	03/10/1997
Tanaju Calçados Ltda. – Epp	28/04/1998
Fashion Calçados Ltda. – Me	14/05/1998
Calçados Jhonkeli Ltda.	24/11/1999
Calçados Star Mithi Ltda. – Epp	01/09/2000
Indústria De Calçados Jardim Ltda. – Me	05/06/2001
Indústria De Calçados Dissoldi Ltda. – Me	16/07/2001
Sellecto Calçados Eireli	04/04/2003
Scalcon & Scalcon Ltda. – Epp	21/07/2003
J.V.K. Calçados Ltda. – Epp	09/09/2004

Fonte: www.fazenda.gov.br

O levantamento ainda nos permite conhecer empresas que conseguiram se manter atuantes, garantindo oportunidade de trabalho e o abastecimento do mercado consumidor através dos produtos que confeccionam, como a Crysalis Sempre Mio Ind. E Com. De Calçados Ltda., Calçados Bottero Ltda., Calçados Bibi e Calçados Azaléia. Foi nestas empresas que as pessoas entrevistadas desenvolveram suas atividades e que se fazem de grande importância para que conheçamos o interior destas fábricas e entendamos seu ritmo de produção e exigência.

As entrevistas realizadas permitiram conhecer a história de Parobé e sua relação com a indústria calçadista. Possibilitaram, também, compreender como os operários e operárias percebiam o local de trabalho, a relação entre chefia e subordinados e o dia a dia no “chão de fábrica”. Tais informações trouxeram uma outra realidade, de um campo até então desconhecido por quem nunca vivenciou este ambiente, ou não tem afinidades com aqueles que lá trabalham.

A partir dessas informações, é possível destacar que uma das empresas destinadas à fabricação de calçados, teve sua fundação no ano de 1949. O contrato assinado no dia 25 de abril daquele ano marca o início do funcionamento de uma fábrica que contava, então, com oito funcionários e passou a ser conhecida pelo nome de Calçados Bibi Ltda. O nome Bibi foi uma homenagem à atriz brasileira Bibi Ferreira. A empresa possui, como diferencial, produção destinada à confecção de calçados para o público infanto-juvenil.

Os anos que se seguiram foram de trabalho e expansão dentro da própria empresa em quantidade e qualidade, com o crescimento do mercado consumidor dos produtos confeccionados. Na década de 1960, os calçados produzidos pela Bibi já eram comercializados com outros estados brasileiros.

Nos anos de 1970, além de comercializar com todo o território nacional, a empresa passa pelo processo de exportação de sua produção. Nas décadas seguintes, continua buscando inovações, aperfeiçoamentos e qualidade tanto no material quanto nos modelos produzidos.

Outra empresa a estabelecer-se em Parobé, no ano de 1958, recebeu o nome de Calçados Azaléia. O material informativo elaborado pela própria empresa descreve que as atividades tiveram início no dia 02 de dezembro, em um prédio antigo de madeira, espaço alugado neste primeiro momento. O organizador deste estabelecimento foi Arnaldo Luiz de Paula, que já havia trabalhado com calçados e conhecia o processo de trabalho necessário nesta atividade.

Uma sociedade foi estabelecida entre Arnaldo e Theno José Berlitz. Novos membros foram convidados a participar, buscando parcerias para custear os gastos iniciais da fábrica. Entre os novos participantes, estavam Nestor Herculano de Paula, irmão de Arnaldo. Theno, por sua vez, estendeu a proposta de parceria para seus cunhados, Nelson e Arnildo Lauck. Um total de cinco sócios passaram a compor esta sociedade, que foi chamada inicialmente de Berlitz, Lauck e Cia. Ltda., que mais tarde passaria a se chamar Calçados Azaléia.

As máquinas que tinham sido adquiridas eram de segunda mão. Foi nelas que os cinco sócios começaram a realizar suas atividades no campo da confecção de calçados. Arnaldo ficou responsável pela modelagem, supervisão de corte e desenvolvia atividades junto ao setor de vendas.

A realização de serviços bancários ficou sob a responsabilidade de Nestor, enquanto Theno, Arnildo e Nelson trabalhavam no setor da produção, realizando, ali, todas as atividades exigidas durante este processo. A esposa de cada um dos sócios também

colaborava em atividades de produção. Elas realizavam trabalhos de costura, embalagem de produtos, acabamento e cuidavam do faturamento que a empresa estava conseguindo gerar.

O primeiro dia de trabalho deste grupo contou com uma produção de dez pares de calçados. No período de três semanas, a contagem da produção, que era realizada ao fim do dia, demonstrava que já era possível confeccionar 25 pares de calçados.

Essa produtividade passaria a aumentar significativamente no decorrer dos anos, colocando a Azaléia na quinta posição entre as maiores indústrias de calçados femininos do mundo, como afirma o material comemorativo elaborado pela própria empresa, intitulado como “Azaléia 40 anos – Nossa história” (1998).

Figura 2 - Os primeiros dias de Azaléia



Fonte: AZALEIA, 1998.

A Figura 2 retrata os primeiros dias de funcionamento da Azaléia. É possível observar que poucos trabalhadores desenvolvem suas atividades neste cenário. A produtividade é realizada sem a utilização de máquinas visíveis, ficando ao trabalhador a responsabilidade de desenvolver cada etapa da preparação do calçado, até sua finalização.

Entre os anos de 1970 e 1980, uma nova realidade tem seus reflexos nas indústrias calçadistas. É perceptível a mudança que ocorre em relação ao abandono do campo e a busca de oportunidade de trabalho e uma vida melhor nas cidades. Devido à possibilidade de fabricar e exportar a produção de calçados, as empresas começam a empregar esses trabalhadores que chegam às cidades.

A esteira passa a ser utilizada nas linhas de montagem dos calçados, abrindo espaço e oportunidade de trabalho para os interessados. Carabajal (2005) afirma que a mão de obra disponível na cidade foi absorvida, resultando na chegada de trabalhadores de outras regiões, que se estabeleciam nas proximidades dos polos produtores de calçados, pela oportunidade de emprego que ofereciam.

A empresa cresceu nos anos que se seguiram, chegando a ser reconhecida como líder no mercado calçadista. Sua produção se destinava ao público feminino e masculino, e os tênis produzidos levavam a marca Olympikus.

Além de obter o reconhecimento nacional, a marca passou a ser exportada para 17 países, em 1980. Estados Unidos, Inglaterra, Dinamarca, Nova Zelândia, entre outros 13 países, passaram a contar com a presença dos calçados confeccionados em Parobé.

Segundo o informativo Azaléia (1998), com a capacidade de cerca de 65.000 pares de calçados por dia, a empresa atingia o montante de 14 milhões de calçados no ano. Para tanto, contavam com o trabalho de cerca de 11.000 empregados diretos e 6.000 empregados de forma indireta (AZALÉIA – 40 anos – Nossa História, 1998).

A fábrica tinha como desafio a produção em larga escala para abastecer o mercado nacional e internacional. A matéria-prima que seria utilizada em seus calçados bem como o produto final, deveriam passar por testes que comprovassem sua qualidade. Tanto o couro como os solados e até mesmo as embalagens finais de cada produto, eram cuidadosamente controlados e confeccionados pela própria Azaléia. Todo este cuidado despendido buscava, como resultado final, um produto que se destacasse pela excelência, conquistando e fidelizando clientes.

Figura 3 - Localização atual da Calçados Bibi e Calçados Azaléia S.A



Fonte: GOOGLE MAPS (2018). Adaptado pela pesquisadora (2018).

Neste processo de crescimento e expansão no setor coureiro-calçadista estabelecido em Parobé, passaremos a analisar como a produção de calçados é feita, quem trabalha nesse setor e quais as tarefas que realiza. Assim, buscaremos encontrar a mulher que se faz presente nesse meio, identificar a relevância do trabalho feito por ela, assim como suas dificuldades, seus desafios e como busca superar cada um deles. Para tanto, é necessário que nos aproximemos desta operária e passemos a prestar atenção em sua rotina de trabalho, para que, de fato, consigamos entender como a sua presença é sentida no ambiente fabril, realidade que passamos a acompanhar no próximo capítulo.

5 A MULHER OPERÁRIA

Este capítulo tem como propósito central, aproximar o leitor da rotina diária de duas fábricas que se destinam à confecção de calçados, situadas na cidade de Parobé - RS. Um local de trabalho que se apresenta de maneira real e concreta para quem já se fez presente no ambiente fabril, para aqueles que, nessas empresas, conquistam seu salário e os meios pelos quais mantêm sua família. É dentro deste espaço e realizando as atividades que o compõem, que algumas pessoas passaram, e ainda passam, um período considerável de suas vidas.

São anos, décadas de dedicação e muita experiência, que foram se acumulando com o passar do tempo. Foi nesse período em que trabalharam, ou ainda trabalham nestas fábricas, que se tornaram conhecedores da arte de confeccionar calçados, uma atividade que é formada por um conjunto no qual máquinas e homens trabalham lado a lado, cumprindo um mesmo propósito.

Buscaremos destacar, porém, neste ambiente a figura humana, possuidora de sentimentos, sonhos, realizações e frustrações. Buscamos entender o espaço fabril sob a perspectiva daqueles que o compõem, quem respira este ar, quem conhece cada detalhe deste ambiente. Aquele que entende e reconhece o que a máquina necessita, está habituado a agulhas, linhas e tesouras, mas, essencialmente, reconhece no outro as mesmas dores, os mesmos anseios e, por vezes, o mesmo temor ou cansaço. Aqueles que estão sujeitos aos mesmos desafios profissionais, em que metas têm de ser batidas, a produção deve ser alcançada e o trabalho de todos gira em torno de um só objetivo, produzir.

São estas experiências e vivências profissionais que buscamos atingir e conhecer. Objetivamos tornar um espaço e uma atividade tão familiar para um grupo de pessoas, mais acessíveis e compreensíveis para o restante da sociedade. Uma parcela de pessoas que, como eu, desconhece as peculiaridades deste setor fabril e, desta forma, apresenta dificuldade em entender a realidade do que se passa neste ambiente de trabalho, as dificuldades enfrentadas por estas operárias, assim como as conquistas e oportunidades que foram adquiridas através dos anos.

Para que possamos nos familiarizar com o ambiente fabril bem como compreendê-lo, faz-se necessária a nossa aproximação junto ao “chão de fábrica”³⁶. É neste local que a produção do calçado acontece e as relações entre as pessoas se estabelecem. É no “chão de

³⁶ Chão de fábrica: expressão dos operários das fábricas calçadistas para se referirem ao local de produção do calçado, que contempla o setor de corte, preparação, montagem e costura. Por isso, usaremos aspas quando o conceito for utilizado.

fábrica” que nos desafiamos a encontrar as mulheres, estas que são o objeto principal desta pesquisa. É necessário conhecermos os lugares que ocupam, as atividades que realizam, assim como suas dificuldades, suas preocupações e anseios.

Dispomo-nos a ser ouvintes de suas vozes, escutando seus relatos sem julgamentos ou criticidade, como alguém disposto a conhecer suas verdades, respeitando seus pontos de vista e percepções. Como ouvintes, vamos montar as pequenas peças que fazem parte do grande cenário onde realizam o papel de operárias. Muitas delas, todavia, também ocupam outros papéis: são mães, ou mãe e pai na mesma pessoa, são esposas, cuidadoras, responsáveis pelo sustento do lar e educação dos filhos. Além das tarefas profissionais, outras precisam de sua participação e seu trabalho e, para estas, não há horário específico a ser cumprido e nem produção mínima a ser alcançada.

Este é o universo feminino que nos propomos a conhecer, o campo do trabalho, o “chão de fábrica” que ela percorre durante sua rotina diária. Tal atividade se faz tão próxima, em alguns momentos, dos outros papéis desempenhados pelas mulheres, que, por alguns instantes, se torna complicado separar a mulher profissional da mulher que exerce todos os outros papéis, como já mencionamos. Desta maneira, faremos uso de metodologias que nos permitirão maior aproximação com esta mulher e entendimento de como ela está inserida no setor fabril.

A pesquisa de caráter qualitativo contará com embasamento teórico, assim como se utilizará de entrevistas semiestruturadas como principal meio de coleta de dados. Esta prática é caracterizada por Manzini (2012), como aquela que conta com uma estrutura de perguntas abertas. Isso quer dizer que não se faz necessário seguir estritamente a sequência das perguntas elaboradas anteriormente, mas pode-se utilizar delas da maneira mais pertinente no momento das entrevistas. É aconselhada a utilização deste tipo de entrevista quando se deseja interrogar grupos distintos, podendo alterar-se a ordem dos questionamentos para a melhor compreensão do assunto que está sendo abordado. Utilizaremos desta metodologia de entrevista semiestruturada como prática norteadora desta pesquisa.

Frente a isso, as entrevistas realizadas foram concedidas, autorizadas para uso científico e gravadas, com cinco pessoas que ocuparam/ocupam, cargos de liderança e chefia dentro das empresas denominadas Calçados Azaléia e Calçados Bibi. Destacamos que apenas uma mulher foi entrevistada, por não encontrarmos em nossas buscas, outras mulheres que tenham exercido cargo semelhante ao de nossa entrevistada. Buscou-se investigar, através destas entrevistas, as questões relacionadas ao trabalho fabril por um outro viés. Primeiramente sob o ponto de vista dos responsáveis por setores como administração, chefes

de setor e encarregados, que têm sob seu comando grupos de operários e operárias distintos, com atividades e tarefas que se diferenciam entre si.

Estes entrevistados realizam um trabalho essencial no setor produtivo da fábrica, mantendo relações diretas com homens e mulheres que ali labutam. Portanto, podem contribuir de maneira expressiva através das vivências e percepções que foram observando ao longo de décadas.

A escolha dos entrevistados se deu a partir do critério de indicação, ou seja, quando um entrevistado indica outro, que pode contribuir para o estudo que está sendo realizado por também conhecer o assunto no qual estamos interessados. Esta metodologia é denominada de “Bola de neve”, e baseia-se, segundo Vinuto (2014), na utilização de indicações de novas pessoas a serem entrevistadas, por aqueles que já participaram deste processo. Desta maneira o pesquisador se utiliza dos contatos que já possui, para que novos contatos sejam realizados. Forma-se, assim, um grupo de colaboradores a serem analisados durante a pesquisa de caráter qualitativo.

As perguntas realizadas aos entrevistados foram semelhantes, com o uso de um questionário elaborado previamente, mas disponibilizando a eles a oportunidade de comentarem ou relatarem outras informações ou experiências pessoais, que acreditavam serem relevantes, desde que se apresentem relacionadas ao tema que abordamos.

Para Gil (2008), esta prática de entrevista é denominada de entrevista focalizada, quando se dá ao entrevistado a possibilidade de falar e se manifestar sobre o assunto de maneira espontânea. Caso ele se distancie do tema da pesquisa, o entrevistador pode interferir e conduzir novamente a entrevista para o assunto em questão. Esta prática de entrevista focalizada foi a técnica de que nos utilizamos durante a realização das entrevistas que integram este capítulo.

Segundo Júnior e Júnior (2011), a utilização de entrevistas tem se mostrado presente nas pesquisas científicas, pois é através delas que o pesquisador pode obter informações e dados que não estão disponíveis em bibliografias, permitindo-lhe maior conhecimento de fatos sobre o assunto que estuda. É através desta perspectiva que nos utilizaremos da entrevista, como meio de obter dados que não são referenciados anteriormente e que podem contribuir, de maneira significativa, para a elaboração e conclusão deste estudo.

Com o objetivo de nos utilizarmos das experiências adquiridas pelos entrevistados e para conhecer mais sobre a realidade diária do setor fabril, organizou-se a caracterização de cada um destes entrevistados, como segue em quadro descritivo (Tabela 2):

Tabela 2 - Caracterização dos entrevistados

Entrevistado(a)	Função desenvolvida	Tempo de trabalho
A1 - Homem	Montagem; Supervisor; Gerente	29 anos de trabalho
A2 - Homem	Estagiário; Programador; Gerente de vendas e compras; Diretor de Negócios, mercados nacionais e exportação.	25 anos de trabalho
A3 - Homem	Produção; Presidente do Sindicato da Indústria de Calçados de Parobé	27 anos de trabalho
A4 - Mulher	Serviços Gerais; Instrutora de costura	36 anos de trabalho
A5 - Homem	Modelista e estilista de calçados	65 anos de trabalho (em uma única empresa)

Fonte: Entrevistas de acervo pessoal da pesquisadora (2018).

O quadro pode ser utilizado como fator facilitador para o entendimento e o reconhecimento de cada um dos entrevistados. As informações nos permitem observar que são pessoas que exercem atividades de coordenação de setores e grupos de trabalhadoras. Sua experiência no assunto relacionado à pesquisa torna-os sujeitos relevantes, podendo contribuir ricamente na realização deste trabalho. Porém, pode-se observar que somente uma mulher participa das entrevistas. Ressaltamos que esta não foi uma decisão nossa, mas está relacionado a dificuldade de encontramos outras mulheres, que tenham também ocupado cargos de chefia nestas empresas. Não se trata de uma escolha, mas uma percepção de que os homens ainda ocupam lugares de destaque e os cargos mais elevados dentro das fábricas calçadistas.

Além das entrevistas com funcionários que exerceram papel na administração e de liderança dentro das fábricas calçadistas, realizamos questionários que foram aplicados para trabalhadores do setor fabril. Para Gil (2008), o questionário baseia-se na organização de perguntas e aplicação destas a um grupo de pessoas, com objetivo de adquirir informações que colaborem para a pesquisa que está sendo feita. Estes questionários escritos são entregues aos respondentes, que passam a responder. Tal modelo de questionário é nomeado pelo autor como autoaplicado.

Através das respostas, o pesquisador obterá dados que vão auxiliá-lo, podendo, assim, aproximar-se e conhecer mais a fundo as especificidades e as realidades do grupo de pessoas selecionadas.

Seguindo o pensamento de Gil (2008), fizemos uso de questionários, o que possibilita a participação de um maior número de pessoas neste processo, sendo dispensável a identificação destes participantes e, ainda, como ponto facilitador, há a possibilidade de responder a ele em qualquer lugar, no horário que melhor se adapta à rotina dos participantes. Os questionários foram aplicados para um total de vinte e quatro pessoas, escolhidas aleatoriamente. Parte deles foram realizados em uma sala de espera, onde os respondentes aguardavam serem chamados para realizar o procedimento de audiometria, que faz parte de um controle interno das empresas. Após pedido de participação e breve explicação, foram deixados à vontade para responder às perguntas.

É importante destacar que todas as pessoas que responderam aos questionários desempenham, ou já desempenharam, atividades junto ao setor de produção calçadista. Todas conhecem e apresentam familiaridade com as atividades realizadas neste ambiente, o que as qualifica a participarem da pesquisa. Priorizamos a participação de pessoas que tenham trabalhado nas fábricas de calçados por períodos variados de tempo, o que possibilita uma visão diferenciada sobre estes locais, assim como a percepção de dificuldades e melhorias relacionadas ao setor fabril. O gráfico abaixo permite um melhor entendimento de como foram selecionados e caracterizados os operários e operárias em relação ao tempo de trabalho junto às fábricas. Convém esclarecer, porém, que alguns não responderam a esta pergunta, o que não representa descrédito para as conclusões baseadas nas respostas dadas pelos demais participantes.

Gráfico 1 - Anos de trabalho no setor calçadista



Fonte: Dados obtidos através de aplicação de questionário. Acervo pessoal da pesquisadora (2018).

Como podemos observar no Gráfico 1, responderam aos questionários pessoas que estão inseridas no setor fabril entre dois e cinco anos, o que nos permite uma percepção mais recente dos aspectos de trabalho por parte destas pessoas, que representam um olhar mais atual sobre este universo e suas características. Também foram selecionados trabalhadores que desempenham suas funções no setor calçadista no período de tempo entre seis e dez anos de atividades, assim como funcionários que estão trabalhando neste ambiente entre onze e quinze anos. Este grupo já possui maior experiência no setor calçadista; possivelmente já vivenciaram momentos de mudanças e inovações, tanto no que se refere aos operários diretamente, como no que diz respeito a técnicas, inovações tecnológicas e modos de produção.

Buscou-se representar os operários que estão diretamente em contato com o ambiente calçadista entre vinte e trinta anos de profissão, assim como um operário que desenvolve atividades relacionadas à fabricação de calçados há 41 anos. Estas pessoas mais habituadas a este trabalho por períodos expressivos de tempo, poderão apontar fatores essenciais para a melhor compreensão e familiarização com as realidades das fábricas. Já vivenciaram e acompanharam momentos importantes e decisivos para a indústria calçadista. Puderam ver o crescimento da fábrica, a alta produtividade para suprir a demanda, assim como o momento em que uma destas fábricas resolveu fechar suas portas, resultando em desemprego, tristezas e descontentamentos.

Presenciaram situações e fatos que podem enriquecer esta pesquisa, através da oportunidade de expressarem e relatarem o que nunca lhes deram a oportunidade de contar. É através dos dados obtidos que buscaremos encontrar e identificar a mulher como operária fabril. Conhecer o ambiente de trabalho em que ela está inserida e as dificuldades e barreiras enfrentadas dentro deste universo do trabalho. Identificar o que as fábricas desejam e esperam destas mulheres como profissionais, e as oportunidades que são oferecidas a elas, para que cresçam e alcancem patamares maiores dentro da empresa.

Inquieta-nos saber se, dentro deste espaço de trabalho, a mulher está sujeita a alguma forma de discriminação por pertencer ao sexo feminino? Tem algum prejuízo quando se compara seu salário ao pagamento efetuado ao homem que realiza atividades iguais ou similares? Propomo-nos a analisar como a mulher é vista pelos homens em relação ao trabalho que desenvolve, principalmente, investigar se deixaram de ser vistas e rotuladas como um exército de reserva, que surge em momentos de necessidade, quando o homem está impossibilitado de se fazer presente. E se, por conta disso, encontram alguma resistência em

conquistar o direito a um salário digno, o reconhecimento e o respeito de uma sociedade que acreditou e definiu, por décadas, que o lugar da mulher é dentro de casa. Rago (2017) caracteriza a sociedade brasileira como mantenedora das tradições, que preza pela continuidade de costumes e modos de agir, evitando e condenando determinados assuntos e comportamentos que acredita não serem ideais. Esta sociedade e seu comportamento em relação à mulher que trabalha fora de casa que buscaremos compreender, avaliando se tais pensamentos ainda têm continuidade, ou se há uma nova percepção e aceitação da mulher que exerce trabalho remunerado inserida em ambiente público.

Buscaremos identificar se houve mudanças e rupturas sobre estas questões, ou se ainda permanecem em meio à sociedade que se acredita mais receptiva e aberta a mudanças. Uma sociedade, no entanto, que apresenta um histórico de manter e priorizar as tradições elaboradas pela sociedade, onde cada um cumpria um papel e ocupava o espaço a ele destinado, tanto no espaço privado do lar, quanto no ambiente público e no trabalho. O espaço destinado ao trabalho remunerado, dentro das fábricas do setor coureiro- calçadista, é o recorte espacial que analisaremos no próximo subcapítulo.

5.1 Início de carreira no setor fabril: uma atividade que se aprende em casa

O trabalho nas fábricas destinadas à confecção de calçados, passou a fazer presente na cidade de Parobé, mesmo fora das paredes que delimitam estas fábricas. Fez-se comuns a realização de atividades calçadistas em outros espaços. Conhecidos como ateliês, estes novos ambientes são descritos por Schneider (2004, p. 14) como organizações ou empresas de pequeno porte, que se destinam a confeccionar partes que comporão os calçados, ou mesmo as etapas completas, como o “pré-fabricado” que é uma parte do solado que irá compor o produto final. As pessoas que administram estes ateliês já possuem conhecimento prévio para a realização do trabalho. Segundo o autor, os próprios funcionários das fábricas, quando eram desligados ou deixavam a empresa, abriam seus próprios empreendimentos, pois já conheciam o processo de produção destes calçados.

Vale dizer que, para ter acesso e oportunidade de trabalhar para estas fábricas, o responsável pelo ateliê deveria seguir algumas exigências, como ter sua empresa registrada e se tornar responsável pela retirada e pela entrega do trabalho feito em datas estabelecidas previamente. Era comum que o dono do empreendimento buscasse os serviços junto às fábricas e os repassasse para outras pessoas, o que o autor classifica como subcontratados. Essa atividade poderia contar, inclusive, com o trabalho realizado dentro da casa do próprio

dono do ateliê, que tinha a ajuda da família para atingir a produção exigida no tempo correto. Os trabalhos mais comumente realizados em domicílios eram os detalhes do calçado, como os enfiados, trançados e costura de peças (SCHNEIDER, 2014). Por serem detalhes relativamente simples, adolescentes eram convidados a ajudar na execução destas tarefas.

Esta realidade foi vivenciada pela entrevista A4³⁷, ao relatar que começou a trabalhar desde jovem. Com a idade de 13 anos, foi na indústria calçadista que encontrou sua primeira oportunidade de trabalho. Ela já possuía um conhecimento prévio no que se relaciona à preparação do calçado, atividade que sua mãe realizava na própria residência. Este trabalho realizado em casa acabava contando com a ajuda dos filhos, como descreve A4, que participava da realização destas atividades junto a mãe.

A minha mãe trabalhava em casa daí gente ajudava né, aplicava adesivo, que hoje não pode né. Menor hoje não pode aplicar adesivo, então, mas naquele tempo a gente aplicava, nem se dizia adesivo, se dia cola mesmo. Passava cola, passava fita, recortava, refileava, como eles dizem hoje dentro da fábrica. Então a gente fazia alguma coisinha (ENTREVISTA A4).

Esta prática anterior resultou em um conhecimento prévio das atividades que viria a desempenhar mais tarde, quando fosse contratada para trabalhar diretamente na fábrica, deixando o trabalho antes realizado em casa aos cuidados da mãe.

Era bastante comum a existência dos ateliês, assim como a realização de algumas etapas dentro do processo de fabricação do calçado em outras localidades, além das fábricas. Estas produções, depois de prontas, eram enviadas novamente às fábricas, para que passassem pelo processo final de confecção do calçado.

Durante o seu primeiro emprego, no ano de 1981, A4 passou por diversas ocupações dentro da fábrica; ter o conhecimento prévio adquirido com os serviços que desenvolvia em casa, foi importante para seu desenvolvimento profissional dentro do setor de trabalho. Realizou atividade como a limpeza dos calçados e, com o passar do tempo e a prática adquirida, começou a participar do processo de montagem e acomodação dos calçados na caixa – o encaixotamento – uma atividade a ser desenvolvida principalmente por mulheres, pois não exige o emprego de força física, mas requer um cuidado especial com a apresentação do produto.

³⁷ Entrevistada A4: mulher que trabalhou no setor calçadista por 36 anos, atualmente, ainda exerce atividades relacionadas à indústria calçadista. Entrevista autorizada para utilização em pesquisa científica e gravada em 27/10/2017. A transcrição da entrevista observa a linguagem da depoente. Entrevista 4. [out. 2017]. Entrevistador: Vanuza Alves Mittanck. Parobé, 2017. 1 arquivo .mp3 (13 min.). Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Figura 4 - Processo de encaixotamento do produto finalizado



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2018).

Como podemos observar através do relato da entrevistada A4, ela começou a trabalhar no setor calçadista no ano de 1981 e, entre as atividades que desenvolvia, estava o processo de encaixotamento do calçado, uma atividade destinada à mulher, por ser um trabalho que não exigia o emprego de força bruta. Durante a visita realizada à fábrica de Calçados Bibi no ano de 2017, percebemos que esta atividade é, ainda, uma tarefa realizada por mulheres. As imagens³⁸ registram o calçado finalizado, que já passou por avaliações e controle de cada peça que compõe o par, qualificando-o como um produto de qualidade e que pode ser comercializado.

O calçado é enviado juntamente com uma etiqueta com informações para uma melhor utilização e limpeza do produto, o que vai garantir uma maior durabilidade e beleza de cada calçado. A imagem que está ilustrando esta explanação passou por um processo de adaptação para preservar a imagem das pessoas que trabalham neste segmento fabril, e mostra que este trabalho permanece sendo realizado por mulheres. Como afirmado anteriormente, não é uma atividade que exige força física, mas requer que a apresentação final do produto seja pertinente com a qualidade e os cuidados que foram empregados para a fabricação do mesmo.

Assim, existem modelos que contam com uma bucha interna de papel, ou mesmo, apresentam um papel que os envolve e separa um calçado do outro, mantendo o produto bem acomodado e apresentável até o consumidor final. A mulher é considerada a mão de obra específica para desempenhar este trabalho. Para Matos e Borelli (2012), a mulher possui características como a tranquilidade e a delicadeza, que são um diferencial positivo no resultado das atividades que realizam. Tal constatação pode ser confirmada quando abrimos a caixa que acomoda, gentilmente, os pares de calçados da Bibi, como nas imagens acima.

³⁸ Destacamos que as operárias que foram registradas realizando a atividade de encaixotamento não participaram das entrevistas realizadas ou dos questionários que foram aplicados. Estavam em horário de trabalho no momento de nossa visita à fábrica da Bibi.

Nota-se, portanto, que temos o primeiro aspecto de continuidade cultural, em alguns segmentos e atividades dentro das fábricas, inclusive exercendo influência sobre este setor. Neste caso, apontamos para a separação entre as atividades produtivas que delimitam a divisão de tarefas baseadas no sexo, ou seja, atividades destinadas ao homem serão as que exigem mais utilização de força física. Já as atividades a serem realizadas por mulheres, exigem mais atenção, mais delicadeza e cuidados aos pequenos detalhes.

Neste primeiro momento, percebemos a existência de uma ligação direta com as afirmações da entrevistada A4 – a prática realizada dentro do setor fabril e informações adquiridas através das leituras feitas para melhor conhecimento e compreensão do que de fato acontece dentro de uma fábrica calçadista. Assim como este primeiro ponto abordado, outros assuntos vão se fundindo, solidificando as descobertas e nos permitindo uma melhor clareza na organização das informações que descrevem estas fábricas e a rotina dos operários que nelas trabalham.

Obtivemos, até o momento, um relato feminino sobre seu início de carreira e suas primeiras percepções do universo do trabalho calçadista em uma fábrica de Parobé. Isso nos exige que conheçamos a visão masculina sobre este assunto, sob uma ótica diferenciada, mas de fundamental importância para possíveis comparações e diferenciações das informações que nos serão disponibilizadas.

5.2 Percalços e superações: as exigências para crescer dentro da empresa

Para que conheçamos a visão masculina sobre o ambiente de trabalho ao qual pertence na indústria de calçados, assim como suas preocupações, dificuldades e busca por possibilidade de crescimento interno, faz-se indispensável dar voz a este homem. Conhecer, através dos seus relatos, a rotina de seu trabalho, as atividades que realiza e quais as possibilidades de crescer profissionalmente dentro da empresa. Qual é sua perspectiva em relação às tarefas realizadas pelas mulheres e sua relação diária junto a este ambiente, que vem aos poucos contando com uma maior participação feminina. A fim de esclarecer estas questões, entrevistamos A1³⁹, que exerceu as funções de chefe de setor e gerente, mantendo uma relação profissional de proximidade e liderança de grupos compostos por mulheres.

³⁹ A1: homem, trabalhou no setor calçadista por 29 anos, onde atuou, entre outras atividades, como supervisor e gerente. Atualmente é aposentado. Entrevista autorizada para utilização em pesquisa científica e gravada em 20/04/2017. A transcrição da entrevista observa a linguagem do depoente. Entrevista 4. [out. 2017]. Entrevistador: Vanuza Alves Mittanck. Parobé, 2017. 1 arquivo .mp3 (13 min.). Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

O entrevistado A1 descreve que iniciou sua carreira no setor calçadista como operário. Desde então, assumiu diferentes funções, na montagem, passando cola e como operador de máquinas por doze anos. Ele, entretanto, percebeu que, para poder crescer na empresa, era necessário retomar os estudos, concluí-los e, assim, buscar a oportunidade de ascender profissionalmente. A empresa, ao mesmo tempo em que exigia maior nível de estudo dos seus colaboradores, oportunizava a eles o acesso à educação através de supletivos que ocorriam dentro do próprio espaço que pertencia à fábrica. Desta forma, estudar na Escola de Ensino Supletivo Azaléia de 1º e 2º graus passou a ser uma realidade na vida de nosso entrevistado, assim como na vida de muitos outros colegas de trabalho. A1 narra o que o motivou a retomar e concluir seus estudos:

Abriu um supletivo na Azaléia, aonde eu comecei a estudar, voltei a estudar e aí foi aonde se abriu as portas pro meu crescimento dentro da empresa por causa deste supletivo. O meu grau de instrução era muito baixo, pelo requisito que a fábrica exigia. E esse supletivo me deu condições de crescer, aí me tornei um supervisor e gerente. Dentro da... fui para a Bahia, em 2000, onde a gente gerenciou fábricas lá, fiquei três anos e meio lá e aí por questões familiares eu voltei (ENTREVISTA A1).

De acordo com o relato do entrevistado A1, foi necessária a conclusão dos estudos, para ser considerado apto a alcançar o crescimento profissional dentro da empresa. Os passos dados por ele possibilitaram novas conquistas no seu ambiente de trabalho. É importante destacar que a empresa se propunha a facilitar o acesso dos funcionários ao espaço escolar. As aulas eram ministradas dentro do complexo da empresa, no turno inverso ao trabalho.

Figura 5 - A busca por aprimoramento educacional



Fonte: Calçados Azaléia S. A. (p. 25, s/d)

A Figura 5 mostra uma turma de funcionários que manifestaram interesse em concluir seus estudos, aproveitando a oportunidade e a facilidade que a fábrica oferecia a eles. Não era necessário deixar o local de trabalho e se dirigir a outra localidade para poder estudar, pois as aulas eram ministradas dentro dos limites da empresa. Este ambiente destinado às aulas era composto por 14 salas de aula, contava com laboratório para as aulas de biologia, química e física. Possuía laboratório de informática, biblioteca com cerca de 11 mil livros à disposição dos alunos, auditório equipado com sistema de som, projetor, iluminação e capacidade para 280 pessoas. Além disso, havia um gabinete para auxiliar os alunos com orientações e aconselhamentos individuais, ou seja, eram oferecidas aos alunos todas as condições necessárias para terem uma aprendizagem de qualidade.

Após o período de expediente, os alunos assistiam às aulas, preparando-se para concluir tanto o Ensino Fundamental, como o Ensino Médio. As turmas começavam suas aulas duas vezes por ano: o primeiro semestre, com início em março e o segundo, no mês de julho, como demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 - Turno de trabalho / horário das aulas

Turnos de trabalho	Horário das aulas disponibilizados
um turno das 5h às 14h18min	1º turno: 11h45min às 14h
um turno das 14h18min às 22h24min	2º turno: 14h30min às 17h
um turno das 22h25min às 5h55min	3º turno: 17h30min às 20h
um turno regular das 7h30min às 17h18min	4º turno: 20h às 22h10min

Fonte: Prêmio educação para a qualidade do trabalho: experiências premiadas (1998).

Como podemos observar no quadro descritivo, havia quatro horários de trabalho oferecidos aos operários. Existiam, também, quatro horários diversificados em que as aulas ocorriam. Esta organização e diversificação do horário das aulas foi elaborada, respeitando o horário em que o funcionário trabalhava, oferecendo-lhe a possibilidade de estudar ao sair do trabalho, ou mesmo antes de iniciar seu turno.

A oportunidade de estudar era oferecida para todos os operários, assim como aos seus familiares. Segundo a obra *Prêmio Educação Para a Qualidade do Trabalho: Experiências Premiadas/1997*, organizada pelo Ministério da Educação e do Desporto (1998), estavam matriculados neste Supletivo no ano de 1997, 1.769 funcionários da Azaléia e mais 61 dependentes dos funcionários desta empresa, totalizando 1.830 pessoas com acesso à educação e oportunidade de concluir seus estudos. Carabajal (2005) afirma que, em média, 220 alunos por semestre conseguiam concluir seus estudos. O Supletivo possuía o reconhecimento do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. A partir de julho de 1994, além da possibilidade de conclusão do 1º e 2º graus, foi disponibilizada aos alunos a opção de realizarem cursos técnicos. As áreas ofertadas eram de administração, contabilidade, calçados, eletromecânica, entre outros.

A empresa utilizava-se de frases de incentivo como “Desafiamos você a ‘estudar com visão de crescimento’. Nossa intenção é oportunizar a você a possibilidade de aprimorar-se como pessoa e profissional” (Informações de Recursos Humanos⁴⁰, p. 13, s/d). E este incentivo ia além das salas de aulas organizadas dentro dos espaços que pertenciam à fábrica, pois era disponibilizado aos funcionários que desejavam continuar estudando e concluir o ensino superior, um financiamento de 80% do valor de duas disciplinas que seriam cursadas por semestre. Caso o aluno fosse aprovado nestas disciplinas, o valor do financiamento passava a ter caráter de ajuda de custo para este funcionário.

⁴⁰ Informações de Recursos Humanos: material de divulgação organizado e distribuído pela própria Calçados Azaléia. Material disponível no acervo do Laboratório de História das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT.

Além disso, a empresa também oferecia ajuda financeira para que os funcionários aprendessem, inclusive, outro idioma. Caso tivesse interesse nos recursos disponibilizados, o trabalhador deveria se dirigir à Assistência Financeira, para ser informado de como solicitar esta ajuda de custo.

O estímulo a buscar o conhecimento, que se mostrava muito valorizado pela empresa, também se estendia aos filhos destes. Existiam projetos diferenciados para cada faixa etária. O Centro de Treinamento Vocacional destinava-se a crianças a partir de 7 anos de idade e estendia-se a adolescentes de até 14 anos. Recebiam auxílio para as atividades da escola que frequentavam, assim como aulas de teatro, música, esportes, artesanato e diversos outros segmentos relacionados à educação. No Centro de Treinamento Profissional – CDP –, destinado a jovens a partir de 17 anos, tanto aos dependentes de funcionários, como jovens da comunidade, aprendiam sobre educação profissional no Curso Básico Multioperacional de Calçados, recebendo treinamento sobre todos os trabalhos que são realizados durante a confecção do calçado.

Frente a estas informações e ao depoimento do entrevistado A1, é possível identificar a importância que o estudo representava para esta empresa, tanto no que se refere ao lado humano destes funcionários, como no lado profissional.

Vale enfatizar que os treinamentos e preparações eram idealizados e oferecidos pela própria Azaléia, que buscava atingir a máxima qualidade de seus produtos através de mão de obra apta e especializada a realizar este trabalho. Para que se compreenda o quanto a mão de obra operária qualificada é importante para o setor produtivo, é válido conhecer suas práticas de treinamento e o ensino destas atividades. Como visto anteriormente, o CDP era destinado a preparar os jovens, para atingirem o padrão de qualidade exigido pela empresa, através de treinamento, prática e conhecimento de todo o processo necessário para a confecção de calçados.

5.3 Centro de Treinamento Profissional – CDP: Preparação do jovem operário

O CDP foi um projeto elaborado pela Azaléia no ano de 1993. O objetivo deste projeto é apontado por Carabajal (2005) como uma maneira de incluir os jovens, tanto moradores da cidade de Parobé, como de cidades próximas, no universo do trabalho fabril. Uma parte significativa desses jovens eram filhos de operários; o setor calçadista se apresentava favorável e com condições de absorver a mão de obra experiente. Assim, era pertinente preparar estes jovens para o mercado de trabalho, tornando-os aptos a desempenhar funções diversificadas. Iniciou-se então, o Curso Multioperacional de Calçado, destinado a este fim.

Neste sistema de ensino, os jovens eram contratados para trabalhar na fábrica, passando por todas as etapas que compunham o processo de fabricação de calçados. Com duração de aproximadamente seis meses, tanto os rapazes quanto as moças, aprendiam as técnicas de cortar o material, costurar e montagem dos calçados. Assim, conheceriam todo o processo produtivo, além de poderem desenvolver diferentes atividades dentro do setor de trabalho. Durante este treinamento, tanto os rapazes como as moças realizavam todas as partes do processo, sem a divisão tradicional, em que havia atividades destinadas a homens e atividades destinadas às mulheres.

Ao completarem o curso, os jovens possuíam o conhecimento necessário para realizar todas as atividades dentro da fábrica, oportunizando uma maior preparação e profissionalização para o mundo do trabalho.

A entrevistada A4 vivenciou este processo de preparação dos jovens para as atividades calçadistas, conhecido internamente pela sigla CDP. Para ela, foi a partir deste momento que as mulheres passaram a realizar algumas atividades que antes eram feitas exclusivamente pelos homens. Assim, rompia-se com a ideia tradicionalista de limitação e incapacidade em relação à mulher e à realização de atividades que vão além da preparação, costura e encaixotamento, pois tanto os rapazes como as moças desenvolviam as mesmas tarefas durante a realização do curso preparatório oferecido pelo CDP.

A Azaléia que foi uma das pioneiras, chamavam de CDP, daí começaram a introduzir mulheres em outras funções, por exemplo. Daí selecionavam os grupos de meninas e meninos, daí eles tinham que passar seis meses desenvolvendo cada função. Eles começavam lá pelo corte, né, enquanto uma turma estava no corte, outra estava na costura e outra na montagem. Então eles iam se trocando para conhecer todo o processo (ENTREVISTA A4).

Para A4, foi através do CDP, que a mulher passou a prestar serviço nos diferentes setores, como no corte e em outras atividades onde, até então, trabalhavam somente homens. Sob a ótica de Carabajal (2005), este trabalho era destinado ao homem, por ser um trabalho mais bruto, exigindo a aplicabilidade de força física. Tal hipótese é confirmada por A4, que vivenciou esta divisão de atividades, com o mesmo pretexto apontado pelo autor. Trabalhos que exigem mais força física destinam-se ao homem; atividades que requerem atenção, cuidado e delicadeza são tarefas a serem desempenhadas pela mulher. Essa é uma prática que vai passando por transformações sutis, mas constantes, sob a influência da nova metodologia de trabalho na qual os jovens são inseridos.

Após a conclusão do curso, mediante avaliação final, os jovens teriam participado de aulas teóricas e de aulas práticas. Recebiam o certificado de capacitação profissional como Multioperador em Calçado e o convite de trabalharem na empresa como funcionários efetivos. Apresentavam-se capacitados, treinados e conhecedores do processo de produção do calçado, seguindo os parâmetros e as exigências da empresa que lhes ensinou a arte de confeccionar calçados.

5.3.1 Treinamento destinado ao preparo de novos profissionais para o setor calçadista

Como vimos anteriormente, por meio de entrevista realizada e das pesquisas teóricas, o processo de preparação de jovens para trabalharem nas fábricas calçadistas foi uma prática significativa para ambos. Para a empresa, destaca-se o acesso à mão de obra qualificada, bem preparada e disposta a trabalhar. Devido ao acompanhamento realizado pelos administradores do curso e das aulas do CDP, foi possível perceber que os jovens passaram a dominar mais facilmente o processo calçadista. Isso os qualificava a uma possível contratação pela empresa. Para os jovens, eram oferecidas oportunidades de estarem incluídos no ambiente de trabalho, sendo ensinados a executar cada atividade que compõe o processo de produção calçadista, possibilitando a conquista do primeiro emprego.

Este projeto de inserção dos jovens no mundo do trabalho não ficou restrito a Azaléia ou ao CDP, mas permanece ativo, com outras nomenclaturas, ofertado por outras empresas e setores. Estes projetos priorizam o ensino de jovens e a sua preparação, de maneira adequada, para o mercado de trabalho calçadista.

Como exemplo, podemos citar o programa Fábrica de Talentos, uma cooperação entre a fábrica de calçados Bibi, juntamente com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. O objetivo central deste projeto é preparar os jovens na faixa etária entre 16 e 20 anos

para o trabalho. A Fábrica de Talentos atua nas duas cidades em que a Bibi se faz presente, em Parobé/RS e Cruz das Almas, situada na Bahia.

A cada ano, novas turmas preparatórias são organizadas. Cerca de 56 jovens passam a frequentar as aulas. Nelas são ensinados a desenvolverem todas as atividades que fazem parte do processo produtivo dos calçados. Além da atividade fabril, também são abordados uma série de outros assuntos importantes para a formação destes jovens. O Relatório de Sustentabilidade 2013-2014 (p. 29) aponta que tópicos como “[...] planejamento familiar e financeiro e ética” são discutidos e trabalhados com estes jovens. O objetivo é prepará-los não só para os desafios profissionais, mas para enfrentarem os obstáculos impostos pela vida.

Em visita realizada à empresa, pôde-se conhecer o projeto em sua prática. A visita contou com o reconhecimento do espaço físico e com a explicação de funcionamento do projeto por parte da pessoa responsável pelos alunos.

Figura 6 - A Fábrica de Talentos



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2018).

A imagem mostra a fachada da Fábrica de Talentos, situada dentro do complexo fabril da Bibi. É neste conjunto de salas que os alunos passam a conhecer e compreender todos os passos para a fabricação do calçado. A sala é utilizada para as aulas teóricas, mas há outros espaços que contam com máquinas e aparelhagens diversificadas, que são utilizadas no processo de montagem. Assim, os jovens se familiarizam com a realidade que vão encontrar dentro das fábricas, estando preparados para saber como encarar os desafios que virão.

Após a conclusão do projeto, os alunos que apresentam melhor desempenho e interesse em trabalhar neste setor, podem ser recrutados e efetivados no quadro de funcionários da fábrica.

Além do projeto Fábrica de Talentos, há outro meio de preparação para jovens, ou mesmo adultos que desejem trabalhar junto às fábricas calçadistas. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçado de Parobé oferece cursos relacionados à costura de calçados e outras atividades relacionadas com a produção calçadista. São ofertados o ensino teórico e a prática de cada uma das tarefas necessárias para conhecer as diferentes máquinas de costura, os pontos utilizados neste processo e os métodos mais eficientes e eficazes que são utilizados no setor produtivo do calçado.

Figura 7 - Escola de costura



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2018).

Na Figura 7, destacamos o ambiente destinado à escola de costura, situada junto ao complexo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçado de Parobé. Os ambientes são organizados e contam com máquinas que são usadas durante o processo de ensino/aprendizagem. Equipamentos como estes são utilizados pelos alunos em fase de treinamento. A imagem da direita apresenta como o processo de conhecer e dominar a máquina de costura acontece. São oferecidos diversos moldes para que o aprendiz treine o processo de costura.

A cada novo molde, o processo de costura vai exigindo mais domínio e controle da máquina por parte de quem a está operando. Após o treino nestes moldes de papel, passa-se a utilizar materiais semelhantes aos que as fábricas de calçados utilizam em seus modelos. Todo este processo e treinamento tende a aprimorar a mão de obra do aprendiz, assim como familiarizá-lo com as etapas que constituem a produção fabril, tornando-o realmente apto para exercer profissionalmente as atividades fabris. Vale lembrar que moças e rapazes poderiam participar deste curso de aperfeiçoamento; assim teriam mais acesso ao mercado de trabalho no setor coureiro-calçadista.

5.4 Trabalho de homem x trabalho de mulher

Neste subcapítulo, propomo-nos a conhecer e entender o trabalho realizado por homens e mulheres dentro do setor produtivo de uma fábrica, sendo o “chão de fábrica” nosso recorte territorial. É neste espaço que os operários permanecem no seu horário de expediente, realizando as atividades que lhes são destinadas. Neste ambiente, máquinas e pessoas trabalham em conjunto, em busca de um mesmo objetivo, produzir e alcançar as metas que lhes são impostas. Deste modo, buscaremos nos aproximar destes operários enquanto pessoas de opinião própria e não somente como trabalhadores que frequentam este local, em busca de um salário que será pago no fim do mês. Queremos conhecer sua rotina profissional, como percebem o trabalho dos colegas e as mudanças que ocorreram durante os anos em que trabalharam junto às fábricas.

Neste contexto do meio fabril, vamos tentar perceber a mulher. Compreender de que maneira realiza as atividades que lhes são propostas, identificando quais são estas atividades e qual a justificativa utilizada para definir quais trabalhos podem e devem ser realizados por elas. Buscaremos entender como esta mulher é vista pelo homem que divide com ela o trabalho e o mesmo espaço físico, onde as atividades realizadas por um, necessitam de complementação do trabalho realizado pelo outro.

Ao realizar as leituras das fontes utilizadas durante a elaboração desta pesquisa, foi possível constatar situações em que a mulher não foi bem-vinda, tampouco bem recebida no ambiente fabril. Era vista como uma concorrente nas mesmas oportunidades de trabalho, antes destinadas exclusivamente aos homens. Como abordamos anteriormente, Perrot (2013) afirma que estes operários que compunham o setor fabril, percebiam as mulheres como uma ameaça. Isso os levou a rejeitar a presença delas e desvalorizar seu trabalho, já que estavam ocupando um espaço onde, antes, eles exerciam domínio e controle. Além de rejeitadas, as mulheres foram tratadas com desprezo dentro das fábricas, como se não fossem capazes ou dignas de estarem trabalhando lado a lado com o homem.

Buscando saber se a desvalorização profissional e os preconceitos relacionados à mulher no setor fabril, ainda ocorrem na atualidade, vamos pesquisar mais sobre esse assunto. Para constatar se, de fato, existe algum tipo de desvalorização relacionada a mulher e o trabalho que esta desenvolve dentro do setor produtivo do calçado, ou se mudanças ocorreram com o passar dos anos, alterando a visão sobre esta mulher e sobre o significado do trabalho realizado por ela.

Para isso, é importante ir além das pesquisas teóricas, nas quais os autores abordam o assunto sob sua ótica e fazem suas análises. É imprescindível ouvir os relatos das mulheres que vivem esta realidade. Deixar que falem de suas experiências e percepções, seus temores e suas conquistas. É preciso entendê-las e aceitá-las. Permitir que façam os seus relatos, respeitando suas opiniões e seus pontos de vista, para que, desta maneira, possamos nos aproximar dessas mulheres, compartilhando de seus sentimentos e emoções. Queremos perceber, sob sua perspectiva, as diferentes situações que ocorrem em seu ambiente profissional e como estas mulheres percebem o trabalho que realizam.

Para que este objetivo de aproximação com a mulher junto ao seu setor de trabalho fosse alcançado, perguntamos à entrevistada A4 se existe ou existiu, a divisão de trabalho dentro das fábricas, entre atividades destinadas a mulheres e atividades a serem realizadas exclusivamente por homens. Frente a este questionamento, A4 responde que esta divisão de tarefas entre homens e mulheres, de fato existiu e continua a existir. A entrevistada respondeu que

Na época em que eu comecei era bem específico. Algumas profissões eram desenvolvidas só por homens e outras por mulheres. Tipo essa limpeza do sapato só as mulheres que faziam, o acabamento, colocar na caixinha, praticamente só as mulheres faziam [...] A costura também, geralmente na minha época eram mais mulheres. Quase não se via homem costurando, quase só mulheres que faziam. A costura é um trabalho mais demorado e detalhado. Unir as peças é um trabalho mais demorado (ENTREVISTA A4).

Quando se tratava do setor de costura, a mulher era a mão de obra principal. Mesmo com a presença de alguns homens que exerciam esta função, eram elas que comandavam esta atividade. Sendo a mulher mais propícia ao trabalho que requer mais atenção aos detalhes, mais delicadeza no manuseio, destinava-se a ela esta tarefa da costura. O conhecimento e o domínio da arte de costurar possibilitou à mulher encontrar no ofício da costura, uma oportunidade de emprego assalariado. Esse conhecimento veio contribuir para a necessidade de mão de obra qualificada para as linhas de montagem.

Durante o século XIX, aumenta a necessidade da mão de obra da mulher que sabe costurar, assim como a especialização da costureira em atividades diversificadas, como costureira de roupas brancas, de espartilhos, camisaria e para diversas outras áreas fabris.

Perrot (2013) destaca que esta habilidade de costurar, era vista e elogiada pela sociedade como uma característica pertencente à mulher, percebida quase como um dom divino. Como este era um conhecimento tradicionalmente passado de mãe para filha, existia uma frase que se utilizava neste momento que diz “[...] das mulheres, diz-se que nascem com

as agulhas entre os dedos” (PERROT, 2013, p. 122). Isto significa que é um ato tão próximo a elas, que é normal que sejam as mulheres a ocupar estas vagas de trabalho dentro do setor fabril.

A ligação entre a mulher e o ato de costurar é antiga, uma relação de muita proximidade. Perrot (2008, p. 225) afirma que na “[...] união entre mulher-máquina, celebra-se um perfeito casamento de conveniência, fruto de uma harmonia preestabelecida”. Esta parceria é compreendida pela suposta impossibilidade da mulher de realizar trabalhos que exijam o emprego da força física. Deste modo, ela procura outras alternativas as quais se sinta qualificada a executar, optando pela utilização de linhas e tecidos na atividade de costura; junto à máquina é o lugar em que a mulher se sente confortável. E dentro deste imaginário, Perrot (2008, p. 226) conclui “[...] ei-las úteis e protegidas, produtivas e vigiadas”, realizando, de fato, o trabalho compreendido e indicado pela sociedade como da mulher, em qualquer situação e nos diferentes períodos da história.

Este pensamento nos faz compreender que o ato de costurar é destinado à mulher. Isso foi constatado através do referencial teórico que utilizamos, bem como por meio das entrevistas realizadas para esta pesquisa, como, por exemplo, na fala da entrevistada A4, quando afirma que uma das principais atividades desempenhadas pela mulher, dentro das fábricas de calçado, é a costura. Outro entrevistado, que nomearemos de A2⁴¹, corrobora esta afirmação. Sob sua perspectiva:

⁴¹ Entrevistado A2: Desempenhou diversas funções dentro da empresa, entre elas, atuou como estagiário, vendedor externo, área de compras e atualmente é diretor de negócios de vendas, tanto no Brasil como exportações. Trabalha nesta fábrica há 25 anos. Entrevista autorizada para utilização em pesquisa científica e gravada em 20/04/2017. A transcrição das entrevistas observa a linguagem do depoente. Entrevista 2. [abr. 2017]. Entrevistador: Vanuza Alves Mittanck. Parobé, 2017. 1 arquivo .mp3 (17 min.). Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Historicamente na nossa indústria, na indústria calçadista, a mulher sempre exerceu um papel de profissional ligado a alguns setores produtivos. Um deles é o setor de costura, ou de pesponto, como chama o pessoal de São Paulo. As áreas de costura, elas sempre sofreram, ou sempre tiveram uma atividade intensa e uma participação intensa do público feminino. Eu não sei te dizer, ou te explicar o porquê disso. Porque nós temos hoje, costureiros homens, assim como nós temos a mulher também em operações ou funções que antigamente eram exercidas quase que exclusivamente por homens.

Mas eu acho que existe aí, uma questão que é cultural dentro da nossa região aqui e que a atividade de costura é uma atividade que é designado, é uma atividade em que as mulheres têm mais capacitação, mais habilidade, mais motricidade fina para desenvolver, ou talvez algumas questões também que são dos aspectos do pré-conceito a respeito da atividade. Que o, até um tempo atrás, o homem que se colocasse a trabalhar no setor de costura, ele era um pouco ridicularizado, por questões aí, até ligadas ao tipo de atividade. Não vou dizer que homofóbicas, porque não chega a este ponto, né, de homofobia ou de tratar o cara diferente [...] mas há uma questão na nossa região que impôs isso aí. E como no nosso tipo de negócio, na indústria do calçado, o maior contingente de pessoas é empregada tanto nas áreas de preparação para costura e costura, isso talvez explique a quantidade maiores de mulheres trabalhando na produção do que homens. E a gente percebe um papel, de que em algumas operações como de acabamento, onde se exige um tipo de cuidado maior, uma operação com um nível de atenção ou de detalhe maior, o uso de mulheres é mais presente a aplicação ou a contratação de mulheres porque elas, também, não existe nenhum fator que comprove isso, cientificamente, mas há na chefia, uma impressão de as mulheres são mais cuidadosas, levam mais, tem mais atenção com detalhes e que isso melhora no aspecto total ou na produção as questões ligadas à qualidade, limpeza do produto, entrega, enfim (ENTREVISTA A2).

Podemos constatar, através das falas dos entrevistados A4 e A2 que há similaridade entre as informações recebidas. Ambos afirmam que a principal atividade a ser realizada dentro da fábrica calçadista pelas mulheres é no setor de costura. A prática da costura é descrita por Tomazini (2003, p. 153) como “uma atividade quase artesanal”; para realizá-la, é preciso prática e habilidade. É necessário escolher a regulagem ideal da máquina de costura, assim como a linha e a agulha ideais para cada tipo de material que será trabalhado. Exige, também, que se saiba controlar a máquina e estar atento para os momentos em é preciso fazer as costuras, em que as curvas no material têm de ser respeitadas. Todos esses cuidados ficam a cargo do setor de costura que, como vimos, é composto quase em sua maioria pelo público feminino; por ser considerada cuidadosa e detalhista, a mulher tende a exercer este trabalho de modo mais satisfatório.

Figura 8 - Setor de costura

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2018).

A Figura 8 tem o propósito de ilustrar a explanação que temos feito até o momento. Retrata o setor destinado à costura da fábrica na qual fomos realizar a visitação. A cena fotográfica retrata um ambiente composto, em sua maioria, por mulheres. Analisando-se a imagem à direita, é possível constatar-se a presença de um único homem a realizar esta atividade. No decorrer da visitação, porém, foi possível verificar a presença de mais um homem nessa atividade, resultando em dois homens a exercer a profissão de costureiro no horário em que a visita foi realizada.

Ao conjugar as imagens com as entrevistas e os dados obtidos através da aplicação dos questionários, é possível confirmar que, de fato, a divisão de trabalho a ser realizado por homens e mulheres se faz presente dentro do setor fabril de forma clara e com o conhecimento destes operários. Uma das perguntas que compunha o questionário estava relacionada justamente a essa divisão de tarefas, que destina às mulheres atividades específicas. Sobre os trabalhos realizados pela mulher, obtivemos os resultados apresentados no gráfico abaixo (Gráfico 2).

Gráfico 2- Atividades realizadas por mulheres

Fonte: Análise dos questionários. Acervo pessoal da pesquisadora (2018).

Os resultados apontados pelos questionários indicam que a atividade de costura é o principal trabalho a ser realizado pelas mulheres dentro das fábricas de calçados. Dos 24 participantes a responderem às perguntas propostas, 17 informaram isso. Apenas 5 pessoas não responderam a esta pergunta. Os questionários demonstram que, além da costura, outras atividades também são realizadas pelas mulheres, como a preparação, bordado, revisão, encaixotamento e limpeza do calçado. Os dados indicam que tais atividades são as consideradas mais leves dentro do processo fabril, o que justifica serem destinadas às mulheres. Holzmann (2000) aponta que as tarefas mais monótonas, que se repetem constantemente e necessitam de observação aos pequenos detalhes, também se destinam às mulheres.

O referencial teórico consultado e citado ao longo do texto foi pertinente e esclarecedor em relação ao tema que estamos pesquisando, possibilitando-nos organizar novos questionamentos e maior aproximação como nosso objeto de pesquisa. Dessa forma, podemos concluir que a atividade de costura tende a ser exercida por mulheres, pois elas apresentam características fundamentais como observação, delicadeza e percepção dos pequenos detalhes.

Sobre este ponto de vista, que caracteriza a mulher como profissional dotada de agilidade e habilidade, Holzmann (2000, p. 262) acredita que essas capacidades da mulher “[...] não são admitidas como qualificações adquiridas, mas como dons inatos”. Portanto, não sendo uma qualificação profissional, as atividades realizadas pelas mulheres passam a ser

menosprezadas e desvalorizadas dentro do ambiente de trabalho, mesmo quando suas tarefas são desempenhadas com maestria e alta produtividade, como a costura e revisão de calçados.

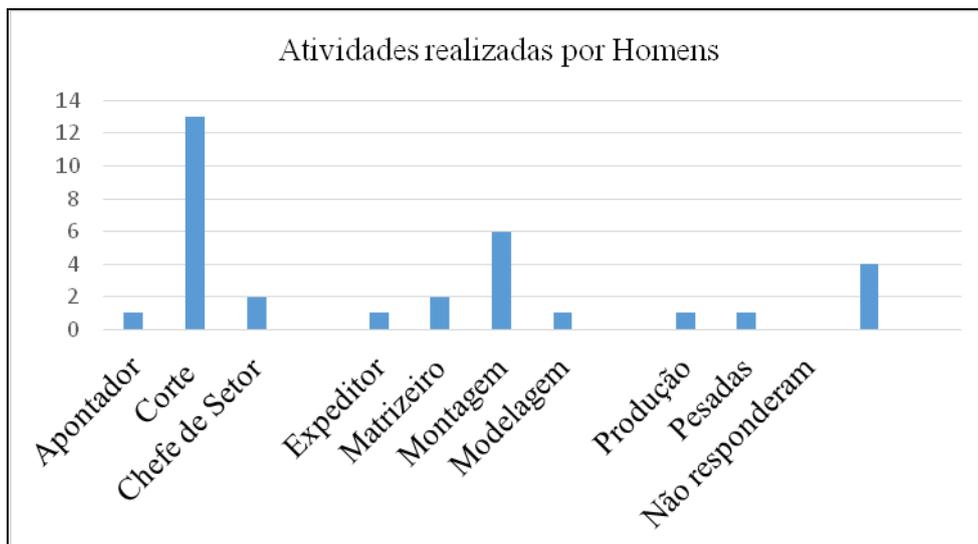
Após termos conhecimento das tarefas mais comumente feitas pelas mulheres, questionamos as entrevistadas sobre as atividades realizadas por homens dentro do setor fabril. Como resposta, a entrevistada A4 aponta que, entre as tarefas desempenhadas por eles, estavam

A parte toda de almoxarifado né, que era separar o material, a parte do corte, quase toda ela era desenvolvida por homens, cortar, a montagem, a contração de sola, esta parte mais bruta do sapato geralmente era feita por homens, a montagem em si, centrar sola. A Star Sax tinha, a gente chamava de blaquear, blaquear sola, costurar a sola por baixo, que o sapato, a parte da frente era costurada e também, na época, eram só homens que faziam [...] porque eram trabalhos mais brutos (ENTREVISTA A4).

É possível constatar que o trabalho realizado pelo homem está geralmente associado ao uso da força física, ou força bruta, que é o termo utilizado pela entrevistada A4. Como abordamos nos capítulos anteriores, possuir características específicas, como a força, é essencial ao homem. Del Priore e Amantino (2013, p. 303) indicam que o homem deve ser “forte e duro”, ter habilidade e controle sobre seus movimentos, ou seja, destacar-se pelos seus atributos físicos e fazer uso destas características ao exercer suas tarefas ligadas ao trabalho.

Quando questionado sobre as atividades realizadas comumente por homens dentro da fábrica, o entrevistado A2 exemplifica que entre este trabalho estão “Áreas de intensivo de ativo de capital como injetoras, áreas de alta frequência, as áreas de montagem de linha, de produto em linha e corte. São as áreas mais procuradas por homens” (ENTREVISTA A2).

Assim como na fala do entrevistado A2, que menciona estar a atividade de corte destinada a homens, os dados obtidos através dos questionários trazem a mesma informação, de que o corte é uma atividade predominantemente masculina, por exigir o uso de força física e coordenação motora de quem realiza este trabalho. Além do corte, outras atividades feitas pelos homens foram apontadas nestes questionários (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Atividades realizadas por homens

Fonte: Análise dos questionários. Acervo pessoal da pesquisadora (2018).

Como representado no Gráfico 3, além da atividade de corte, outros trabalhos são destinados aos homens dentro do setor fabril de calçados. Montagem, matrizeiro, expedidor e apontador foram profissões apontadas pelos questionários que aplicamos, entre outras que também contam com mão de obra masculina.

Nossas leituras, assim como as entrevistas e questionários, caracterizaram, sem sombra de dúvidas, que o trabalho a ser exercido pelo homem conta com o emprego de força física, pois algumas atividades são mais pesadas. Uma de nossas entrevistas, porém, nos mostrou que nem toda atividade realizada pelo homem dentro do setor fabril exige esta especificidade. Durante nossa conversa com o entrevistado A5⁴², nos deparamos com um senhor de idade avançada, que gentilmente foi ao nosso encontro dentro das instalações da Bibi. A profissão que exerceu dentro desta empresa foi a de modelista. E foi possível reconhecer o orgulho em sua voz, quando afirmou que trabalhou por 65 anos nesta mesma fábrica. Ele nos relata:

⁴² Entrevistado A5: Trabalhou no setor de modelagem de calçados. Atualmente não exerce mais esta profissão. Trabalhou exercendo esta atividade por 65 anos. Entrevista autorizada para utilização em pesquisa científica e gravada em 10/11/2017. Acervo pessoal da pesquisadora. A transcrição das entrevistas observa a linguagem do depoente.

Sou estilista e modelista, sei tudo, faço qualquer tipo de modelo, bota, tudo. Faço tudo. Hoje tem modelista só para bota, só para sandália, outro só para social, no meu tempo não tinha isso, eu tinha que fazer tudo. Na modelagem eu desenho, tiro corpo de forma, faço forma, né. Primeiro eu faço a forma na fábrica de forma e daí eu tiro o corpo de forma e aí eu encaminho para a modelagem [...], dou para os meninos colocarem no computador e tocar embora.

Eu fui um dos melhores modelista que teve no Vale. Veio vários prêmios, eu me coloquei no meio dos melhores modelista. Era o Pericola, era o Chico Espanhol, tinham vários e a gente se encontrava no Café Avenida e um ensinava o outro. Se eu tinha um problema, eu levava lá, sempre tinha um que achava a solução. Daí eu me tornei um dos melhores modelistas. Eu faço modelo até hoje, eu me arrependi porque não guardei um modelo de sapato, um parzinho. [...] eu estive meio doente no último mês, tive que me afastar, mas daí eles vão lá, levam as formas lá e eu mostro para eles. A maioria dos modelistas hoje, não sabem fazer uma forma. [...] O pé brasileiro e o pé americano, o pezinho americano é estreito, magro e comprido. A forma americana e nem da Alemanha serve para nós [...] o brasileiro tem o pé bem mais gordinho, as vezes mais curtinho (ENTREVISTA A5).

Através de sua experiência profissional acumulada nestes 65 anos de profissão, nosso entrevistado nos permitiu conhecer mais detalhadamente a profissão de modelista. Foi possível perceber, no seu tom de voz, o quanto esta atividade foi importante para ele e o quanto ele se orgulha do que tem o domínio de realizar. Ele não se utilizava da força física que se espera de um homem, como uma das únicas contribuições que pode oferecer neste processo de fabricação calçadista, mas colocava no seu trabalho dedicação, zelo, preocupação e amor.

Essa informação de que, dentro de um setor fabril, o trabalho vai além de unir peças não consta em livros, não foi apontada em nenhum gráfico. Era uma preocupação nossa, no decorrer desta pesquisa, mostrar o lado humano existente nessas fábricas e o trabalho que realizam, destacar as pessoas e suas percepções sobre este espaço de trabalho. Percebemos, através dessa entrevista, o quanto é possível amar o que se faz, dedicar-se a fazê-lo cada dia melhor e, nem por isso, deixar de se encantar com cada parzinho de calçado finalizado.

Conseguimos caracterizar e explicar, até este momento, as atividades de corte, modelagem, separação de materiais, costura e encaixotamento. Acreditamos, contudo, que é importante, também, descrever os outros processos que fazem parte desta fabricação calçadista. Para compreendermos no que consiste cada uma destas atividades, elaboramos um quadro explicativo que tem o objetivo de possibilitar ao leitor um melhor entendimento de cada uma destas profissões e o motivo de serem executadas principalmente por homens.

Tabela 4 - Processo de produção

Nome da atividade	Trabalho que realiza
Corte	Cortam-se as peças; o couro é a matéria-prima básica, utilizando-se, também, tecidos e materiais sintéticos.
Costura	Responsável por unir as peças, através da costura (pesponto) ou colagem.
Palmilha	Confecciona-se a palmilha interna do sapato, podendo ocorrer variações no material a ser utilizado.
Matrizaria	Confeccionam-se e desenvolvem-se todos os tipos de matrizes usadas na confecção dos solados e enfeites que compõem o calçado.
Montagem	Ocorre a junção do cabedal já pronto ao solado.
Expedição	Encaixotamento do calçado em embalagens individuais.
Pintura	São realizados os acabamentos de sola, utilizando o sistema de pistolas ou a imersão do produto, que passará a ter a aparência desejada – como cortiça, madeira, etc.
Adesivos	Ocorre a produção dos adesivos a serem utilizados durante o processo de confecção dos calçados.
Injetados	Produção de solas, utilizando materiais diversos. Confecção dos enfeites, como as fivelas que compõem o calçado.
Gráfica e cartonagem	Criação das diversas embalagens que acomodarão os calçados, assim como folhetos explicativos sobre o produto.
Borracha	Ocorre a fabricação das solas, entressolas e enfeites variados, que serão prensados dentro das matrizes.
Galvanoplastia	Trata-se as peças que serão utilizadas nos enfeites dos calçados. Estas peças passam por uma série de produtos químicos que lhes dão um aspecto metálico.
Poliuretano	Produção das solas de PU (poliuretano), utilizando a mistura de produtos químicos que serão inseridos dentro das matrizes, dando forma ao produto final.

Fonte: AZALÉIA 40 anos – Nossa história⁴³ (s/d, p. 7-8)

O quadro explicativo descreve as atividades que fazem parte do processo da confecção do calçado, desde a elaboração do solado, a separação do material a ser utilizado, corte deste material, costura, até a acomodação do item final nas caixas que serão comercializadas com o comprador. A separação destas atividades leva em consideração as habilidades dos operários que realizam cada uma destas etapas. Quando se faz essencial o empenho da força física, é o homem que deve realizá-la. No momento em que a agilidade, atenção aos detalhes e a delicadeza são necessários, a atividade será realizada pela mulher, pois não há exigência de força bruta para a execução desta tarefa, como o esforço necessário no momento do corte, por exemplo.

Porém, Tomazini (2003) vem questionando esta prática, assim como a justificativa utilizada de que esta atividade exige o uso da força. Para tanto, aponta que já existem, no

⁴³ Azaléia - 40 anos – Nossa História: Material impresso organizado pela própria empresa, informativo comemorativo aos 40 anos de sua existência. Descreve como a fábrica foi iniciada, assim como cada setor e os programas que a compõem. Acervo disponível para consulta no Laboratório de História das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT

mercado, os balancins de acionamento hidráulico, que tendem a facilitar o processo de materiais como o couro. Por serem mais leves, não exigem o emprego de tanta força física como nos anos anteriores, o que permitiria à mulher desempenhar também a função de cortador.

Como justificativa para que, de fato, a mulher não passe a desenvolver esta atividade com mais frequência, a autora levanta a hipótese de que a mulher pode ter se deixado acomodar ao trabalho que já realiza. E que os momentos de desvalorização e insegurança pelos quais passou neste processo de ser aceita neste ambiente fabril, podem tê-la deixado temerosa de querer conquistar novos espaços neste meio, resultando a divisão de trabalhos baseada na diferença de gênero e a perpetuação desta prática nos anos que seguem.

Figura 9 - Atividades tradicionalmente masculinas no setor calçadista



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2018).

A Figura 9 ilustra os setores de separação do material a ser utilizado na preparação do calçado, assim como o setor de corte de uma fábrica calçadista. Neste momento, os operários realizam etapas deste processo produtivo. O corte consiste em dar as formas adequadas às peças que serão necessárias para cada tipo de calçado. Percebemos, através das imagens, que estas tarefas são realizadas preferencialmente por homens.

Dentro do setor produtivo destas fábricas, existem trabalhos que devem ser realizados por homens e etapas que se destinam a mulheres. A imagem contribui para compreender este processo de divisão de tarefas. Como vimos nas entrevistas e apontamentos dos questionários, trabalhos como corte e separação do material a ser utilizado, são atividades predominantemente masculinas. As imagens representam as duas atividades mencionadas. Na primeira cena, temos um operário separando e organizando o material a ser enviado para o

processo de corte. Esta é uma atividade que, por vezes, necessita do emprego de força física, como no caso de carregar ou separar os rolos de tecido. Este é um trabalho visto como bruto e, por isso, cabe ao homem executá-lo, como vimos nas explicações anteriores.

A segunda imagem refere-se ao corte do material. Nesta etapa, o homem movimentava a máquina para que ela corte o material que está sobreposto, cortando, desta maneira, várias peças ao mesmo tempo. Como destacado por Tomazini (2003), estas máquinas conhecidas como balancins, já passaram por um processo de inovações e atualmente estão mais leves e fáceis de manipular.

Este trabalho, porém, continua a ser realizado, em sua grande maioria, pelos homens. Para Rodrigues (1994, p. 225), os processos que exigem a manipulação de máquinas mais pesadas, portanto difíceis de manipular, estão ligados diretamente à imagem do homem, “engrandecendo-a ainda mais”, como alguém vigoroso, resistente e predominante ao sexo feminino. Deste modo, a divisão de tarefas permanece sendo utilizada dentro do setor fabril.

Com o objetivo de alterar essa prática de divisão do trabalho fabril entre homem e mulher, foi feita uma tentativa de modificação no setor produtivo: a mulher poderia realizar todas as atividades que compõem este processo. O entrevistado A1 informa que presenciou e fez parte desta tentativa de mudança na metodologia da produção calçadista durante o ano de 2000. Esta iniciativa foi aplicada na unidade da Azaléia instalada na Bahia. A1 relata como se deu esta tentativa de inovação:

Em 2000, quando eu fui para Bahia, e que a gente criou o grupo feminino lá, porque quando eu fui pra lá, foi quando o feminino foi junto, daí só se fazia tênis lá. E aí lá a gente pensou diferente. Como a procura era maior por mulher lá para serviço, a gente abriu uma montagem só de mulher. Só que daí não era sapato fechado, era só sandália. E foi onde eu empreguei muitas mulheres lá dentro e elas se tornaram montadoras, passadora de cola, enfim, centradora de sola né. Mas aquilo não funcionou muito bem, porque exigia mais esforço físico. Por exemplo, numa centração de sola, até mesmo na máquina na montagem e a mulher não tinha a resistência que o homem tinha, entendeu? Então aquilo com o tempo foi mudando de novo. Mas assim mesmo, ficou muita mulher dentro da montagem, aplicando adesivo, pregando palmilha e etc. [...] ficando o trabalho mais pesado para o homem fazer (ENTREVISTA A1).

Através desta narrativa, é possível constatar que houve a implantação de um novo modelo na produção calçadista, mas esta foi uma tentativa que não atingiu os resultados esperados, quando comparado ao modelo tradicional que se utilizava no setor produtivo desta fábrica anteriormente. Não atingindo saldos positivos, a empresa optou por voltar aos padrões tradicionais, em que as tarefas específicas devem permanecer sendo realizadas pelo homem.

Rodrigues (1994), ao se referir a esta questão, afirma que, quando uma empresa encontra a maneira que acredita ser a mais eficiente para que uma atividade específica seja feita, alcançando o resultado desejado, este modo de trabalho não será mais alterado dentro dos limites desta empresa; ela passará a utilizar esta metodologia constantemente. Foi o que aconteceu nesta fábrica com sua filial localizada na Bahia: tentou-se a aplicação de um novo modo de realizar o trabalho que envolve a produção calçadista, resultando no retorno ao sistema que se utilizava anteriormente e sem novas tentativas de inovação quanto à realização desta atividade, que prioriza a divisão do trabalho entre homem e mulher.

Esta divisão de tarefas é percebida por Rodrigues (1994, p. 222, grifos da autora) como “uma barreira invisível, separando as tarefas “masculinas” e as “femininas””. Desta forma, há tarefas direcionadas tanto ao homem, quanto à mulher, levando-se em conta as características e peculiaridades de cada um para a melhor realização de cada uma destas atividades. Não há, porém, aspectos biológicos que determinem as atividades que podem ser realizadas por homens ou mulheres. Estas delimitações são impostas, em grande parte, pela própria concepção da sociedade.

Para Kergoat (2003, p. 55), homens e mulheres são sujeitos que se diferenciam entre si, possuindo, cada um, suas especificidades. O meio no qual este homem, assim como esta mulher, estão inseridos impõe a eles comportamentos, atitudes e escolhas que devem ser seguidas e respeitadas. Este modelo a ser seguido é descrito pela autora como “construções sociais”, ou seja, ideologias organizadas pela própria sociedade da qual fazem parte. Entre estas convicções sociais, faz-se presente a questão de divisão sexual do trabalho, em que homem e mulher são instruídos a realizarem atividades específicas e condizentes com seu sexo. É importante destacar que esta ideologia de divisão de trabalho baseada no sexo, apresenta modificações com o passar do tempo, variando inclusive de uma sociedade para outra.

Kergoat (2003) afirma que esta divisão do trabalho pode ser justificada através de dois princípios, o princípio da separação e o princípio da hierarquização. O princípio da separação define a existência de atividades que devem ser realizadas por homens, assim como trabalhos específicos a serem desempenhados por mulheres. Já o princípio da hierarquização, estabelece que o trabalho realizado pelo homem é mais valioso que a atividade executada pela mulher. Tais princípios são “[...] válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço” (KERGOAT, 2003, p. 56), e seus reflexos podem ser observados em alguns segmentos da sociedade da qual fazemos parte.

Embora na contemporaneidade, algumas divisões de trabalho baseadas na diferença de gênero ainda se façam presentes, é possível perceber avanços quanto a esta questão. Estas mudanças foram perceptíveis aos olhos de quem conviveu, por um período mais longo de tempo, trabalhando dentro destas fábricas. Entre estas modificações, podemos destacar a visibilidade das mulheres na empresa. Elas passaram a receber mais credibilidade e oportunidade de crescer internamente, o que, nos anos anteriores, não era uma realidade.

A entrevistada A4, ao ser questionada sobre essa realidade, afirma que a mulher foi percebida pela fábrica, como capaz de crescer profissionalmente e assumir cargos de liderança, há poucas décadas. Ela esclarece que, na primeira fábrica em que trabalhou, havia apenas duas mulheres ocupando cargos de chefia. Já o número de homens, exercendo cargo semelhante nesta mesma empresa, girava em torno de 15 e 20 vagas. Nossa entrevistada desconhece o motivo desta diferença tão significativa.

Com o passar dos anos, e já trabalhando na Azaléia, onde foi admitida em 1986, uma outra realidade pôde ser presenciada por ela. Existia uma maior possibilidade e oportunidade para a mulher de ser promovida dentro da empresa. Frisou-se a informação de que, neste momento, cargos de chefia eram ocupados também por mulheres.

A mulher foi se sobressaindo nas funções né, sendo mais detalhista nas coisas, né, então ela foi buscando seu espaço. Mas no começo eles achavam que as mulheres eram mais limitadas, talvez né, a não ser a função da costura como eu disse. Daí era uma função que eles achavam que a função costureira, tinha que ser mulher. Só bem depois que os homens passaram a atuar nesta área. E as mulheres começaram a mostrar, provar que elas também podiam, ainda mais no calçado que não é tão pesado assim. [...] Inclusive, duas ou três mulheres chegaram a ser chefes de pavilhão. Já tinha mais oportunidade para as mulheres (ENTREVISTA A4).

Mas, para exercer a profissão de chefia, era necessário que a mulher tivesse um conhecimento prévio dos setores destinados à costura e à montagem. Assumia-se o que se chama de linha de montagem, ou seja, se costurava e montava todas as partes necessárias para a confecção de um calçado. Um trabalho que exigia muito comprometimento, firmeza e a presença diária da mulher que assumia este cargo de liderança. Uma oportunidade que era difícil de ser conquistada dentro de algumas empresas. A1 nos narra que

Nos anos de 80 até 95 por aí, existia uma desigualdade dentro da empresa, o homem e mulher. A mulher para se tornar supervisora dentro da Azaléia, eles tinham um paradigma assim, era muito difícil, porque eles não gostavam que faltasse. Aí quando tinha uma criança doente e o casal trabalha, aí quem sempre faltava era a mulher, então até os anos 95 por aí, era muito difícil uma mulher crescer dentro da empresa [...]. Só que este paradigma foi se quebrando, tá. A partir de 95, por aí, as mulheres tinham o mesmo crescimento na empresa como os homens (ENTREVISTA A1)

Neste momento da entrevista, fomos instigados a encontrar uma possível explicação para a informação que nos foi dada A1, de que a partir do ano de 1995, as mulheres estavam conquistando seu espaço e crescendo como profissionais dentro da empresa. Frente a esta informação, passamos a buscar respostas para esta questão. Através do Balanço Social da Azaléia, que era organizado uma vez ao ano, passando a ser mais rico em detalhes a partir do ano de 1997, constatamos que o número de operários que trabalham junto a esta fábrica apresenta sinais de crescimento. Entre os anos de 1995 e 1996, apenas o número total de funcionários da empresa consta nestes balanços sociais. Somente no ano de 1997 são representados os funcionários desta empresa, de forma mais detalhada, como podemos observar no quadro que segue.

Tabela 5 - Balanço Social da Azaléia

Ano	Número total de funcionários	Número de Homens	Número de Mulheres	Percentual de Mulheres	Porcentagem de cargos de chefia ocupados por Mulheres
1992	5.561	*	*	*	*
1993	6.143	*	*	*	*
1994	6.265	*	*	*	*
1995	6.242	*	*	*	*
1996	6.379	Não há descrição*	Não há descrição*	Não há descrição*	Não há descrição*
1997	8.696	5.361	3.335	38,35%	21,10%
1998	8.612	5.314	3.298	38,29%	21,48%
1999	8.317	5.011	3.306	39,75%	21,24%
2000	13.768	7.682	6.086	44,20%	18%
2001	15.469	8.371	7.098	45,88%	17,66%
2002	15.406	8.075	7.331	47,59%	19,43%
2003	15.321	8.101	7.220	47,12%	18,98%

Fonte: Azaléia – 40 anos – Nossa história (p. 35), anos de 1992 a 1996; Balanço Social Azaléia – Anos de 1997 a 2003

Ao analisarmos este quadro, podemos concluir que a fábrica aumenta gradativamente o número de operários que fazem parte do seu quadro funcional. O ano de 1995 apresenta uma pequena queda no número destes funcionários, mas isso passa a aumentar significativamente nos anos que seguem. A partir do ano de 1997, a empresa começa a

divulgar, além do número total de funcionários, quantos destes operários são homens e quantos são mulheres. O número de mulheres a conquistarem e exercerem cargos de chefia também passa a ser identificado.

Desta forma, pode-se supor que a mulher passa a ocupar mais cargos de chefia e liderança, porque sua presença neste meio calçadista também apresenta crescimento com o passar dos anos, passando a se destacar pela qualidade do trabalho que realiza. Outra hipótese que levantamos foi de que o homem tenha ido buscar realizar atividades que lhe garantissem um melhor salário, deixando o setor fabril.

Perrot (2005, p. 258) serve como justificativa para nossa hipótese ao afirmar que “[...] as mulheres desvalorizam tudo o que tocam”, e que os espaços e setores onde elas se fazem presentes passam a ser abandonados pelos homens, que buscam organizar outros espaços e práticas, destinados somente a eles. Tal percepção da autora nos fez levar esta possibilidade em consideração: o homem pode preferir deixar o ambiente fabril aos cuidados da mulher e buscar outras qualificações, recebendo, por isso, um salário superior ao que ganhava enquanto operário.

Santos (2006) aponta que, a partir dos anos de 1990, a mulher tem ocupado posições de menor reconhecimento e valorização dentro das fábricas. Mesmo dentro deste contexto, as mulheres que mais se empenham em suas atividades, mostrando comprometimento e um trabalho de qualidade, podem conquistar cargos mais elevados e com um salário melhor. Podendo desempenhar as funções de supervisoras ou assumirem cargos de chefia. A mulher, segundo a autora, passa a ser mais valorizada, reconhecida por suas habilidades e como se relaciona no meio onde trabalha. Assim, novas oportunidades de crescimento na empresa são direcionadas a estas mulheres.

O número de mulheres a assumir cargos de chefia teria a tendência de crescer, com o passar dos anos, dentro das fábricas calçadistas. Perguntamos ao entrevistado A2 se, na empresa em que trabalha atualmente, existem oportunidades semelhantes de crescimento profissional para homens e mulheres. Obtivemos esta resposta:

Aqui sim, tanto homens quanto mulheres têm as mesmas condições. Por a Bibi ter a característica de ser uma empresa já idosa, estar com quase 70 anos de empresa e também é uma característica da Bibi ter profissionais com longo período de participação na empresa como profissionais. Pode pegar meu caso, como estamos falando, eu tenho 25 anos de casa, é muito comum tu encontrar profissionais com 15, com 18, com 20 anos de casa; a nossa rotatividade nestes cargos de liderança é pequeno. O que acontece é que nas áreas administrativas, ou nas áreas de gestão, vão aparecer agora no curto prazo uma quantidade maior de homens na gestão. Quando a gente olha para o pessoal que está se formando na base, a gente já vê uma quantidade de mulheres bastante grande. Então a tendência, de médio e longo prazo, é que haja um crescimento da participação feminina nos cargos de gestão (ENTREVISTA A2)

Perguntamos em seguida, quantas mulheres ocupavam cargos de gestão nesta empresa no momento da entrevista que aconteceu no mês de abril de 2017. A partir das respostas fornecidas, organizamos o quadro informativo que segue, buscando facilitar a visualização e a compreensão do leitor sobre o número de mulheres e os cargos de chefia que ocupam na fábrica neste momento.

Tabela 6 - Cargos de chefia ocupados por homens e mulheres

Setores de trabalho	Número de Homens em cargo de chefia	Número de Mulheres em cargos de chefia
Área de produção	17	03
Administração	08	06
Direção	03	02

Fonte: Informações adquiridas em entrevista gravada e autorizada para uso científico. Acervo pessoal da pesquisadora.

Ao analisar calmamente o Balanço Social (Tabela 5), assim como o número de cargos de chefia ocupados por homens e por mulheres (Tabela 6), podemos constatar que há uma diferença significativa entre os números informados. Assim, mais homens assumem cargos de liderança dentro da empresa, enquanto as mulheres ainda estão caminhando vagarosamente para conquistar estas mesmas oportunidades.

Embora não tenhamos questionado o motivo desta diferença numérica no momento da entrevista, passamos a buscar possíveis respostas que pudessem esclarecer esta diferença em relação à oportunidade ofertada à mulher, para assumir cargos de chefia dentro do setor fabril. Ao nos debruçarmos sobre as teorias que nos conduziram durante esta trajetória de pesquisa, passamos a compreender que a própria sociedade tende a diminuir a mulher, assim como sua capacidade de realizar trabalhos importantes e dignos de reconhecimento.

A este respeito, Bourdieu (2017) relata que a mulher chegou a ser vista pela sociedade como um ser humano limitado, sem talentos e incapaz de realizar atividades importantes e

dignas de notoriedade. Esse papel era tradicionalmente reservado ao homem. Diferentemente da forma como a mulher era rotulada pela sociedade em que estava inserida e que a diminui como ser humano, o homem era enaltecido.

Del Priore (2013), ao se referir a este homem, qualifica-o como criativo, capaz de inovar e liderar. Frente a estes atributos, era natural que ocupasse os melhores postos de trabalho, recebesse os melhores salários e promoções dentro do universo do trabalho. Já a mulher, terá que conquistar seu espaço, mostrar a que veio. Libertar-se de pré-conceitos que a aprisionam e superar o que Rago (2008) define como “[...] o mito da incapacidade física e intelectual da mulher”, ou seja, a mulher precisa acreditar em si mesma, se desafiar e comprovar que é capaz de crescer, como mulher e como profissional. É capaz de enfrentar as dificuldades que surgirem em seu caminho, principalmente no que diz respeito a salário pago pelo seu trabalho, como veremos no próximo subcapítulo.

5.5 Desigualdade no setor fabril: a percepção da mulher

A pesquisa tem buscado, até este momento, demonstrar como ocorre o processo de produção dentro de uma empresa destinada à fabricação de calçados bem como descrever quem são os operários que participam e executam cada uma das atividades, até que o produto seja finalizado por completo. Dentro deste processo fabril, buscamos identificar as tarefas que são comumente desenvolvidas por homens e mulheres. Também buscamos apontar as justificativas para essa divisão de trabalho baseada no sexo fazer-se tão presente no “chão de fábrica” ainda na atualidade. Este processo de análises, hipóteses e novas descobertas nos levou a um campo por nós já cogitado, para onde as leituras apontavam. Não sabíamos, ao certo, se conseguiríamos chegar de fato. Através das entrevistas, questionários e pesquisas teóricas, nos deparamos com questões que envolvem a desigualdade, preconceito e discriminação em relação à mulher operária.

Parece-nos que, quando imaginamos tais assuntos, estes não se fazem presentes na contemporaneidade, pois vivemos em uma sociedade em que os direitos dos cidadãos são de fácil acesso, discutidos em diversos meios de informação e divulgados abertamente. Inclusive, a igualdade entre todas as pessoas é prevista na Constituição Federal de 1988. No seu artigo 5º, afirma não ser aceitável nenhum tipo de distinção, seja aos brasileiros ou estrangeiros que vivem aqui. Porém, em alguns momentos, esta igualdade deixa de ser um benefício estendido a todas as pessoas, pois no Brasil ainda ocorre discriminação em relação à igualdade da mulher no universo do trabalho.

Esta diferenciação está relacionada a diversos aspectos. Santos (2006) aponta como exemplo desta desigualdade, o salário menor que é pago para a mulher, mesmo quando exerce atividade semelhante à desenvolvida por um homem. Assim como a preferência ao selecionar um homem para um cargo de chefia, quando uma mulher apresenta características similares às que ele possui, ou, mesmo, quando a mulher é tratada de maneira diferente no setor de trabalho por ser mãe.

Sobre a questão da maternidade e a desigualdade com que este assunto é visto por alguns empregadores, Lopes (2006) afirma que a maternidade é um dos fatores que pode gerar instabilidade e fragilidade na manutenção do emprego por parte da mulher. É comum que a responsabilidade e preocupações com o filho recaiam sobre a mulher. Embora existam famílias que dividem entre si este compromisso, os empregadores não possuem informações sobre esta cumplicidade em relação aos cuidados com o filho. Desta maneira, é comum, segundo Lopes (2006, p. 428), o empregador “[...] supor que será a mulher a maior encarregada. E esta suposição motivará a preferência pelo trabalhador homem na carreira”. Frente a isso, a carreira profissional da mulher tende a sofrer prejuízos baseado nesta suposição, que a impede de conquistar novas oportunidades no trabalho. Enquanto isso, ao homem é dada a oportunidade de crescimento profissional, sem levar em conta sua relação familiar, pois, para o empregador, esta relação não o impede de conquistar novos espaços.

Na prática, podemos observar que, dentro do ambiente fabril, existe esta restrição quanto à maternidade. O empregador pensa nas consequências futuras e no quanto as relações ligadas ao desempenhar o papel de mãe refletiriam dentro do ambiente fabril. Devido a esta forma de pensar, por vezes, a mulher era impossibilitada de conquistar um melhor cargo dentro da empresa que trabalhava. Confirmando a existência desta desigualdade e discriminação dispensada à mulher, podemos nos valer novamente das informações obtidas através da entrevista realizada com A1, o qual afirmou que a mulher chegou a não conquistar postos de chefia dentro da fábrica calçadista por um período, justamente porque era mãe.

Sendo mãe, era provável que não comparecesse ao trabalho nos momentos em que o filho estivesse doente, causando possíveis transtornos à empresa. Esta justificativa da qual a empresa se utilizava, de modo a dificultar o crescimento profissional da mulher dentro da empresa, não deixa de ser uma forma de desigualdade, discriminação e preconceito.

Tendo conhecimento de que preconceito em relação à mulher ocorre, mesmo, nos mais variados campos do trabalho, buscamos analisar mais profundamente o ambiente fabril, verificando se há relatos ou ocorrência de algum tratamento de desigualdade em relação a ela.

Para isso, a questão relacionada à existência de discriminação ou preconceito a mulher se fará presente, tanto nas entrevistas que realizamos, como nos questionários que foram aplicados a operários e operárias das fábricas calçadistas que se fizeram ou se fazem atuantes na cidade de Parobé, que compõe o recorte territorial de nossa pesquisa.

Durante a entrevista que realizamos com A4, conversamos sobre a possível existência de discriminação ou desigualdade direcionada à mulher no setor fabril. Um fato que chamou nossa atenção foi que, neste momento da conversa, a entrevistada fala de maneira muito clara e convicta, sobre as primeiras situações de preconceito ou discriminação que vivenciou. Situações pelas quais as mulheres passariam, mesmo sem saber da circunstância a que foram submetidas. A4 vivenciou estas situações e nos relata como estas ocorriam.

Quando havia a necessidade de contratar uma nova funcionária para trabalhar junto aos grupos de produção, a seleção era realizada pelo instrutor responsável pelo departamento pessoal. Desta forma, a supervisora do setor só era chamada para acompanhar o procedimento de seleção. Durante este processo, os descartes das candidatas eram baseados em suas características físicas e não nos aspectos profissionais que possuíam. A4 nos relata como eram realizadas estas escolhas:

Tinham colegas homens, que dependendo da estatura da mulher já não pegavam. Porque se era mais gordinha, se era mais baixinha por causa do sistema, eles não diziam para a pessoa, Mas para mim, como eu estava junto, a gente sabia já, o que era. Diziam que a mulher que era mais pesada ia ter dor nas pernas, não ia render tanto, ia ter mais dificuldade de se manter ali. Muito baixa também era ruim por causa das máquinas, que normalmente têm um padrão de altura, também ia ter problema, então. Não podia dizer, mas eles faziam a seleção deles (ENTREVISTA A4).

A4 afirma, segura de suas palavras, que sim, há discriminação em relação à mulher, no setor fabril. Um preconceito velado, podendo passar despercebido por quem não está habituado a estes ambientes. Um pré-conceito que exclui e rotula estas mulheres como pessoas incapazes e improdutivas, sendo, assim, descartadas antes mesmo de provar seu valor profissional. Estas atitudes de preconceito e exclusão da mulher se refletem, inclusive, no momento de seleção, em que a candidata se apresenta interessada em uma vaga ofertada pela empresa, mas o critério de escolha não ocorre simplesmente na avaliação do perfil profissional desta mulher. A4 expõe que

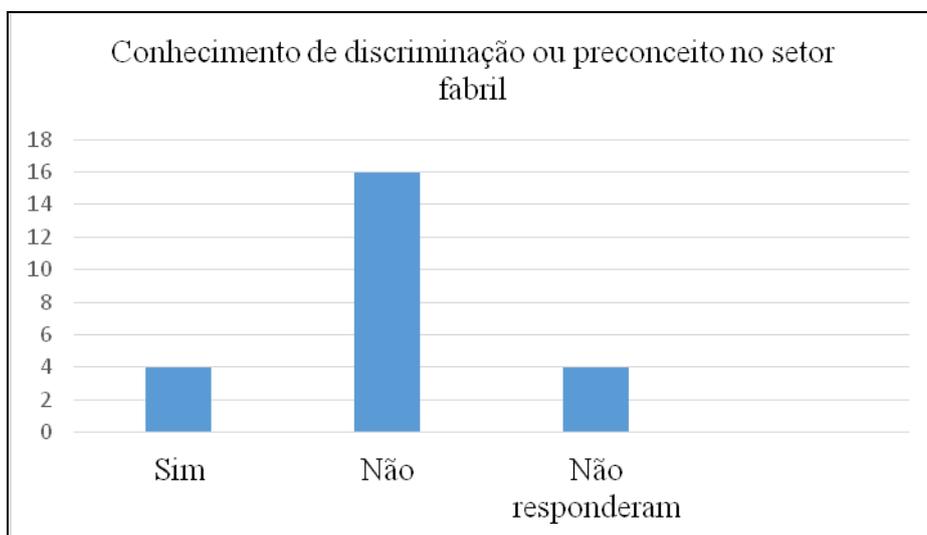
No meu setor, no meu pavilhão, no meu turno, à noite só tinha eu de mulher. Os demais eram todos homens[...]. Durante as seleções, a gente via que eles avaliavam se tinham filhos, quantos filhos [...] a não ser quando eles precisavam muito, ou quando o currículo dela era muito bom (ENTREVISTA A4).

A questão do número de filhos que a mulher possui, está diretamente ligada à questão de assiduidade da mulher ao trabalho, como vimos anteriormente. Mediante o número de filhos que a mulher possuísse, poderia ser descartada da seleção, assim como da contratação por parte da empresa, mesmo com a vaga em aberto. Estes não são critérios claros, conhecidos pela população, mas algo que ocorre internamente na empresa, sendo uma prática condenável pelo próprio sindicato dos trabalhadores, como menciona A4. Através deste relato, se faz possível perceber a discriminação e preconceito com a mulher.

Eles existem, estão presentes de forma dissimulada, quase imperceptíveis para as mulheres que não entendem o processo de admissão nesta empresa e desconhecem os possíveis motivos que justificam a sua não contratação. Como nossa entrevistada A4 afirma, por mais de uma vez, “*eles não dizem*”, e não o fazem por saber ser esta atitude, uma conduta incorreta e preconceituosa, baseada em critérios que não definem uma candidata a uma vaga de trabalho como apta, ou não apta para a realização das atividades no setor fabril.

O mesmo questionamento sobre a possível ocorrência de discriminação e preconceito relacionado à mulher foi abordado nos questionários. Após análise dos dados, o gráfico abaixo foi organizado, representando as colocações destes participantes.

Gráfico 4 - Conhecimento de discriminação ou preconceito no setor fabril



Fonte: Análise dos questionários. Acervo pessoal da pesquisadora (2018).

O levantamento destas informações obtidas através da aplicação dos questionários possibilitou encontrarmos um parâmetro entre as respostas obtidas. As 4 pessoas que afirmam ter presenciado ou escutado falar sobre a ocorrência de atitudes discriminatórias e preconceituosas relacionadas à mulher dentro do setor fabril, apresentam características comuns. São as pessoas com mais idade a participar deste processo.

As idades destes entrevistados variam entre 34, 45, 54 e 72 anos. Sabendo disso, constata-se que, sendo mais velhas, já vivenciaram situações diversas dentro do setor de trabalho do qual faziam parte. Passaram por permanências, continuidades e alterações dentro do setor fabril, no que diz respeito tanto ao modo de trabalho, como nas relações das pessoas que ali trabalhavam. Portanto, possuem vivências e experiências diferentes daquelas dos operários mais novos e incluídos neste setor de trabalho há menos tempo.

Dentre as respostas obtidas nos questionários, destacaremos três, que confirmam a existência da desigualdade e preconceito e humilhações com que a mulher convive dentro das fábricas.

1- “Presenciei inúmeros casos de assédio moral e também sexual por parte de gerentes e outros que exercem cargos de chefia no setor de trabalho”. (Homem, 32 anos, 2017, acervo pessoal da pesquisadora).

2- “No início da minha carreira havia, hoje em dia não mais”. (Homem, 54 anos, 2017, acervo pessoal da pesquisadora).

3- Há preconceito e discriminação da mulher “nas promoções de trabalho”. (Mulher, 45 anos, acervo pessoal da pesquisadora).

As frases elaboradas pelos respondentes aos questionários possibilitam ao leitor conhecer como a mulher é percebida e tratada dentro do ambiente fabril. Podemos frisar que já houve episódios de tratamento impróprio ao setor de trabalho, em que a mulher enfrentou assédio em diferentes esferas, como o sexual e moral, por alguém que ocupava uma posição acima da sua no ambiente de trabalho. Destacou-se também que em relação às promoções de trabalho, a mulher sofreu tratamento desigual quando comparada ao homem, não conquistando o crescimento profissional ao qual estava capacitada. A frase número 2 relata

que esta discriminação e preconceito relacionado à mulher no ambiente de trabalho existiu, mas que na atualidade não seria uma prática frequente.

Para Santos, Tanure e Neto (2014), estas desigualdades relacionadas à mulher e trabalho ainda existem, mas ela não tão sujeita a críticas como já ocorreu no passado. Destacam que já houve mudanças importantes em relação à mulher e sua capacidade de realizar atividades relevantes dentro das empresas, mas que os homens ainda tendem a ocupar os maiores cargos. Assim, a mulher, muitas vezes, se desafia a trabalhar mais e melhor que o homem, combatendo, desta maneira, o preconceito e a discriminação que as cerca na esfera do trabalho, seja ele qual for.

Mas assim como a desigualdade e o preconceito contra a mulher são apontados e aqui expressos através dos entrevistados e respondentes aos questionários, há os que afirmam que não existe nenhum tipo de discriminação ou preconceito relacionado à mulher no ambiente de trabalho, como as 16 pessoas que responderam negativamente a este questionamento.

Também constatamos que o preconceito e a discriminação relacionados à mulher apresenta-se menos ocorrente, pelo menos de maneira tão explícita. Apontamos as diferentes percepções dos próprios operários quando se referem a estas questões. Há os que indiquem a existência desta desigualdade em relação à mulher, há os que afirmem que isso nunca existiu, como podemos perceber através da fala de A1. Quando perguntamos ao entrevistado sobre a existência de algum tipo de preconceito dispensado à mulher junto ao local de trabalho, sua resposta é negativa. Frisa que “Nunca ouvi alguém fazer e nunca ouvi falar; posso dizer que nunca existiu” (ENTREVISTA A1).

Desta forma, questões como preconceito, desigualdade e discriminação relacionados à mulher ainda precisam ser discutidos. Ela precisa se fazer conhecer pelas pessoas que ocupam os mais diversos setores da sociedade, para que possam entender e identificar a ocorrência de alguma forma de discriminação à mulher. Silva (2010) acredita que todas as formas de discriminação, de desmerecimento e dominação imposta sobre as mulheres devem ser analisadas, estudadas, repreendidas e punidas. Não se admite que as pessoas possam ser desprezadas e humilhadas por questões de diferenças de gênero.

Como vimos, existem relatos de discriminação, preconceitos e desigualdades relacionadas à mulher no seu espaço de trabalho. Algumas situações ocorrem de forma mais visível, outras de forma discreta e, por vezes, imperceptível para as pessoas. Frente a isso, buscaremos identificar se esta desigualdade direcionada à mulher pode ser percebida no que se relaciona ao pagamento que recebe por realizar trabalho semelhante, ou mesmo, idêntico ao trabalho desenvolvido pelas mulheres no setor fabril.

Como demonstrado anteriormente, o trabalho realizado pela mulher dentro das fábricas não era bem aceito e tolerado pelos homens que já se faziam presentes e atuantes nestes espaços. Hobsbawn (2015) afirma que tradicionalmente, o papel desempenhado pelas mulheres deveria estar relacionado à manutenção da família. Quando se fazia necessário trabalhar fora, esta atividade era entendida como momentânea, mas passageira. Após o casamento, a mulher passaria a se dedicar, exclusivamente aos cuidados do lar. O que a levaria a desenvolver atividades remuneradas fora do espaço privado, seriam a viuvez, separação, ou no caso de o marido não receber o suficiente para arcar com as despesas da casa. A sociedade percebia esta situação como indesejável, mas, segundo Hobsbawn (2015, p. 157) “[...] um número expressivo de mulheres casadas eram obrigadas a trabalhar por salários, ou seu equivalente”. Buscando uma oportunidade de ajudar nas despesas da casa, a mulher passa a ingressar nas indústrias e a exercer profissões variadas.

Mas o que era para ser um auxílio para a família, passou a ser visto como um problema. “Como seus salários eram tão mais baixos, representavam uma ameaça aos salários e condições dos homens” (HOBSBAWN, 2015, 160). Por este motivo, os homens não as aceitavam, pois temiam perder seu posto de trabalho para uma mulher, que receberia menos, mas realizaria o mesmo trabalho. Mas, mesmo assim, as mulheres permanecem ocupando os espaços das fábricas, lutam por melhorias em relação ao trabalho e conquistam, de fato, algumas vitórias importantes, como vimos anteriormente ao tratarmos sobre os movimentos feministas, suas lutas e conquistas para as mulheres.

Os movimentos feministas buscavam uma melhor valorização do trabalho realizado pela mulher, lutando por um salário justo e compatível com o salário pago ao homem. Sanches e Gebrim (2003) apontam para a existência da diferença salarial entre homens e mulheres, mesmo quando realizam trabalhos iguais. Nem mesmo a mulher tendo um maior grau de escolaridade, esta diferença salarial deixa de existir. São frequentes as tentativas de buscar junto aos empregadores, um maior reconhecimento e valorização do trabalho da mulher, mas sem um resultado significativo até o momento. E esta resistência em valorizar a mulher e o trabalho que realiza, tem sido assunto frequente nas pesquisas acadêmicas.

Sabendo desta possibilidade de desvalorização salarial relacionada à mulher, buscamos conhecer se esta prática ocorre dentro do setor fabril calçadista. Durante a realização de entrevistas e questionários aplicados, esta questão estava em presente em cada um destes meios.

Em relação à hipótese de pagamento diferenciado por atividades semelhantes, pago ao homem e a mulher, A4 nos relata que não era uma prática comum dentro do setor fabril.

Homens e mulheres recebiam o mesmo valor como pagamento por seu trabalho. Alterava-se o valor, quando a atividade realizada era diferenciada, como a costura, por exemplo. Estas profissionais tendiam a receber um valor mais elevado por seu trabalho. A1 concorda com a resposta negativa de A4, no que se refere a não existência de diferenciação salarial, baseada na diferença de gênero. Afirma que “não; se ela exercia a mesma função, um homem e uma mulher, o salário não tinha diferença” (ENTREVISTA A4). Todos recebiam o mesmo valor ao realizarem os mesmos trabalhos.

Quando realizamos a mesma pergunta, sobre a existência de diferenciação salarial entre homens e mulheres, dentro da fábrica calçadista em que o entrevistado A2 atua no momento, obtivemos como resposta uma negativa que nos foi explicada da seguinte forma:

Aqui dentro da Bibi não temos nenhum tipo de divisão por gênero, ou função por gênero, ou mesmo a remuneração diferenciada por gênero. Nas áreas de produção, todos os salários são exatamente... todas as faixas salariais que estão à disposição das pessoas são as mesmas. O que faz com que as pessoas tenham uma maior ou menor remuneração é a condição dele de profissional sênior ou de menor aprendiz, por exemplo. Um menor aprendiz independente de gênero ele vai ter um salário menor do que o profissional que já está na casa e já tem, na carteira profissional, a condição de profissional sênior ou profissional, como a gente diz. Também a gente não tem nenhum tipo, que faz com que um profissional, homem ou mulher, tenha um salário menor ou maior, são aspectos ligados à remuneração variável que estão ligados com a meritocracia. Mas nós podemos ter, por exemplo, uma fábrica que tenha um índice de eficiência maior que uma outra e na fábrica com índice de eficiência maior, os salários variáveis são maiores do que os salários com a produtividade menor, mas não existe, por exemplo, remuneração diferenciada na fábrica, entre homens e mulher. Se naquela fábrica o índice de eficiência é maior, todos os funcionários vão receber o mesmo benefício de remuneração variável. (ENTREVISTA A2).

Podemos concluir que todos os funcionários que exercem atividades iguais ou semelhantes, dentro do setor de produção, recebem o mesmo salário como pagamento pelos trabalhos que realizam, sejam estes operários, homens ou mulheres.

Já os questionários apontam que 18 respondentes afirmam a não existência de diferença salarial entre homens e mulheres. Já seis pessoas responderam que há diferença salarial entre homens e mulheres, mas não registraram o motivo desta afirmação. Frente às respostas negativas em relação a esta suposta desigualdade salarial entre homens e mulheres dentro das fábricas coureiro-calçadistas de Parobé, podemos concluir que a mulher está passando por um período de reconhecimento e valorização em alguns segmentos de trabalho onde tem atuado.

Como apontado pela Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho – RAIS⁴⁴, que organiza as informações entre os anos de 2007 a 2016, que trata sobre a ocupação da mulher em vagas formais de trabalho, a diferenciação e a desvalorização do trabalho da mulher ainda são uma prática existente no Brasil. Mas os dados indicam que esta diferença vem caindo com o decorrer dos anos. Prova disso é que a diferença salarial entre homens e mulheres tem diminuído de 17% para 15%. São pequenos passos dados, em um caminho longo que a mulher se propõe a trilhar, marcado pela discriminação, submissão e imposições sociais. Tais situações não conseguiram manter a mulher aprisionada e limitada; ao contrário disso, lhe ensinaram que se o caminho se torna intransitável, pode-se tentar voar. O que importa, de fato, é seguir sempre em frente.

Destacamos, também, que as conquistas e melhorias no setor de trabalho fabril, foram resultado de empenho, tanto das mulheres operárias, como da parceria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Parobé – RS e das próprias fábricas calçadistas. Buscando oferecer mais tranquilidade para seus colaboradores, as fábricas que pesquisamos proporcionam serviços variados.

A Calçados Azaléia, por exemplo, disponibilizava o serviço de assistência social, que atendia os funcionários que passavam por momentos de dificuldades, sejam profissionais ou pessoais. A assistência financeira oferecia empréstimos facilitados em casos de doença, aquisição de óculos, próteses ou auxílio funeral, assim como assistência médica, odontológica, refeitório e transporte. Relacionado diretamente às mulheres, havia o Grupo de Gestantes, em que as futuras mães eram preparadas sobre momento da gravidez, parto e primeiros cuidados com o bebê. Segundo informações no folheto de Recursos Humanos (AZALÉIA, 1998), elaborado pela empresa, eram oferecidos fraldas e toalhas para o início do enxoval da criança.

Após o nascimento, a empresa oferecia a possibilidade de creche, que acolhia os pequenos de zero a seis anos de idade, sendo oferecidos os níveis de maternal e jardim de infância. Com localização dentro do complexo fabril, era uma facilidade aos pais, que não precisavam desviar do seu caminho ao trabalho. A creche garantia às mães um lugar seguro e confiável para deixar seus filhos enquanto trabalhavam.

A Calçados Bibi, nossa segunda fábrica pesquisada, oferece a seus funcionários atendimento médico, e entre estas especialidades, dispõe de clínicos gerais. Relacionado às

⁴⁴ RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho. Organiza as informações dos dados de 2007 a 2016 e destaca a participação feminina em vagas formais. Publicado em 19/02/2018, com a última modificação: 27/02/2018.

mulheres, a empresa dispõe de médicos ginecologistas. Conhecendo a necessidade e a realidade enfrentada pela mulher, na busca de um local seguro para deixar seus filhos durante o expediente de trabalho, a empresa oferece convênio com creches, assim como uma ajuda de custo para este fim.

Durante nossa entrevista com A3⁴⁵, a necessidade de creches é apontada como uma preocupação atual, assim como um fator que gera preocupações para as mulheres que trabalham fora, devido à oferta de creches que atendam a demanda. A3 afirma que “A única empresa que construiu uma creche aqui em Parobé foi a Azaléia nos bons tempos. Então é uma carência muito grande, uma dificuldade muito grande que as mulheres enfrentam é a falta de creche na cidade” (ENTREVISTA A3).

Desta forma, sem atendimento suficiente disponibilizado a todas as crianças pelo município de Parobé, como percebemos no relato de entrevistada A3. As empresas devem se preocupar com a oferta de creche, ou com o auxílio financeiro para que elas frequentem creches particulares. Isso é fundamental para que as famílias possam trabalhar mais tranquilas, sabendo que seus filhos estão bem cuidados e seguros.

Em relação à preocupação com seus colaboradores, tanto dentro do setor fabril, como fora do ambiente de trabalho, chamou nossa atenção um quadro localizado dentro do setor de produção da empresa. Na figura que segue, podemos observar que cada funcionário está representado.

Figura 10- Indicadores pessoais



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2018).

⁴⁵ Entrevistada A3: homem, que trabalhou no setor calçadista a 27 anos, atualmente, exerce a atividade de presidente do Sindicato da Indústria de Calçados de Parobé. Entrevista autorizada para utilização em pesquisa científica e gravada em 27/10/2017. A transcrição da entrevista observa a linguagem da depoente. Acervo pessoal da pesquisadora.

Em cada novo dia de trabalho, durante o horário da chegada ao respectivo setor, cada funcionário se dirige ao mural. Fixado na base dele, existem três opções de carinhas, que devem ser fixadas abaixo da fotografia de cada trabalhador. A carinha verde representa que o funcionário está sentindo-se ótimo, a amarela representa que é um dia bom, enquanto a carinha vermelha representa um dia ruim. Após o início das atividades, é de responsabilidade do chefe de setor analisar os indicadores sociais. O funcionário que marcou a carinha na cor vermelha, é convidado a uma conversa, explicando o motivo de optar por esta cor. A empresa se disponibiliza a auxiliar seu funcionário a resolver suas questões em tudo que estiver ao seu alcance.

Este quadro nos possibilitou compreender que o lado pessoal do funcionário, assim como seus problemas e preocupações são levados em consideração, sendo essa uma maneira aproximar a empresa, chefes de setor e operário. A ideia principal é de que um funcionário que trabalha mais tranquilo, sem preocupações, tende a trabalhar mais e fazer suas atividades da melhor maneira possível, contribuindo desta maneira, para que a produção alcance resultados positivos ao fim do expediente de trabalho.

Podemos observar também, a união entre funcionários, empresas e sindicato em relação a melhorias para o trabalhador dentro do ambiente de trabalho. O entrevistado A3 relata a preocupação no que diz respeito à posição em que o trabalhador permanece durante seu turno de trabalho e a importância dos cuidados com a ergonomia⁴⁶ do operário. Frente a isso, foi elaborada, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, uma cartinha que se destina a explicar sobre a necessidade do cuidado do trabalhador em relação à postura na qual permanece ao realizar suas atividades. Assim, foi sugerido que o trabalhador revisse sua posição, podendo trabalhar em momentos em pé, e em outros momentos, sentado.

Desta forma, A3 descreve como foi implantada esta prática nas empresas e como se organizou para que esta mudança não causasse prejuízos para a empresa ou para os operários: “Foi um acordo de meio termo, nem tão pra um lado, nem tão pro outro, que as pessoas não vão ficar só sentadas e nem só de pé, com cadeiras ergonômicas inclusive [...] então isso foi um grande trabalho realizado pelo Sindicato” (ENTREVISTA A3).

⁴⁶ Ergonomia: descrito como uma ciência multidisciplinar que se preocupa com o conforto, bem-estar e a saúde dos funcionários. Desta forma, dedica-se a encontrar maneiras de evitar a fadiga muscular, resultado de uma postura inadequada durante o período de trabalho, seja em pé, ou mesmo sentado. Destaca-se que a postura sentada tende a causar menos danos à saúde do trabalhador. (Cartilha de ergonomia na indústria calçadista: diretrizes para segurança e saúde do trabalhador, 2011).

Podemos afirmar que a preocupação com a saúde dos operários e operárias, observar se estão em uma posição inadequada ao exercerem suas atividades, é fundamental. Às vezes, apenas a alternância da posição de sentado para a de pé, ou vice-versa, já diminui os desconfortos.

Em visitação a Calçados Bibi, pudemos observar que há posições diferenciadas em relação à atividade que o operário realiza. Atividade como a costura tende a ser realizada pelas costureiras sentadas; já as atividades de corte, encaixotamento e aplicação de adesivo, por exemplo, são atividades realizadas em pé.

Compreendemos que as buscas por melhorias dentro do setor produtivo são relevantes para a saúde de operárias e operários. Quando há parceria, colaboração e interesse de todos os envolvidos, é possível rever as situações e buscar um consenso que favoreça a todos, patrões e empregados. Com essas adaptações realizadas dentro do setor coureiro-calçadista, as atividades tornam-se mais agradáveis e produtivas para quem as realiza.

6 CONCLUSÃO

A presente pesquisa possibilitou acompanhar o processo pelo qual a mulher buscou romper com os limites a ela impostos por uma sociedade tradicionalista, em que costumes, tradições e hábitos deveriam ser mantidos, inquestionáveis, e todo o tipo de comportamento diferenciado era visto com reprovação, críticas e desprezo. Foi dentro deste contexto que a mulher foi criada e ensinada por décadas.

Ensinar-na a obedecer, a respeitar e ver na figura masculina tudo aquilo que não poderia ser. O homem representa a figura de autoridade; a ele, toda a liberdade é oferecida, assim como o ilimitado mundo do ambiente público e suas possibilidades. Já a mulher, destina-se a permanecer vinculada ao ambiente privado do lar, este ambiente que a limita, que a mantém trancafiada, e sua missão de caráter quase divino, está relacionada ao cuidar. Cuidar do marido, dos filhos, do lar. Preocupar-se com os outros e, por vezes, esquecer-se de si própria.

Esse esquecimento passou a ser compartilhado por aqueles que relataram fatos, nomes e situações importantes no decorrer da história, momento em que homens escreviam a história da humanidade, mas somente pela sua própria ótica masculina. As mulheres eram deixadas à sombra, como se olhando de longe, os fatos com os quais não teriam nenhuma proximidade ou conhecimento, ou mesmo o discernimento necessário para compreender e avaliar a importância deles. Deste modo, a mulher permaneceu invisível, em um tempo no qual somente os homens ditavam e escreviam a história.

Esta realidade foi se alterando com o passar dos anos. Aos poucos, a figura masculina que ignorou a mulher, passou a se interessar por ela, desejou entendê-la e concedeu-lhe o direito à voz e a oportunidade de se fazer ouvida. Frente a esta circunstância, não houve como manter-se em silêncio mais uma vez e a mulher passou a expressar suas angústias, opiniões e percepções, resultando em um melhor entendimento relacionado à mulher e ao universo feminino.

Passou-se a compreender que as mulheres não são todas iguais ou um grupo homogêneo, mas são repletas de especificidades que as tornam únicas, mesmo em meio a milhares de tantas outras. E, dentro de sua unidade, percebeu-se que havia mulheres que não toleravam mais viver à sombra do homem e expressam um desejo de romper com o regime patriarcal, para poderem caminhar com suas próprias pernas, tomar suas decisões e conquistar seus espaços. Outras, no entanto, preferem e aceitam viver sob os cuidados do homem, seja

ele pai, irmão ou marido. Sentem-se seguras e se adaptaram a viver exclusivamente para a família, não apontando necessidade de mudanças no sistema ao qual estavam inseridas.

Já as mulheres que foram em busca de sua inserção no mercado de trabalho, passaram a enfrentar suas primeiras dificuldades, relacionadas à imposição social que lhes indicava o lar como seu lugar ideal de pertencimento; criticidade no seio familiar, que entendia, nesta busca por trabalho assalariado, a incapacidade do marido de arcar com as despesas da família e a rejeição do homem que não a desejava como concorrente. Foram estes alguns percalços que a mulher teve de contornar, enfrentar de cabeça erguida e demonstrar, assim, ser forte e decidida e que veio para ficar junto ao universo do trabalho e à concorrência que ele impõe.

A realidade de trabalhar fora sempre se fez presente na vida das mulheres que possuíam uma situação financeira mais deficitária. Estas trabalhavam como empregadas domésticas, doceiras, lavadeiras, ou qualquer outra atividade para as quais já possuíam conhecimento prévio, buscando, desta maneira, ajudar nas despesas do lar, ou, em algumas situações, a ser a única provedora da família, o que se tornava difícil, levando em conta os baixos salários que a elas eram pagos.

Uma experiência de vida totalmente diferenciada das mulheres que viviam de uma maneira mais apazível, sem problemas financeiros, mas, nem por isso, satisfeitas com a vida de submissão e a imposição de seguir sempre o mesmo comportamento e atitudes que a elas foram impostas. As mulheres de classes mais altas também cultivavam o desejo de uma maior liberdade, de mais autonomia e poder de decisão, controlando sua vida e seu corpo.

Percebemos que, no momento em que a mulher busca no trabalho assalariado sua emancipação, vai ter de enfrentar o preconceito, a discriminação e uma sociedade em que há diferenciação de tratamento dado às pessoas em função de seu gênero. Este é um fato que pode ser percebido nos momentos em que a mulher é desqualificada pelo homem, principalmente no que diz respeito aos trabalhos que vai passar a desempenhar, assim como um salário menor como pagamento ao realizar as mesmas atividades, ou serviços semelhantes aos do homem. Já que tradicionalmente a mulher é sustentada pelo marido, não há motivos de receber um salário igual ao que o homem recebe, pois seu dinheiro será utilizado como complemento para a casa, não como uma renda principal; desta maneira, pode receber um pagamento menor.

Estas atitudes de desvalorização da mulher em meio à sociedade acabam por motivar que ela se organize, juntamente com outras que defendem estas mesmas ideias, e que passem a lutar por melhorias que as beneficiem. Destacamos, no decorrer desta pesquisa, que foi através dos movimentos feministas que a mulher começou a lutar pelos seus direitos. Entre

eles, podemos citar o direito ao voto, direito de ser votadas quando concorrem a cargos públicos e a exercerem este cargo. Empenharam-se por conquistar melhorias e direitos trabalhistas, lutaram por mais visibilidade, valorização do seu trabalho, poder de decisão e escolhas e pelo acesso a uma educação que lhes oportunizasse uma melhor colocação no mercado de trabalho. Estes direitos que foram conquistados, fizeram a diferença na vida destas mulheres e continuam a ser garantidos às mulheres na contemporaneidade.

As mulheres operárias têm participação ativa na busca por mudanças em relação ao trabalho, elas que foram inseridas em um ambiente de trabalho insalubre, cumprindo um horário de expediente extenuante e recebendo um valor irrisório como pagamento pelo seu trabalho. Percebendo que nenhuma melhoria ou beneficiamento em relação ao seu setor de trabalho seria efetivado sem que elas se dispusessem a buscá-lo, iniciaram um movimento que desse valorização a esta mulher. Um movimento que mostrou a força e a determinação da mulher, considerada anteriormente o sexo frágil. Desta forma, leis foram criadas em relação à mulher operária, garantindo a ela um ambiente de trabalho que respeite e valorize seu trabalho, recebendo, para isso, salários iguais aos pagos ao homem, quando ambos desenvolvem os mesmos afazeres.

A presente pesquisa possibilitou constatar que as mulheres operárias que trabalham nas fábricas coureiro-calçadistas que se estabeleceram na cidade de Parobé- RS, hoje se apresentam ocupando posições semelhantes ao homem junto ao setor fabril, atingindo a mesma produção, sujeitas às mesmas oportunidades de crescimento profissional. Também recebem um salário equiparado, em que não há diferenças por ser um trabalho realizado por homem, ou por mulher. Esta equiparação salarial é, inclusive, garantida por lei.

Avaliamos que algumas práticas persistem no tempo, como o fato de existir ainda a divisão de trabalho junto às fábricas relacionada ao gênero. O trabalho de costura é ainda realizado por uma maioria feminina, embora possamos verificar a presença masculina neste setor de trabalho, mas uma presença ainda com baixa representatividade. Já o trabalho em setores como expedição e corte foi apontado como uma atividade realizada prioritariamente pelo homem, por utilizar da força física em determinados momentos.

Por outro lado, podemos concluir que ainda há resistência em relação à mulher conquistar oportunidade de trabalho em setores de maior destaque, como a gerência e a presidência de grandes empresas. Estas ainda preservam a ocupação destes cargos ao homem.

Desta forma, percebemos que a mulher ainda tem um longo caminho a percorrer. Diversos obstáculos ainda persistem, como o preconceito e a desigualdade com que muitas vezes a mulher é tratada, simplesmente por pertencer ao sexo feminino; por vezes, ela

enfrenta um pré-julgamento que a identifica como incapaz de realizar grandes e importantes trabalhos.

Faz-se necessário que a mulher não esmoreça, mas continue se aperfeiçoando, se desafiando e mostrando aos demais, o quão longe pode ir. Que continue crescendo profissionalmente e conquistando resultados positivos. É fundamental, também, ser respeitada pelas suas escolhas, sejam elas o de dedicar-se a ser mãe e esposa em tempo integral, ou dedicar-se a carreira profissional. Hoje, é possível que a mulher escolha o próprio caminho, o que lhe permita mais segurança, satisfação e realização como ser humano.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Zina Gonçalves de. Luta das mulheres pelo direito de voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. *Arquipélago. História*, Ponto Delgada, 2ª série, vol. VI, p. 443-496, 2002. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.3/380>>. Acesso em: 25 out. 2017.
- ADRIÃO, Karla Galvão; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; MALUF, Sônia Weidner. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 19, n. 3. p. 661-681, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n3/02.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.
- AGENDE. *Os direitos das mulheres não são facultativos*. Boletim Eletrônico, Brasília, n. 1, 28 de mar. 2003. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>>. Acesso em: 23 out. 2017.
- ÁLVARO, Maria Angela Gemaque. Trabalho doméstico e desigualdade social. *Enfoques*, Rio de Janeiro, v.11, n. 1, março, 2012. Disponível em: <www.enfoques.ifcs.ufrj.br/pdfs/06_MariaAngelaGemaqueAlvaro.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2018.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 24, n. 2, mai./ago. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44610>>. Acesso em: 11 jan. 2018.
- ARAÚJO. Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 17, n. 49, set./ dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300009>. Acesso em: 26 out. 2017.
- AZALÉIA. Conheça-nos, [s.l.: s.n.], 1974.
- _____. 1998. [s.l.: s.n.], 1998.
- _____. Balanço Social, anos de 1997 a 2003, [s.l.: s.n.] 2004.
- _____. 40 anos – Nossa História, [s.l.: s.n.], 1998.
- _____. Informações de Recursos Humanos, [s.l.: s.n.], [199-].
- BASSAN, Dilani Silveira. *Desenvolvimento desigual na região do Vale do Rio Pardo*. 2002. 132 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2002.
- _____. *Mobilidade espacial: a dinâmica das migrações e a trajetória dos migrantes na região do vale do Paranhana/RS – Brasil*. 2017. 252 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento

Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em:
<<http://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1509/1/Dilani%20Silveira%20Bassan.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BASSANEZI, Maria Silvia. Mulheres que vêm, mulheres que vão. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO; Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 169 – 193.

BATLIWALA, Srilatha. El significado del empoderamento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. *In*: LEON, Magdalena. *Poder y empoderamento de las mujeres*. Santa Fe de Bogotá: T/M Editores, 1997, p. 187 – 211. Disponível em:
<http://www.congresoed.org/wp-content/uploads/2014/10/D4_Batliwala_1997.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORGES, Maria de Lourdes. Beleza e gênero. *In*: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs.). *Dicionário Crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p. 70 – 73.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina: A condição feminina e a violência simbólica*. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Da responsabilidade dos Ministros e Secretários de Estado e dos Conselheiros de Estado. *Chancellaria-mór do Imperio do Brazil*, Rio de Janeiro, 31 out. 1827. fl. 88 do Livro 1º de cartas, leis, e alvarás. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm>. Acesso em: 31 out. 2017.

_____. Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro. 26 fev. 1932. Seção 1, p. 3385. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 out. 2017.

_____. Decreto-Lei n. 1.189, de 24 de setembro de 1971. Dispõe sobre incentivos à exportação de produtos manufaturados. *Diário Oficial da União*, Brasília. 24 set. 1971. Seção 1, p. 7793. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/1965-1988/Del1189.htm>. Acesso em: 2 out. 2017.

_____. Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 dez. 1972. Seção 1, p. 11065. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L5859.htm>. Acesso em: 11 jan. 2017.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 ago. 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-publicacaooriginal-57150-pl.html>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, n. 110, p. 67 – 104, jul. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742000000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 11 jan. 2018.

CALANDRO, Maria Lucrécia; CAMPOS, Silvia Horst. *Arranjo Produtivo Local calçadista Sinos Paranhana*. Relatório I. Porto Alegre: FEE, 2013. Relatório do Projeto Estudo de Aglomerações Industriais e Agroindustriais no RS. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/publicacoes/relatorios/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

CALÇADOS BIBI. *Relatório de Sustentabilidade Calçados Bibi – 2013 e 2014*, [s.l.: s.n.], 2015.

CARABAJAL, Jorge Alberto Rosa. *Tem gente jovem atrás da máquina: a qualificação profissional em uma fábrica de calçados: um estudo de caso*. 2005. 228 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, Porto Alegre, RS. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8554>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Os domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CONCEIÇÃO, Antonio Carlos Lima da. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, João Pessoa, vol. 8, n. 24, p. 738-757. Dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0102-7182201500020025600008&lng=en>. Acesso em: 13 out. 2017.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER – CNDM: Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho>>. Acesso em: 25 out. 2017.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos Feministas, Feminismos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 12, set. / dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000300003>. Acesso em: 25 out. 2017.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, Hildete Pereira de. *et al. Olhares Feministas*. Brasília. Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs.). *Dicionário Crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p.468 – 473.

DAMACENO, Liliane Dias; CHAGAS Sylvia Oliveira. Evolução do direito trabalhista do empregado doméstico de 1916 a 2013. PEC das domésticas. *Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais*, Aracajú, vol. 1, n. 17. p. 63 – 76, out. 2013. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwji09j_1qnbAhWDF5AKHdHWDWoQFggnMAA&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.set.edu.br%2Findex.php%2Fcadernohumanas%2Farticle%2Fdownload%2F888%2F500&usg=AOvVaw06X4ma6X4xY3U0rZf3tzpj>. Acesso em: 11 jan. 2017.

DEL PRIORE, Mary. *Conversas e histórias de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.

_____; AMANTINO, Marcia (Orgs.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Enesp, 2013.

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. *Perspectivas*, São Paulo, vol. 3, p. 81 – 85, 1980. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/108171>>. Acesso em: 13 out. 2017.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordeste. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed., 4. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017. p. 241- 277.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP, 2009. p. 144 – 149.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, mai./ago. 2007, p. 291 – 308. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200002>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

GALVÃO, Cláudia Andreoli. *Sistemas Industriais Localizados: O Vale do Paranhana, Complexo Calçadista do Rio Grande do Sul*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília (IPEA), 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3925:td-0617-sistemas-industriais-localizados-o-vale-do-paranhana-complexo-calçadista-do-rio-grande-do-sul&catid=315:1999&directory=1>. Acesso em: 17 out. 2017.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e temáticas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-29.63049,-50.8492192,15z>>. Acesso em 26 mai. 2018.

HOLZMANN, Lorena. Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às inovações tecnológicas. *Sociologias*, Porto Alegre, n.4, p.258-273, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-4522200000200010>. Acesso em: 12 abr. 2017.

HABNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 43-64.

HOBSBAWM, Eric. *Mundo do trabalho: Novos estudos sobre a História operária*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Parobé*. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/parobe.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

JESUS, Cassiano Celestino de; ALMEIDA, Isis Furtado. O Movimento Feminista e as Redefinições da Mulher na Sociedade após a Segunda Guerra Mundial. *Boletim Historiar*, Aracajú, n. 14, p. 09-27, mar./abr., 2016. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/download/5439/4460>>. Acesso em: 25 out. 2017.

JÚNIOR, Álvaro Francisco de Britto; JÚNIOR, Nazir Feres. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência*, Araxá, vol. 7, n. 7, p. 237 – 250, 2011. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/200>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

LADEIRA, Kátia de Freitas. *Dupla jornada da mulher e qualidade de vida: a influência do nível socioeconômico nas estratégias de conciliação entre o tempo laboral e o tempo familiar*. 2002, 120 p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. *Cadernos Pagu*, Campinas, vol. 26, p.405-430, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30398>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

KARAWEJCZYK, Mônica. Sufragismo/Sufragetes. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS: UFGD, 2015. p. 611.

KERGOAT, Danielle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane, NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 55 – 63.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Patriarcado. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS: UFGD, 2015. p. 515.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017, p. 443-481.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. *Cadernos Pagu*, Campinas, vol. 26, p.405-430, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30398>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

LOPES, Herton Castiglioni; FILHO, Pascoal José Marion. Barreiras à entrada: um estudo do setor calçadista do Vale dos Sinos/RS. *Revista de Economia e administração*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 426-443, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/9545/barreiras-a-entrada--um-estudo-do-setor-calçadista-do-vale-dos-sinos-rs>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

LOPES, Iriny. O caminho da invisibilidade ao empoderamento feminino. In: VENTURINI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc. 2013. p. 393 – 401.

MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. *Sapiranga: 50 anos de município, mais de 200 de História*. Porto Alegre: Alcance, 2005.

MANZINI, Eduardo José. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um Programa de Pós-graduação em Educação. *Revista Percorso*. Maringá, vol. 4, n. 2, p. 149-171, 2012.

MAPA TURÍSTICO – VALE DO PARANHANA. Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SCTEL/RS). 2017. Disponível em: <<http://sedactel.rs.gov.br/regionalizacao-turistica-2017>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

MARINHO, Paloma Abelin Saldanha; GONÇALVES, Hebe Signorini. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. *Revista de Estudios Sociales*. Bogotá, n. 56, p. 80-90, Jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2016000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 set. 2017.

MARTINS, Mirian Teresa de Sá; ALCANTARA, Karolyne Romero de. Mudanças da condição feminina na atualidade: Revisitando a história do feminismo. *Revista Ártemis*, João Pessoa, v.14, ago-dez. 2012, p. 98-110. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/14293>>. Acesso em: 12 out. 2017.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 126 – 147.

MEYER. Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, vol. 57, n. 1, p. 13 – 18, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n1/a03v57n1.pdf>>. 12 abr. 2017.

MIRANDA, Cynthia Mara. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil e no Canadá. *Revista Interfaces Brasil/Canadá*, Porto Alegre, v.15, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cynthia.pdf> Acesso em: 12 out. 2017.

MOTTA. Alda Britto da. Elas começam a aparecer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 84 – 104.

MÜLLER, Angélica. Não se nasce viril, torna-se: juventude e virilidade nos "anos 1968". In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia (Orgs.). *História dos Homens no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2013, v. 1, p. 299-333.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, vol.11, n. 13, p. 647-654, set/dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722006000300021&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 out. 2017.

NOGUEIRA, Maria Julia; JACINTO, Hakon. A mulher negra e as desigualdades no mundo do trabalho. In: VENTURINI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc. 2013. p. 279– 290.

ONU MULHERES. *Princípios de Empoderamento das Mulheres*. 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.

PEDRO, Joana Maria. Um diálogo sobre mulheres e história: Michelle Perrot: a grande mestra da História das Mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 11, n. 2, p. 509-512, jul./ dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200009>. Acesso em: 11 jan. 2017.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, vol.24, n.1, pp.77-98, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 13 jan. 2017.

_____. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p.237– 259.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso. O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920). In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (org.). *Capítulos da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/.../12019>. Acesso em: 23 jun. 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 469 – 511.

_____; PEDRO; Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.18, n. 36, p. 15 – 23, jun. 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

PRÁ, Jussara Reis. O custo político das desigualdades de gênero e a teoria do capital social. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, vol. 9, n. 2, p. 99 – 115, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6309>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 20, n. 33, p. 33-51, jan./abr. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000100003>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

PRECONCEITO. In: XIMENES, Sergio. *Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2000, p. 748.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBÉ. *Plano municipal de saneamento básico do município de Parobé/RS*. Set. 2014. Disponível em: <<https://www.saneamentobasico.com.br/rs-plano-municipal-de-saneamento-basico-e-apresentado-em-parobe/>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.11, p. 89-98. 1998. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465/2389>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed., 4. reimpressão. São Paulo, 2017. p.578 – 606.

REICHEL, Heloísa Jochims. Fronteiras no espaço platino. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord. Geral). *História geral do Rio Grande do Sul: Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1, p. 43-64.

RIBEIRO, Antônio Lopes. Razão e sensibilidade: a desconstrução do mito da fragilidade feminina. In: CONGRESSO DE TEOLOGIA DA PUCPR, 10, 2011, Curitiba. PERETI, Cléia (Org.). *CONGRESSO DE TEOLOGIA DA PUCPR*. Curitiba: Champagnat, 2011, p. 477 – 488. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/congressoteologia/2011/>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

RODRIGUES, Arakcy Martins. O outro no trabalho: a mulher na indústria. *Psicologia USP*, São Paulo, vol. 5, n. 1-2, p. 221-244, 1994. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771994000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 mai. 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 333 – 359.

SANT'ANNA, Bernuzzi Denise. Masculinidade e virilidade entre a *Belle Époque* e a República. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia (Orgs.). *História dos Homens no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2013, v. 1, p. 245-266.

SARDENBERG, Cecília M. B. *Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista*. Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia- UFB. Out. 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>>. Acesso em: 11 set. 2017.

SANCHES, Solange; GEBRIM, Vera Lucia Mattar. O trabalho da mulher e as negociações coletivas. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.17, n.49, p. 99-116, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300007&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 23 mai. 2017.

SANTOS, Carolina Maria Mota; TANURE, Betania; CARVALHO NETO, Antonio Moreira. Mulheres executivas brasileiras: O teto de vidro em questão. *Revista Administração em Diálogo*, São Paulo, vol. 16, n. 3, p. 56-75, 2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/40490/mulheres-executivas-brasileiras--o-teto-de-vidro-em-questao>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SANTOS, Tania Steren dos. Divisão sexual do trabalho na indústria calçadista do Vale do Sinos, Rio Grande do Sul: visibilizando práticas e representações — 2004. *Mulher e Trabalho*, Porto Alegre, vol. 6, 2006. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/index>>. Acesso em: 13 out. 2017.

SCHNEIDER, S. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. In: ACHYLES, B. da Costa; PASSOS, Maria Cristina (Org.). *Indústria de calçados no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 25 – 49.

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. *Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de janeiro, 2015.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: Pinsky, Carla Bassanezi; Pedro, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p.15 – 42.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol.20, n. 2, p. 71 – 99, jul./dez de 1995.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, vol. 30, n.3, p.556-571, set. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932010000300009>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

SILVESTRIN, Luisiane Evelise; TRICHES, Divanildo. A análise do setor coureiro-calçadista e os reflexos das importações chinesas no período de 1994 a 2004. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 145 – 170, jun., 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v10n1/luisiane.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

SINGER, Paul. *Economia política das urbanizações*. 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 214 – 230.

_____. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 218-237.

SOUZA, Ezequiel. Bandeiras feministas na luta pela igualdade de gênero. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, vol. 9, n. 108, p. 111-119, mai. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/8865>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

SOUZA, Kênia Barreiro de.; DOMINGUES, Edson Paulo. Mudanças no mercado de serviços domésticos: uma análise da evolução dos salários no período 2006-2011. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, vol. 18, n. 2, p. 319-346, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502014000200007>. Acesso em: 13 mai. 2017.

VALLE, Ione Ribeiro. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.33, n.1, p. 117-134, jan./abr. 2007 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n1/a08v33n1.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: VENTURINI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc. 2013. p. 377– 391.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Revista Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203 – 220, ago./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144/1637>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n.2, p. 460-482, 2. Sem. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2017.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *As mulheres na história: uma introdução teórica metodológica*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

TEIXEIRA, Cíntia Maria. As mulheres no mundo do trabalho: Ação das mulheres, no setor fabril, para a ocupação e democratização dos espaços público e privado. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, vol. 25, n. 2, p. 237-244, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n2/a12v25n2>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

THEODORO, Mário. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. *Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas*, Brasília. v. 8, n. 1, p. 205-219, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/11461>>. Disponível em: 23 mai. 2017.

TOMAZINI, Maria Lúcia Vannuchi. *A mulher na fábrica de sapatos: trabalho e gênero na indústria calçadista de Franca (SP)*. 2003. 312 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106299/tomazini_mlv_dr_arafcl.pdf?sequence=1

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica feminista. *In*: BONNICI, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. EDUEM, Maringá, 2007. p. 217 – 231.

APÊNDICES

**APÊNDICE A - MULHERES TRABALHADORAS DO SETOR COUREIRO-
CALÇADISTA**

Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT

Entrevista: Mulheres trabalhadoras do setor coureiro-calçadista

1) Idade:

2) Estado civil: () Casada () Solteira () Separada () Viúva

3) Escolaridade:

4) É natural de Parobé? () Sim () Não

Caso não seja, é natural de que cidade?.....

5) Se não for natural de Parobé, o motivo que a atraiu a morar aqui foi:

(a) Trabalho (b) Família (c)

Outros:.....

.....

6) Em relação às atividades na fábrica de calçados você:

() Está trabalhando atualmente () Já trabalhou anteriormente

7) Há quanto tempo trabalha ou trabalhou no setor coureiro-calçadista?

8) Quais as funções que já realizou dentro da fábrica?

9) Há quanto tempo trabalha na função que exerce hoje?

10) Já recebeu alguma promoção dentro desta empresa? Qual?

11) Na sua opinião, existe a mesma oportunidade de crescimento dentro da empresa, ofertada para homens e mulheres? () Sim () Não

12) Dentro da empresa em que você trabalha, existem atividades específicas, que devem ser realizadas por homem e atividades que devem ser realizadas por mulher? ()
Sim () Não

Estas atividades são:

a) Homens:

b) Mulheres:

13) Você percebe que existe diferença de salário entre homens e mulheres na realização de atividades iguais?

14) A renda recebida por você é utilizada principalmente para:

Gastos pessoais Renda familiar complementar Renda familiar fundamental

15) Você já presenciou ou sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação por ser mulher, dentro do ambiente de trabalho? Sim Não

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

16) Para você, o trabalho realizado pela mulher, dentro das fábricas, é essencial? Sim
 Não

.....
.....
.....
.....
.....

**APÊNDICE B - HOMENS TRABALHADORES DO SETOR COUREIRO-
CALÇADISTA**

Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT

Entrevista: Homens trabalhadores do setor coureiro-calçadista

- 4) Idade: Casado Solteiro Separado Viúvo
- 5) Escolaridade:
- 3) É natural de Parobé? Sim Não
Caso não seja, é natural de que cidade?
- 4) Se não for natural de Parobé, o motivo que o atraiu para morar aqui foi:
(a) Trabalho (b) Família (c) Outros:
- 5) Em relação às atividades na fábrica de calçados você:
 Está trabalhando atualmente Já trabalhou anteriormente
- 6) Há quanto tempo trabalha no setor coureiro-calçadista?
- 7) Quais as funções que já realizou dentro da fábrica?
- 8) Há quanto tempo trabalha na função que exerce hoje?
- 9) Já recebeu alguma promoção dentro desta empresa? Qual?
- 10) Na sua opinião, existe a mesma oportunidade de crescimento dentro da empresa, ofertada para homens e mulheres? Sim Não
- 11) Dentro da empresa em que você trabalha, existem atividades específicas, que devem ser realizadas por homem e atividades que devem ser realizadas por mulher?
Sim Não
- 12) Estas atividades são:
- a) Homens:
- b) Mulheres:
- 13) Você percebe que existe diferença de salário entre homens e mulheres na realização de atividades iguais?
- 14) A renda recebida por você é utilizada principalmente para:
 Gastos pessoais Renda familiar complementar Renda familiar fundamental
-
.....
.....
- 16) Para você, o trabalho realizado pela mulher, dentro das fábricas, é essencial? Sim
 Não

APÊNDICE C – ENTREVISTA CHEFE DE SETOR

Entrevista – Chefe de setor

Função:

Data: 20/04/2017

- 1) Quanto tempo trabalhou na empresa?
- 2) Quais as funções exercidas por você dentro da empresa?
- 3) Segundo sua vivência dentro da fábrica, existe a divisão de trabalho baseada no sexo?
"Trabalho de homem/trabalho de mulher".
- 4) Quais são as atividades mais desempenhadas por mulheres dentro da fábrica?
- 5) Quais são as atividades mais desempenhadas por homens dentro da fábrica?
- 6) Existe alguma diferença salarial em relação à diferença de gênero?
- 7) Em relação à promoção dentro do setor de trabalho, existe a mesma possibilidade/oferta, tanto para homens quanto para mulheres?
- 8) Os critérios utilizados para promover um funcionário são os mesmos? Ou existe diferença nestes critérios por ser homem ou mulher? Ou se dá preferência para algum?
- 9) Presenciou ou ouviu falar sobre preconceito ou discriminação sofrida por mulheres, pelo fato de “serem mulheres” dentro da fábrica?
- 10) O senhor considera as atividades realizadas pelas mulheres, dentro da fábrica/produção de calçados, como sendo importantes?
- 11) Existe alguma vantagem de trabalhar em ambientes com um grande número de mulheres dentro da fábrica?
- 12) Existe alguma desvantagem de trabalhar em ambientes com um grande número de mulheres dentro da fábrica?